

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

BRUNA MONALISA RAMALHO GOMES

ESTUDO DE CASO DA APLICAÇÃO DO RECURSO DO FUNDO MUNICIPAL DA
INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA EM PROJETOS NO ANO DE 2014 NO MUNICÍPIO DE
OURO PRETO - MINAS GERAIS

SÃO PAULO

2018

Bruna Monalisa Ramalho Gomes

ESTUDO DE CASO DA APLICAÇÃO DO
RECURSO DO FUNDO MUNICIPAL DA
INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA EM PROJETOS NO
ANO DE 2014 NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO -
MINAS GERAIS

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Lalau Guerra

São Paulo

2018

Ficha Catalográfica

GOMES, Bruna Monalisa Ramalho

Estudo de caso da aplicação do recurso do Fundo Municipal da Infância e Adolescência em projetos no ano de 2014 no Município de Ouro Preto - Minas Gerais / Bruna Monalisa Ramalho Gomes. São Paulo: FLACSO/FPA, 2018.

158 f.:il

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2018.

Bruna Monalisa Ramalho Gomes

ESTUDO DE CASO DA
APLICAÇÃO DO RECURSO DO
FUNDO MUNICIPAL DA
INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA EM
PROJETOS NO ANO DE 2014 NO
MUNICÍPIO DE OURO PRETO -
MINAS GERAIS

Dissertação apresentada ao curso
Maestría Estado, Gobierno y Políticas
Públicas, Faculdade Latino-Americana
de Ciências Sociais, Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Magíster en Estado, Gobierno y
Políticas Públicas.

Aprovada em

Prof. Dr. Alexandre Lalau Guerra
FLACSO Brasil/FPA

Profª. Ms. Anny Karine de Medeiros
Centro Universitário SENAC - São Paulo

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Pereira
Universidade Estadual de Campinas

Profª. Ms. Ana Luiza Matos de Oliveira (suplente)
Universidade Estadual de Campinas

Dedico esta dissertação à mulher mais importante da minha vida, minha querida e amada mãe, Maria Izabel, quem sempre me motivou a lutar pelos meus sonhos e confiou em mim, mesmo quando as coisas fugiam um pouco do planejado, lá estava ela, toda bela e paciente, me dizendo “calma, vai dar certo”. Dedicado também à uma pessoa muito especial que está junto de Deus cuidando de mim, o meu pai Geraldo (*in memoriam*). Dedicado aos meus familiares e amigos/as em especial ao amigo Cleydson Souza pela força, carinho e acolhimento de sempre.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e pela esperança que foram alimento ao longo de todo esse período de construção da dissertação, pois em alguns momentos as dificuldades pareciam ser maiores que as forças que eu possuía para resistir, lutar e vencer os obstáculos encontrados ao longo do caminho.

À minha amada e querida família pelas palavras diárias de incentivo, pelo cuidado e amor. Pelos abraços de acolhida e pela compreensão nos momentos de ausência. Sem o carinho de vocês a caminhada seria mais dura.

Aos amigos e amigas, pela força, pela escuta e partilha de vida, como não agradecer pela compreensão à minha ausência em momentos importantes, pela compreensão para com meu projeto de vida, e, pelo apoio e acolhida de sempre. E como ninguém é de ferro... pela companhia nas festas, viagens e nas lutas do dia a dia. Vocês são os/as melhores amigos/as que uma pessoa poderia ter. Amigos/as são presentes que Deus nos dá, e eu amo muito meus presentes!

Aos meus amigos/as da militância, por me ajudarem a compreender o mundo de um modo diferente, por compartilhar e comungar dos meus sonhos e utopias, por acreditar e me inspirar a acreditar que outro mundo, mais justo e fraterno é possível, e que nós somos os construtores desse novo mundo.

Ao meu querido orientador, pela paciência, carinho e cuidado, e por não permitir que a distância geográfica se tornasse um obstáculo para essa produção do conhecimento que nos dispomos a construir. Foi ótimo caminhar com você ao longo deste período.

À todos e todas que rezaram, acreditaram e sonharam comigo para que este sonho se tornasse realidade. Obrigada!

“Eu sou aquela mulher a quem o tempo muito ensinou.
Ensinou a amar a vida.
Não desistir da luta.
Recomeçar na derrota.
Renunciar a palavras e pensamentos negativos.
Acreditar nos valores humanos.
Ser otimista.”

(CORALINA, Cora. 2015).

RESUMO

O eixo central dessa pesquisa busca compreender como o recurso do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) é aplicado no Município de Ouro Preto, tendo como referência de análise os projetos financiados no ano de 2014. Em discussões que tenha o FIA como ponto de pauta, é imprescindível que seja estabelecido um diálogo com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, uma vez que a aprovação dos projetos a serem financiados e a gerência do recurso é uma das atribuições do referido conselho.

Visto as diversas fontes que podem alimentar o Fundo, a pesquisa aborda também a construção política e social do país que oportuniza que governos, pessoas físicas e jurídicas destinem recursos para o Fundo, afim de contribuir para implementação de políticas que visam garantir e promover os direitos da criança e do adolescente.

Ao remeter as políticas de fundo especial, consideramos importante trazer para a pesquisa elementos sobre a seguridade social, assim como, as políticas sociais se desenvolvem nas sociedades que tendo como estrutura econômica o modo de produção capitalista. Entende-se que as abordagens mencionadas são instrumentos condutores para a compreensão que versa sobre a constituição, aplicação e gerência do FIA.

Com o intuito de aprofundar a análise sobre a qualidade e coerência da utilização do referido recurso, o relatório do diagnóstico da situação da infância e adolescência de Ouro Preto também compôs a base de dados dessa pesquisa.

Ao longo da pesquisa foi sendo criado diálogos e paralelos entre as demandas apontadas no diagnóstico e as propostas de ações contidas nos projetos, afim de identificar a articulação entre, projetos, diagnósticos, fundo e políticas, levou-se em consideração a atuação do governo frente a tal realidade.

Palavras-chaves: Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. Fundo da Infância e Adolescência. Projetos. Diagnóstico. Governo. Política.

ABSTRACT

The focus of this research is to understand how the resource of the Fund of Childhood and Adolescence (FIA) is applied in the municipality of Ouro Preto, having as reference of analysis the projects funded in the year 2014. In discussions that have the FIA as agenda's point, it is important that a dialogue be established with the Municipal Council on the Rights of the Child and adolescent, having in mind the approval of the projects to be funded and the resources' management is one of the attributions of the Council.

Given the various sources that can feed the fund, the research also addresses the political and social construction of the country that governments, individuals and legal entities earmark resources for the fund, in order to contribute to the implementation of policies aimed at ensuring and promoting the rights of children and adolescents.

When we refer the special fund policies, we consider it important to bring to the research elements on social security, and social politics developed in societies which have as economic structure the capitalist mode of production. It is understood that the approaches mentioned are conductive instruments for understanding about the constitution, application and management of the FIA.

To examine deeply the analysis on the quality and coherence of the use of this resource, the report of the diagnosis of the situation of childhood and adolescence of Ouro Preto also composed the database of the research.

Throughout the research was created dialogues and parallels between the pointed demands in diagnosis and the proposals of actions contained in the projects, to identify the articulation between, projects, diagnostics, background and politics, considering the performance of government in front of this reality.

Key words: Council on the Rights of children and adolescents. Childhood and Adolescence's Fund. Projects. Diagnosis. Government. Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Linha do tempo	24
Figura 2 - Fluxo de captação de recurso e repasse do FIA.....	86
Figura 3 – Projetos que abarcam questões em relação a cultura, esporte e lazer	107
Figura 4 - Envolvimento de crianças e adolescentes com drogas, inclusive crack / Preocupação a situação do tráfico	108
Figura 5 - Incidência de casos de abuso sexual / Violência doméstica	109
Figura 6 - Incidência de exploração sexual	109
Figura 7 - Gravidez na Adolescência	110
Figura 8 - Uso de bebida alcoólica.....	110
Figura 9 - Projetos financiados “que não contemplam” diretamente os apontamentos do relatório do diagnóstico	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Entidades Registradas no CMDCA - OP	91
Tabela 2 - Registros de Atendimentos do Conselho Tutelar	93
Tabela 3 - Participação de Adolescentes envolvidos em atos infracionais nos registros da Polícia Militar.....	94
Tabela 4 - Projetos aprovados e financiado pelo FIA	99
Tabela 5 - Números de projetos financiados e valor total do financiamento	105

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – CONHECENDO O CAMPO DE PESQUISA	14
CAPÍTULO 2 – CAMINHOS METODOLÓGICOS	21
2.1 Propostas e metas da investigação	21
2.2 Procedimentos Metodológicos	22
CAPÍTULO 3 – DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL.....	25
3.1 - Constituição da sociedade democrática brasileira e os caminhos para a construção das políticas de garantia dos direitos da criança e do adolescente	25
3.2 Consolidação e desafios da seguridade social na ordem capitalista.....	28
3.3 Estado Regulado / Estado do Bem-Estar Social.....	37
CAPÍTULO 4 – SEGURIDADE SOCIAL E EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL	44
4.1 Modo de produção capitalista em diálogo como modelo Keynesiano e sua relação com as políticas sociais	44
4.2 Questão social, políticas sociais e Estado: uma relação de conflitos	49
CAPÍTULO 5 – CRIANÇA E ADOLESCENTE E O FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	63
5.1 – Criança e Adolescente: sujeito de direito	63
5.2 - Conselhos de direito em pauta	69
5.3 – Um olhar sobre o Fundo da Infância e Adolescência.....	83
5.3.1 – O Fundo da Infância e Adolescência em Ouro Preto	88
5.4 – Apontamentos do relatório do diagnóstico da situação da infância e da adolescência no município de Ouro Preto	89
5.5 Projetos financiados com recursos do FIA em Ouro Preto no ano de 2014.....	97
CAPÍTULO 6 - PROJETOS FINANCIADOS PELO FIA EM 2014, DIÁGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLÊSCENCIA E A TRANSVERSALIDADE	107
6.1 – Aprofundando as análises dos dados e compreendendo os seus elos.....	114
6.6.1 – Acesso à cultura e lazer: musicalização	114
6.6.2– Criança e Adolescente: acesso ao esporte	117
6.6.3 – Acesso à Educação de qualidade.....	119
6.6.4 – Gravidez na Adolescência.....	121
6.6.5 – Vulnerabilidade Social	122
6.6.6 - Formação para cidadania	125
6.6.7 – Tempo ócio na infância e adolescência.....	127
6.6.8 – Adolescentes e o mercado de trabalho	129
6.6.9 – Projeto de vida: Criança e adolescente.....	132
6.6.10 – Protagonismo Juvenil	134
6.6.11 – Criança e Adolescente: criminalidade e violências	135

7 – ECOS E ALCANCE DA PESQUISA	140
7.1 – Pistas para superação dos desafios: uma sintonia entre projetos e diagnóstico.....	146
8. CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152

CAPÍTULO 1 – CONHECENDO O CAMPO DE PESQUISA

O município de Ouro Preto é conhecido mundialmente pela sua beleza cultural e arquitetônica. O município fica localizado na região central do Estado de Minas Gerais. De acordo com o Censo Demográfico de 2010 a população total era de 70.281 (setenta mil duzentos e oitenta e um) habitantes, sendo aproximadamente 30% (trinta por cento) dessa população crianças e adolescentes. Sabe-se também que a população ouro-pretana é majoritariamente negra (IBGE, 2010).

Diante da realidade que me envolve, e por dedicar um período da minha vida a questões sociais à frente da Pastoral da Juventude, Dimensão Sociopolítica, participação e acompanhamento de determinadas pautas referente aos conselhos de direito e também por uma opção profissional de atuar no âmbito da educação é que me foi despertado o interesse de estudar de forma mais aprofundada a realidade das políticas voltadas à criança e adolescente neste município. Uma vez que se observa que esta parcela da população exige atenção especial, sobretudo no campo das políticas públicas que atendam suas necessidades enquanto categoria e sujeitos.

Nesta perspectiva e buscando alimentar as provocações inerentes a vida cotidiana, opto em tomar como referência de análise os investimentos que são feitos para atender as crianças e adolescentes através dos Recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) do município de Ouro Preto.

Esse recurso está atrelado e sob os cuidados do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), sendo este um elemento essencial para a realização da pesquisa visto que são, juntamente à rede de proteção da criança e do adolescente, os responsáveis por fiscalizar, acompanhar e propor as políticas públicas que atendam às necessidades deste público, garantindo e promovendo seus direitos.

A partir da Constituição Federal de 1988, a ferramenta de participação, chamada de Conselho de Direito, tornou-se espaço institucionalizado, com grande potencial de atuação e intervenção no âmbito das políticas públicas decorrentes, sobretudo, dos princípios constitucionais que prescrevem a participação da sociedade civil na condução destas políticas. Esta ferramenta de participação fortalece a descentralização do poder e, conseqüentemente, amplia os espaços de discussão e decisão de elementos fundamentais para a vida humana, sua melhor organização social e seu desenvolvimento pleno.

No entanto, os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, além de ser fruto da Constituição Federal de 1988, são uma demanda posta do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado através da Lei Federal nº 8069/1990 que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. O reconhecimento dos direitos de cidadania à criança e ao adolescente é uma das conquistas na articulação histórica dos direitos humanos no Brasil. Trata-se da introdução de um novo paradigma no tratamento legal brasileiro sobre a criança e o adolescente, pois os consagram como pessoas em desenvolvimento e sujeitos de direitos, e também os compreendem como sujeitos em situação de risco, de ameaça ou de violação aos direitos reconhecidos. Diferente da legislação anterior, que encerrava a doutrina de situação irregular prevista no Código de Menores, que vigorou de 1979 até 1990. Portanto deve-se considerar este Estatuto como o resultado de uma luta histórica da evolução dos direitos humanos no Brasil, uma lei especial de uma coletividade (MIRANDA, 2010).

Os Fundos da Infância e Adolescência são modalidades de fundo especial, definidos no artigo 71 da Lei nº 4.320/1964, como os produtos de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços (BRASIL, 2017). Consubstanciam-se em reserva financeira que integra o orçamento público, não são dotados de personalidade jurídica própria e devem ser inscritos no CNPJ, na condição de matriz, com a natureza jurídica de fundo público, conforme disposto na Instrução Normativa nº 1.143 / 2011, da Receita Federal (GOIAS, 2013).

Sendo assim, o Fundo da Infância e Adolescência (FIA), destina-se a captar recursos para financiar a execução de políticas públicas, ações e programas de atendimento a crianças e adolescentes.

Nos termos do artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente, os fundos em referência vinculam-se administrativamente aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, aos quais cabem deliberar, por meio dos planos de ação e de aplicação a forma como serão empregados os seus recursos (BRASIL, 2017).

A Lei nº 8.242 de 12 de outubro de 1991 criou o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e instituiu o Fundo Nacional, disciplinando suas receitas.

Na esfera municipal, os fundos devem ser criados por leis que estabelecem, no mínimo, seus objetivos, receitas, destinação dos recursos, gestão e respectiva execução, devendo o detalhamento ser previsto em decreto regulamentar.

Considerando que se trata de conta pública, cabe aos Conselhos de Direitos tornar igualmente pública a prestação de contas das doações recebidas e da aplicação dos recursos obtidos.

Cabe ressaltar que as verbas captadas pelo fundo, enquanto recursos públicos, devem ser utilizadas de forma criteriosa, transparente e impessoal, não se admitindo o favorecimento de entidades em detrimento de outras.

Quanto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ouro Preto (CMDCA) foi criado por determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente, através da Lei Federal 8069/90 e da Lei Municipal 86/2001. O Conselho atua na esfera decisória do Poder Executivo, com caráter deliberativo para disciplinar e garantir a execução das políticas de atendimento de crianças e adolescentes (CMDCA, 2017).

Em Ouro Preto o CMDCA é um órgão paritário, formado por seis membros do Governo Municipal indicados pelo prefeito, e seis membros da sociedade civil, eleitos em Assembleia, sendo os/as representantes das entidades registradas no CMDCA. Todos os membros prestam seus serviços ao Conselho gratuitamente (CMDCA, 2017).

Como já mencionado, o CMDCA é composto por representantes do poder público e da sociedade civil que realizam um trabalho voluntário no município de Ouro Preto em prol da melhoria na qualidade de vida das crianças e adolescentes, assim como estrutura-se para garantir, lutar e promover os direitos dessa parcela da população. Dentre as diversas atribuições do CMDCA uma das que se destacam é a captação, gerência e fiscalização do recurso referente ao Fundo Municipal da Infância e da Adolescência – FIA, visto a importância de dar atenção a esse público assim como de perceber em uma pequena escala como é investido o referido recurso que passa pelo campo da política tributária através da arrecadação de impostos e dedução na declaração do imposto de renda seja de pessoa física e/ou jurídica. Tem-se também outras formas de direcionar recurso para este fundo, estando todas especificadas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Esta pesquisa buscou fazer uma análise referente ao uso do recurso do FIA com o diagnóstico da situação da infância e adolescência no município de Ouro Preto. Esta análise foi realizada através de um comparativo feito entre os projetos financiados pelo fundo no ano de 2014 (apresentados por entidades do 3º setor) e as demandas apresentadas no referido diagnóstico publicado no ano de 2012. O ano de 2014 foi escolhido, não por ter acontecido algo importante no município em relação as crianças e adolescentes, mas sim, por considerar que no período de 02 (dois) anos tanto o poder executivo quanto o CMDCA poderiam ter se apropriado

do documento (diagnóstico) com o objetivo de pensar, propor e executar políticas públicas que atendessem as demandas reais daquele público, e/ou que os projetos financiados responderiam aos apontamentos do diagnóstico. Visto que o diagnóstico diz sobre a realidade e sua construção foi conduzida de forma coletiva e participativa.

Descrevo também a seguir alguns elementos que motivaram e colocam em evidência a importância de abordar essa temática em uma pesquisa que permeia o campo do Estado, do Governo e das Políticas Públicas e Sociais.

Enfatiza-se que o atual cenário político brasileiro passa por um momento de grande instabilidade e de incredibilidade perante a sociedade de forma geral, o que torna essa pesquisa ainda mais relevante, uma vez que se identifica em todas as esferas um distanciamento e até mesmo de criminalização¹ do que é popularmente conhecido como algo político.

Diante do cenário de corrupção que está mais evidente no país neste momento histórico, assim como o retrocesso e corte no que se refere aos direitos sociais e humanos, torna-se urgente verificar em uma escala local como se dá o investimento em políticas públicas para crianças e adolescentes, uma vez que esta parcela da população sofre diversos tipos de violência e vive um momento de formação e construção da identidade em meio a tantos desafios.

Busca-se, assim, garantir o estreitamento na relação entre o Estado e a Sociedade Civil, a partir de uma perspectiva que compreende o exercício da política democrática como uma força que emana do povo e que converge para uma governança mais participativa, os conselhos podem e devem cumprir esse papel, o de fazer o exercício de aproximação e diálogo.

Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) declara, no Art. 1º, como uma lei que dispõe sobre a proteção integral da criança e do adolescente. Neste sentido, a doutrina da proteção integral é a concepção sustentadora da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, normativa aprovada por unanimidade pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989. A doutrina da proteção integral preconiza que crianças e adolescentes são sujeitos especiais de direitos, gozando de todos os direitos fundamentais e sociais, principalmente de proteção, em decorrência de se encontrarem em fase de desenvolvimento.

¹ O Brasil passa por um momento em que se registra e divulga grandes escândalos no campo da política. Os noticiários trazem diariamente informações sobre diversas formas de corrupção, com destaque a: lavagem de dinheiro, fraude de documentos e desvio e má utilização do dinheiro público. Essa realidade associada a pouca participação e compreensão popular no que se refere ao exercício da política, tem levado a criminalização de forma generalizada dos atores políticos, organizações da sociedade civil (sindicatos, movimentos sociais, associações, partidos políticos), poder executivo, legislativo e judiciário. O que pode gerar um grande ônus para a sociedade em geral, pois afastar e criticar a realidade de longe não resolverá os problemas, visto que a via deveria ser de aproximação, organização e empoderamento popular de todas as questões que relacionam o exercício da política.

Além do ECA, a doutrina da proteção integral também é objeto do Art. 227 da Constituição Brasileira que afirma,

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988)

Esta pesquisa pode ser considerada de interesse e relevância social, uma vez que o recurso do FIA deve ser utilizado para garantir os direitos da criança e do adolescente, estando em diálogo com os pontos acima mencionados e com a realidade local. É neste sentido que se torna obrigação do CMDCA realizar um mapeamento/diagnóstico situacional dessa parcela da população, para fins de realizar intervenções efetivas e elaborar propostas para os governos por meio de medidas que atendam à demanda real desse grupo.

Aprofundar esse debate se faz urgente e necessário, uma vez que a academia também tem a função social de colaborar na construção de um projeto societário coerente. É fundamental que se abra espaço para que estas temáticas sejam analisadas, visto sua credibilidade institucional, sua abrangência social e a responsabilidade no processo educativo dos indivíduos dentro e fora do espaço físico da universidade.

A educação se concretiza também em ambientes onde as tensões e conflitos são quase inevitáveis, mas que merecem total atenção para a transformação dessa realidade. De forma especial aqueles indivíduos que constituem a base mais ampla e fragilizada da pirâmide econômica, tendo seus direitos negados em detrimento da ordem capitalista que está posta, e muitas vezes esses sujeitos são formados através de uma pedagogia de alienação que não permite a eles olhar para além das fachadas, o que os levam a permanecerem reféns das injustiças.

Essa pesquisa poderá identificar e tornar público elementos que contribuam para melhor eficiência do investimento do recurso público para consolidação das políticas e dos direitos humanos, com destaque à criança e adolescente, sendo viabilizada na articulação entre sociedade civil, poder público e entidades do 3º (terceiro) setor que são as receptoras do recurso e responsáveis pela execução dos projetos e prestação de contas.

Partindo do pressuposto que dentre as atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente está a elaboração de um diagnóstico situacional da realidade da criança e do adolescente em Ouro Preto, entende-se que este seja um importante instrumento

para nortear a construção e implementação de políticas públicas que atendam as demandas referentes à criança e ao adolescente. Além disso, sabe-se que o CMDCA é também responsável pela captação e gerenciamento do recurso do Fundo da Criança e do Adolescente, neste sentido é importante identificar se este recurso é utilizado para atender às demandas apresentadas no referido diagnóstico e para fins de implementação de políticas públicas.

A escolha do CMDCA de Ouro Preto se deu a princípio por considerá-lo como um importante espaço no que se refere à construção de políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes do município. Este conselho existe desde 2001, o que indica consistência pois possui trajetória temporal percorrida de aproximadamente 17 anos. Trajetória provavelmente marcada por desafios, conquistas e frustrações nos mais diversos campos. Ouro Preto no que se refere à criança e adolescente tem-se uma luta em curso, uma luta que visa garantir os direitos a uma vida digna que por vezes é inibida pelas manifestações de violência tão presente nesta terra. Sendo este um dos motivos de buscar uma melhor compreensão sobre a relação dos recursos captados pelo FIA e o diálogo deste com o diagnóstico situacional que se refere a uma pesquisa sobre a realidade da criança e do adolescente de Ouro Preto.

Cabe ressaltar que conforme pesquisa feita pelo Instituto Observatório Social e publicada em sua revista, dados apontaram exploração do trabalho infantil na região de Ouro Preto, sendo esta mão de obra encontrada mais fortemente a serviço das mineradoras e das grandes empresas.² Além do trabalho proibido, estudo da Universidade Federal de Ouro Preto apontam que crianças submetidas a esses trabalhos estavam ficando doentes devido ao contato com produtos cancerígenos presentes em alguns espaços laborais.

Outro dado que desencadeia a necessidade de discutir esse tema é o índice de violência, prostituição, uso e tráfico de drogas que envolvem crianças e adolescente no município e tem ceifado vidas. Esses são dados apontados no último diagnóstico da situação da infância e adolescência de Ouro Preto (CDP/CMDCA, 2012).

Conforme apontado pelos conselheiros em matéria constante no site da Câmara de Vereadores de Ouro Preto, entende-se que para consolidar de maneira eficiente as políticas públicas para qualquer segmento, é fundamental conhecer a realidade e necessidade deste público, o que justifica de forma coerente a exigência de que o CMDCA realize de tempos em tempos o diagnóstico, sendo uma atribuição do conselho. Entende-se que o diagnóstico reúne

² Essa informação pode ser melhor esclarecida através do site http://www.fetecsp.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26239&catid=54:questoes-sociais&Itemid=128 ou no site do Instituto Observatório Social <http://www.observatoriosocial.org.br/?q=biblioteca/observatorio-social-em-revista-edicao-06-trabalho-escravo-no-brasil>

dados sobre as condições das crianças e adolescentes da sede e dos distritos as quais estão inseridos e tem como proposta ser uma ferramenta de planejamento para fortalecer ações das políticas de base (CMOP, 2011).

O Conselheiro Eduardo França, compreende o diagnóstico como “uma radiografia, um retrato da cidade”, e que por meio dele poderá identificar em que área há maior vulnerabilidade e criar programas para suprir tais situações (CMOP, 2011). De acordo com a notícia vinculada ao site o estudo aponta como problemas que merecem mais atenção a violência, o abuso sexual e o uso de drogas. Segundo o conselheiro do CMDCA, são essas as situações mais graves em que os jovens de Ouro Preto estão inseridos e, como agravantes desse quadro, há a desorganização familiar e a carência de programas educativos na região (CMOP, 2011).

Visto isso, acredita-se que os projetos aprovados para serem financiados com recurso do FIA estejam em diálogo com as demandas apontadas pelo diagnóstico. Por isso o interesse em analisar alguns destes projetos.

Em Ouro Preto é possível observar que muitas crianças e adolescentes tem seus direitos ceifados em diversas situações e fica evidente a necessidade de implementar políticas públicas de interesse dessa categoria, bem como desenvolver projetos que visem transformar a realidade dos que sofrem a fim de edificar uma cultura de paz, respeito e esperança. Sabe-se que esta cidade tem potencial para isso, mas é preciso identificar suas principais fragilidades e desafios para que o CMDCA juntamente o governo municipal possam atuar de forma eficiente nessa área.

Em síntese, esta pesquisa tem o objetivo de melhor compreender a aplicação do recurso do FIA, sua relação com as demandas por políticas públicas e a garantia dos direitos da criança e do adolescente. Ressalta-se que o resultado dessa pesquisa poderá colaborar com o conselho, visto que se propõe estabelecer um diálogo entre a teoria e a prática no que se refere às demandas via diagnóstico situacional e o uso do recurso do FIA.

CAPÍTULO 2 – CAMINHOS METODOLÓGICOS

O caminho metodológico foi pensando de maneira concomitante as inquietações propiciadas desde a escolha do tema e do universo de pesquisa, passando pelo envolvimento da pesquisadora com o campo de pesquisa, buscando fazer o exercício de mirar no horizonte sem desconectar os pés do chão da realidade.

No início do caminho as sementes foram lançadas, os objetivos foram colocados... e daquele momento a diante seria necessário cuidar e tratar daquelas sementes...

O caminho foi percorrido com dificuldades, ao longo do trajeto obstáculos foram encontrados e com persistência muitos foram superados. Por vezes a semente parecia que não iria germinar e dar frutos, faltava água para regá-la...

Em alguns momentos foi preciso parar e recalcular a rota, era necessário encontrar o melhor caminho, era necessário encontrar água. Para que a caminhada se tornasse mais tranquila e rendesse bons frutos.

Com dificuldade e esperança o caminho foi feito, a semente germinou e deu frutos. E o tempo da colheita está próximo! O horizonte está logo ali!

2.1 Propostas e metas da investigação

Esta pesquisa tem como objetivo central identificar, através dos projetos aprovados pelo CMDCA de Ouro Preto como foi investido o recurso captado para Fundo da Infância e Adolescência no ano de 2014, tendo como universo de pesquisa o município de Ouro Preto – MG.

Para que o objetivo central fosse alcançado considerou-se importante elencar alguns objetivos específicos que auxiliaram a compreender o processo que culminou no repasse às entidades. Nesse sentido buscou-se identificar o método utilizado para captar recursos de pessoas físicas e jurídicas para o Fundo da Infância e Adolescência, diante disso se tornou também importante identificar o método utilizado para selecionar as entidades para concorrerem no processo de pleitear recursos do FIA para o financiamento de seus respectivos projetos. Buscando contribuir na prática com o município no que se refere as políticas públicas voltadas à crianças e adolescentes, bem como refletir sobre o uso do recurso e as demandas mais latentes no município, com isso objetivou-se identificar a relação do investimento do recurso do FIA com as respectivas demandas no que se refere às pistas e implementações de

políticas públicas de atendimento às crianças e adolescentes em consonância com os apontamentos do relatório do diagnóstico da situação da criança e do adolescente no município de Ouro Preto.

Buscou-se também compreender se há articulação entre os projetos aprovados pelo FIA no ano de 2014 e os apontamentos do relatório do diagnóstico publicado em 2012. Uma vez que essa articulação se for efetiva pode contribuir de forma expressiva no enfrentamento as violações dos direitos, bem como, na garantia dos direitos desse público. Enfatiza-se que esses direitos, nesta circunstância são preservados através de iniciativas da sociedade civil que se organizam como instituições privadas com atuação de interesse público que se constituem, muitas vezes, através da ausência e/ou das lacunas deixadas pelo Estado, ora porque o Estado não dá conta de absorver tais demandas, ora porque o mesmo não se dispõe a atendê-las.

Visto a realidade que nos é colocada, pode-se ao longo da investigação identificar que a ausência de diálogo entre as demandas apresentadas através do relatório do diagnóstico da situação da criança e do adolescente de Ouro Preto referente às necessidades de implementação das políticas públicas para o atendimento desse público e o investimento do recurso captado pelo FIA distribuídos nos projetos reduz possibilidades de avanços no campo dos direitos da criança e adolescente no município de Ouro Preto.

2.2 Procedimentos Metodológicos

O desenvolvimento metodológico dessa pesquisa dialogou com diversos instrumentos que foram utilizados com a finalidade de estabelecer coerência textual e garantir a veracidade no que se refere à produção, tratamento e consolidação dos dados explorados. Sendo assim a pesquisa permeou metodologicamente pelo campo da análise bibliográfica, buscando a partir de grandes referências de produção de conhecimento na área das ciências sociais, econômicas e da história para pensar a trajetória do Estado Brasileiro e suas implicações na constituição de uma gestão pública compartilhada. A ciências sociais e econômicas também contribui na orientação ao buscar traçar o caminho e realizar a aproximação das discussões sobre a seguridade social, políticas públicas e sociais no Brasil, bem como explorar questões e conhecimentos científicos que permeiam o campo jurídico e dos direitos humanos.

As análises documentais versaram sobre as políticas e realidades em escala municipal, abordando o diagnóstico situacional da criança e do adolescente em Ouro Preto, as legislações que regem o CMDCA e os projetos financiados pelo FIA. Sendo a maioria deles materiais

publicados e/ou que foram acessados nas dependências institucionais como por exemplo a Casa do Conselhos.³

As análises bibliográficas e documentais cumprem o papel que ajudará na contextualização e compreensão da trajetória da captação do recurso, apresentação dos projetos, aprovação dos projetos e os dizeres da execução dos mesmos buscando identificar as relações com as demandas municipais apresentadas no diagnóstico da situação da infância e adolescência em Ouro Preto.

Essa pesquisa é classificada como qualitativa, por abranger uma pequena área de um vasto universo de pesquisa em potencial, visto que o território analisado é apenas o Município de Ouro Preto e em um período curto de tempo. Sabe-se que esta pesquisa poderá ser a base para outras que poderão ser desenvolvidas considerando a abrangência geral da política em análise, podendo estas expressões serem distintas e/ou similares em regiões próximas e/ou distantes. A opção pela pesquisa qualitativa se estabelece também mediada pelo enquadramento e perfil do objeto pesquisado e pela tradição das pesquisas que permeiam o campo das ciências sociais e políticas adotarem esse método e considerá-lo o mais próximo do ideal para alcançar os objetivos elencados e por se tratar de um objeto que está em diálogo com a relações e dinâmicas sociais.

As chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais (...) Se há uma característica que constitui a marca dos métodos qualitativos ela é a flexibilidade, principalmente quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita. (...) Outra característica importante da metodologia qualitativa consiste na heterodoxia no momento da análise dos dados. A variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva (MARTINS, 2004, p. 292).

Uma das características da pesquisa qualitativa, a qual esta pesquisa se enquadra é por ter um estudo de caso como ponto de partida que compõe uma construção que tende a ser ampliada e/ou encerrada de acordo com os resultados e variáveis obtidas ao longo do processo

³ Espaço físico, com infraestrutura administrativa onde funciona a secretaria do CMDCA, sendo também um espaço direcionado a realização das reuniões e arquivamento de material dos diversos conselhos existentes município. A secretaria do CMDCA divide o espaço com a secretaria geral dos conselhos e a assessoria jurídica dos mesmos.

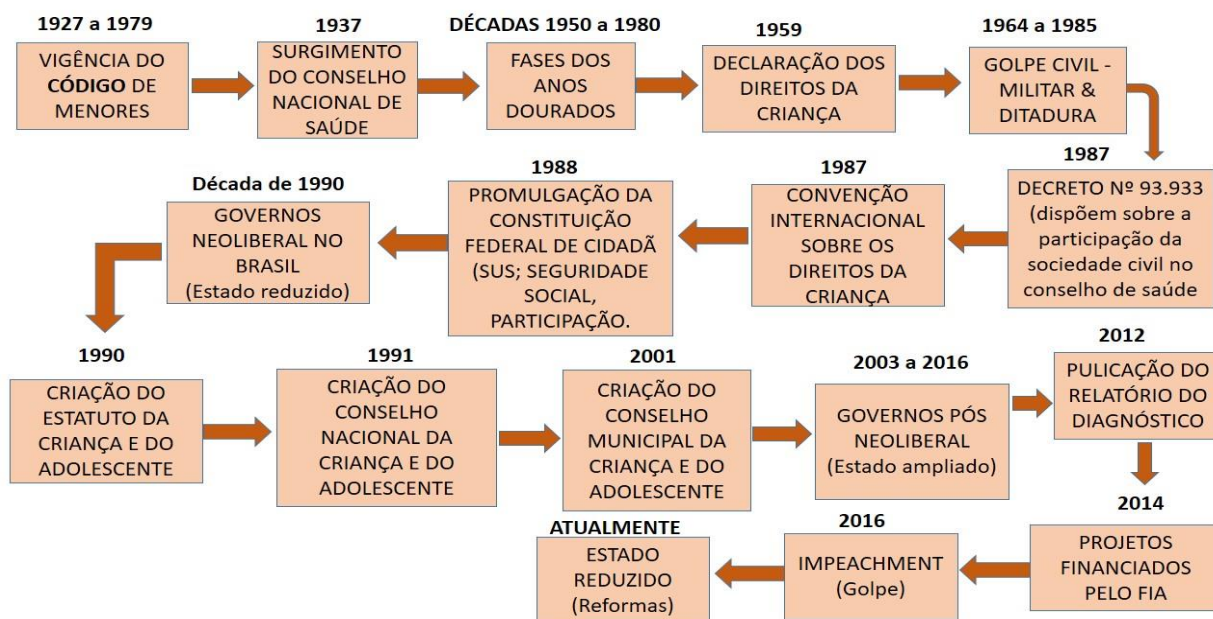
de coleta de dados, análise de documentos e interpretação dos dados, estes que tendem a considerar e dialogar com a realidade e o contexto social que envolve o objeto de pesquisa.

O estudo de caso é próprio para a construção de uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real [...]. Sustentada por uma plataforma teórica, reúne o maior número possível de informações, em função das questões e proposições orientadoras do estudo, por meio de diferentes técnicas de levantamento de informações, dados e evidências. [...] a triangulação de informações, dados e evidências garante a confiabilidade e a validade dos achados do estudo. (MARTINS, 2008, p.10)

A pesquisa foi executada através das análises feitas em projetos cedidos pelo CMDCA que foram financiados pelo FIA no ano de 2014 e o seu diálogo com o relatório do diagnóstico da situação da infância e adolescência do município de Ouro Preto publicado em 2012.

Cabe ressaltar que a construção dessa pesquisa permeou por diversos marcos e períodos históricos, sendo assim, destaca-se abaixo os mais relevantes para o desenvolvimento desse trabalho.

Figura 1 – Linha do tempo



Fonte: Elaboração própria, 2018.

CAPÍTULO 3 – DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Traçando um pouco da história de um povo e de uma nação que teve e tem sua vida marcada por consequências advindas de atitudes de ganância, golpes, exploração, violência e preconceitos, que ceifam vidas diariamente. Essa realidade deveria ser motivo de preocupação e indignação social, assim como, elementos fundamentais para pensar as políticas públicas e sociais, tendo em vista as desigualdades sociais presentes no Estado Brasileiro. Diante disso, trataremos a seguir das políticas sociais que permeiam o campo da garantia de direitos em especial o direito a condições de vida digna.

O processo que culminou na constituição da sociedade democrática brasileira foi marcada por grandes conflitos e sem dúvidas se consolidou em detrimento de muitas lutas e principalmente da resistência do povo. Povo que historicamente tem dificuldade de dizer e ser ouvido, visto a estrutura de Estado Democrático que temos, esta que carrega consigo mazelas e cicatrizes abertas de um passado triste e autoritário, que até o presente momento demanda luta por justiça social.

Com a Constituição Federal de 1988, com o surgimento dos conselhos de direito, com a implementação da política de seguridade social, muitos avanços no campo dos direitos humanos foram alcançados, mas ainda há muito o que se fazer em defesa da vida e da consolidação dos direitos humanos frente a ordem capitalista vigente nesta nação.

3.1 - Constituição da sociedade democrática brasileira e os caminhos para a construção das políticas de garantia dos direitos da criança e do adolescente

A constituição da sociedade como temos hoje é fruto de grandes conflitos políticos, culturais e econômicos, em sua maioria atrelados à busca pela hegemonia e pelo poder, em que o jogo político muitas vezes dita as regras ora para a inclusão, ora para exclusão de diversas populações. São determinações que tocam em harmonia com os interesses sociais e ou de determinadas classes sociais. Pode-se dizer que a injustiça, a promoção das desigualdades promovem a necessidade de elaborar políticas compensatórias, visto que o direito de acesso às necessidades básicas não ocorre de forma como consta nas legislações, e podem se desdobrar em diversas formas de violência, com mais intensidade nos grupos de maior vulnerabilidade social como infância e adolescência.

Se hoje o Brasil é uma sociedade reconhecida como República Democrática que permite a participação da sociedade civil na gestão pública, mesmo marcada por grandes contradições, esta é uma realidade relativamente nova. Ao pensar o Brasil contemporâneo é necessário remeter ao processo de construção da referida nação, com atenção especial à teoria do subdesenvolvimento, visto que essa teoria emerge mediada e resulta do processo que versa da colonização portuguesa, ainda com grandes cicatrizes na contemporaneidade.

Em consonância com Boaventura Santos (2010), para os países do hemisfério sul do mundo, como a América Latina, o ajustamento estrutural é uma raiz transnacional que envolve e asfixia as raízes nacionais e as reduz a excessos locais e a várias formas de opressões internacionais, como a interferência econômica e política. Os conflitos são evidentes e trazem em suas realidades o aumento das desigualdades socioeconômicas entre os países que compõem o sistema mundial e dentro de cada um deles, a fome, a miséria, a violência, o desemprego além das diversas formas de exploração da força do trabalho que atinge determinadas parcelas da população. Essa realidade leva a perceber a “opção” de determinados modelos societários por excluir e/ou subalternizar o acesso aos direitos humanos de uma percentagem significativa da população, com maior incidência nos países fixados nas regiões periféricas do globo.

De acordo com Santos (2010) essa realidade reflete questões sociais complexas potencializadas pelas diversas manifestações de uma estrutura econômica capitalista excludente a qual se alimenta nas desigualdades e se estrutura a partir da exploração de uma classe sobre a outra, aliada muitas vezes a um Estado que tem seus aparelhos dominados por tendências que colocam os interesses individuais sob os interesses coletivos. Não é por acaso que determinados estudiosos como por exemplo Karl Marx chegaram a considerar o Estado como “comitê executivo da burguesia”, que em outras palavras, seria o Estado a serviço dos interesses da classe social mais forte financeiramente, a que possui maior extensão de terras, dentre outros meios de produção, que lhe garanta acesso ao capital e a concentração do mesmo (MARX, 1848).

Trazendo como enfoque a realidade brasileira em uma perspectiva da teoria da dependência, que dialoga com a aquisição da dívida externa brasileira, e possui grande implicação na distribuição, investimento e uso dos recursos públicos hoje. Pode-se dizer que as desigualdades econômicas são frutos vivos do modelo de sociedade vigente, da exploração e da violência cometida contra o povo brasileiro. Uma das provas data dos primórdios da construção da sociedade brasileira, quando a história nos conta sobre o extermínio da população indígena

nativa, do contrabando do povo negro para serem escravizados, e da discriminação da população nativa de forma geral.

Quando nos referimos aos padrões de discriminação social que vigoram, podemos fazer menção ao sofrimento, ainda atual, da população negra através das diversas formas de manifestação do racismo na vida cotidiana, neste sentido é importante ressaltar que os/as negros/as além de terem sido privados da sua liberdade, foram também privados do acesso à educação, uma vez que eram proibidos de aprender a ler e de construir relações de família, lembrando que o controle da educação era feito pelas ordens religiosas imbuídas do conservadorismo social e anticientífico, estas são causas do atraso das desigualdades culturais. Diversas pesquisas sobre violência juvenil apontam os jovens negros como maiores vítimas dessa realidade, que assola o Brasil. Como fonte dessas informações pode-se destacar os Mapas de Violência, de vulnerabilidade, de encarceramento publicados, por exemplo, nos anos de 2014 e 2015. A partir desse apontamento entende-se que a adolescência é uma fase que demanda maior atenção e cuidado, visto as possibilidades futuras.

A partir deste modelo de construção social, as cicatrizes do processo se estendem ao longo do tempo e são reflexos das contradições sociais nos dias de hoje. Sobretudo quando se pensa nas políticas públicas e nas políticas sociais que visam minimizar os impactos das desigualdades sociais e em algumas situações visam construir um processo de reparação social.

As desigualdades sociais, grandes marcas das sociedades subdesenvolvidas, estão também ligadas a dependência comercial e financeira dos países de capitalismo periférico, com destaque aos países da América do Sul em relação aos países de capitalismo central, com destaque aos Europeus e os da América do Norte, uma vez que a concentração de capital, de bens e serviços em determinadas áreas do globo é uma estratégia para a manutenção do modo de produção capitalista que visa manter a hegemonia política e econômica de determinados grupos.

Diante da conexão internacional entre determinadas nações, mediada pela globalização, é importante dizer que as influências dos países dominantes sobre os países periféricos estão além de questões voltadas ao mercado de capital financeiro, pode-se dizer que as nações subdesenvolvidas⁴ são influenciadas política e culturalmente pelas nações dominantes.

⁴ Entende-se por nações subdesenvolvidas aquelas que vivenciaram o processo de colonização e industrialização tardia, com destaque aos países da África e da América Latina, os quais mesmo depois de emanciparem-se politicamente não conseguiram romper plenamente com os elos da dependência e dominação em relação aos desenvolvidos com ênfase no campo da economia. Ressalta-se também a disparidade sobre o acesso aos direitos de necessidade básica e a qualidade de vida das referidas populações, sendo as condições de vida nas nações subdesenvolvidas consideradas mais precárias.

As discussões que colocam em destaque a correlação de forças entre os países que estão vinculados ao centro do mundo, tendo como referência seus potenciais econômicos e de dominação sobre os países considerados da periferia do capitalismo, chamados também de países emergentes, como o caso do Brasil, são também países que ao longo da história vem sofrendo diversos golpes orquestrados por alianças internacionais com vista a controlar o Brasil estabelecendo certos acordos com o Estado e a elite brasileira. Neste sentido há de se considerar a mídia como propriedade da elite e como o quarto poder. Essas correlações de forças podem ser observadas tanto no golpe civil-militar de 1964 quanto no golpe de Estado ocorrido em 2016, os quais se destacam por constituir um Estado de exceção.

De acordo com Ferreira (2006), em 1964 a nação brasileira sofreu um golpe civil-militar, tendo como principais características: suspensão de vários direitos civis, abolição das eleições diretas e a repressão contra as manifestações de caráter político, ou seja, foi um tempo marcado pelas censuras, de governos de perfil autoritário, sendo todos os governos deste período histórico (1964-1985) liderado por líderes vinculados as Forças Armadas.

Com o fim do Período da Ditadura Militar em 1985, o Brasil se abre a uma nova realidade, quando a sociedade civil, através de diversos movimentos sociais, partidos políticos, organizações não governamentais, intensificaram suas exigências frente a necessidade da participação popular no campo da política. A partir desse processo de articulação foram criadas possibilidades de construir um novo texto constitucional que dialogasse com a realidade e necessidades do povo brasileiro, naquele momento, uma das exigências é que daquela construção representantes da sociedade civil participassem como sujeitos dentro uma organização ou comissão que iria pensar o processo da constituinte e colaborar da elaboração do texto que seria agregado a constituição. A luta foi grande! Mas o resultado veio mediado pelo processo da constituinte que culminou na Constituição Federal de 1988. Cabe ressaltar, que ainda assim muitas pautas não foram atendidas e muitas que estão na carta magna não se concretizaram até o presente momento.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 abre as portas para a criação do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e também do Fundo da Infância e Adolescência, sendo estes instrumentalizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente que compreendem essa parcela da população como sujeitos de direito, além de se atentar para as possibilidades da vulnerabilidade social desse grupo.

3.2 Consolidação e desafios da seguridade social na ordem capitalista

A seguridade social é compreendida como um instrumento que se destaca pelo reconhecimento dos direitos humanos e existência da disparidade social brasileira, por permear caminhos que garantam e fomentam políticas universais, com destaque ao Sistema Único de Saúde (SUS) e também as políticas sociais no campo da assistência social, com destaque as políticas de transferência de renda como o Bolsa Família (BF).

Outro destaque da seguridade social está vinculado ao acesso a previdência social que versa sobre a garantia dos direitos da população com vínculo empregatício e/ou envolvidos em situação de incapacidade laboral devidamente comprovada.

A estrutura e organicidade da seguridade social é marcada por conflitos e contradições, sobretudo em detrimento da atenção à classe trabalhadora na ordem capitalista, visto que essa ordem possui pontos coercitivos que se apresentam como desafios que impedem os avanços e melhorias na realidade política e estrutural da seguridade social.

Um dos dados que precisa ser repensado pelo Estado versa sobre o percentual financeiro de repasse do Produto Interno Bruto (PIB) visto a importância do investimento na saúde, assistência social e previdência social, os três pilares da seguridade social brasileira, pilares que conflitam com os interesses privados controlados pela elite brasileira e a onda da privatização. O que reverencia e torna sempre eminente a luta de classe, eis as políticas da seguridade social como um campo de guerra e de disputa.

No atual cenário político pode-se destacar a disputa de forças através da proposta da última reforma trabalhista, Lei 13.467/2017⁵ na qual a Ordem dos Advogados do Brasil identificou várias inconstitucionalidades, e também, a reforma referente ao congelamento dos gastos/investimentos públicos por 20 anos na área da saúde, da educação e da assistência social aprovadas em 2017 ou seja a PEC 55/2016⁶ altamente criticada pela população brasileira, e as articulações que visam aprovar a reforma da previdência social, PEC 287/2016⁷ com

⁵ Parecer da OAB sobre o projeto de lei da reforma trabalhista, <http://s.oab.org.br/arquivos/2017/06/reforma-trabalhista-preliminares-inconstitucionalidades.pdf> ; organizações e população se posicionam contra a reforma trabalhista <https://www.brasildefato.com.br/2017/11/10/reforma-trabalhista-e-da-previdencia-mobiliza-trabalhadores-contradestmontes-de-temer/> ; <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/572872-a-reforma-trabalhista-e-o-apoio-oficial-ao-trabalho-escravo> Acesso em 14. fev. 2018

⁶ Posicionamento e notas de diversas organizações brasileiras, <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/39922> ; <http://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/conselho-universitario-da-ufpb-divulga-nota-contradestm-do-teto-de-gastos.html> ; <https://www.brasildefato.com.br/2016/10/21/conselho-universitario-da-ufv-se-posiciona-contrario-a-pec-241/> ; <http://g1.globo.com/peernambuco/educacao/noticia/2016/11/conselho-da-ufpr-se-posiciona-contradestm-dos-gastos-publicos.html> ; <https://www.ufmg.br/boletim/bol1962/4e5.shtml> ; <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8483> Acesso em 14. fev. 2018

⁷ Organizações se posicionam contra a proposta da reforma da previdência http://www.cnbb.org.br/arquivo/index.php?option=com_content&view=article&id=20503:para-cnbb-reforma-da-previdencia-escolhe-o-caminho-da-exclusao-social&catid=86&Itemid=105 ;

implicações negativas direta na vida dos/as trabalhadores/as e da população compreendida como mais carente/pobre que terão parte dos seus direitos extintos.

As reformas mencionadas têm como foco central a exclusão de diversas famílias dos programas de transferência de renda como o bolsa família, a redução de vagas em universidades públicas, a precarização da educação em todos os níveis, a precarização do trabalho, a precarização do Sistema Único de Saúde (SUS). Elas que fazem parte de uma proposta de desmonte do Estado de Direito.

Frente a essa realidade tem-se no país a retomada de um projeto de Estado que dialoga com o pensamento liberal e neoliberal. Já as propostas keynesianas, do Estado do bem estar social e da gestão compartilhada ficam fora das prioridades governamentais de acordo com tal modelo de sociedade, dentro de uma realidade também marcada por conflitos sociais, corrupção na política e manipulação da massa através de informações tendenciosas e de interesses não públicos vinculados nos meios de comunicação, podendo entender a mídia como o 4º poder com influência direta na vida das pessoas. Toda essa realidade dialoga com a correlação de forças que Karl Marx considera luta de classe, entre burguesia e proletariado com destaque a alienação presente neste último grupo o que a torna um instrumento que impede a equidade na luta e a justiça social. Visto que o sentido e importância do Estado como agente intervencionista é diferente para ambas as classes.

No entanto cabe ressaltar que ao longo da história houve momentos em que a classe trabalhadora se organizou a ponto de reconhecer seu poder e perceber as possibilidades de emancipação que poderia tornar realidade a partir da transição de classe em si, para, classe para si, que nos pensamentos de Marx se dá no momento de reconhecimento quanto classe e deixa de se pensar como indivíduo isolado. Essa concepção é o que dá origem às revoluções e lutas que ocorreram em diversos cantos do mundo, sobretudo a partir da publicação do livro Manifesto Comunista de Karl Marx em 1848 e das lutas pós esta data, algumas consideradas como Revoluções protagonizadas pelos/as trabalhadores/as em busca do bem-estar coletivo, assim como na coletânea do mesmo autor em O Capital (SOBRINHO, 2016). Neste sentido cabe destacar que,

O enfraquecimento das bases materiais e subjetivas de sustentação dos argumentos liberais ocorreu ao longo da segunda metade do século XIX e no início do século XX, como resultado de alguns processos político-econômicos, dos quais vale destacar dois.

<https://www.cartacapital.com.br/politica/oab-cofecon-e-cnbb-se-posicionam-contrareforma-da-previdencia> ;
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/25/cnbb-e-conselhos-de-economia-e-servico-social-condenam-reforma-da-previdencia> Acesso em 14. fev. 2018

O primeiro, foi o crescimento do movimento operário, que passou a ocupar espaços políticos importantes, obrigando a burguesia a “entregar os anéis para não perder os dedos”, diga-se, a reconhecer direitos de cidadania política e social cada vez mais amplos para esses segmentos. O segundo e não menos significativo processo, foi a concentração e monopolização do capital, demolindo a utopia liberal do indivíduo empreendedor orientado por sentimentos morais. Cada vez mais o mercado vai ser liderado por grandes monopólios. (BEHRING, 2004, p. 07)

As reações dos/as trabalhadores/as enquanto classe marcam momentos de rupturas culturais como por exemplo questões diretamente ligadas às conquistas através da meritocracia, as políticas sociais mesmo se desenvolvendo na maioria das vezes de forma tímida e sem atender às demandas necessárias da população. Enfatiza-se que o discurso da meritocracia é muito presente na realidade brasileira ainda hoje. E o Estado com características burguesa e liberal se aproveita dessa cultura ao alimentar o projeto de Estado Mínimo, a estrutura econômica capitalista e conseqüentemente as desigualdades.

Entende-se como atribuição do Estado a regulação da sociedade tendo em vista a garantia coletiva do direito à cidadania, que de acordo com Marshall abrange diversos elementos da vida cotidiana e precisam ser realidade na vida das pessoas. No desenvolvimento da cidadania temos:

As liberdades individuais, expressas pelos direitos civis - direito de ir e vir, de imprensa, de fé, de propriedade -, institucionalizados pelos tribunais de justiça; os direitos políticos - de votar e ser votado, diga-se, participar do poder político - por meio do parlamento e do governo; e os direitos sociais, caracterizados como o acesso a um mínimo de bem-estar econômico e de segurança, com vistas a levar a vida de um ser civilizado (BEHRING, 2004, p. 10).

Como o direito à cidadania está também em diálogo com as políticas sociais e conseqüentemente com a seguridade social, através de colocações de Behring em consonância com Barbalet (1989) chama a atenção para alguns elementos importantes da relação entre política social e cidadania,

1) esta não é uma relação imediata, já que a política social é o centro de um conflito de classe e não apenas um meio para diluí-lo ou desfazê-lo (como parecia supor Marshall); 2) ainda que seja desejável pelos segmentos democráticos que essa relação - política social/cidadania - se estabeleça plenamente, pode haver contradição entre a formulação/execução dos serviços sociais e a consecução de direitos. Onde não há uma necessária identidade prática entre política social e direito social, ou seja, um altíssimo grau de seletividade no âmbito da elegibilidade institucional, por exemplo, pode ser contraditório com a perspectiva universal do direito social; 3) o conceito de direito social de cidadania pode conter ou não um elemento de crítica e de proposição da política social na perspectiva da sua ampliação. Há que qualificar, portanto, a

relação entre cidadania e direito social nas pautas de luta dos movimentos sociais (BEHRING, 2004, p. 11).

As políticas sociais não surgem como uma ação munida de boa vontade por parte dos governantes, elas são um desdobramento necessário para minimizar as contradições do modo de produção capitalista, ou seja, elas se desenvolvem associadas à sociedade burguesa e a partir do lugar de observação em que está a burguesia enquanto presença viva nas deliberações das políticas de governo e ou de Estado de determinados governos. Ou seja, historicamente essas políticas são pensadas a partir da burguesia, classe que domina os aparelhos do Estado e propõe as políticas sociais como instrumento que cria estratégias para minimização e aprofundamento das desigualdades e das diversas formas de exclusão de maneira seletiva, controladora e excludente, variando de acordo com interesses particulares da referida classe. As políticas propostas não possuem a pretensão de consolidar como políticas de ruptura e de fomento a equidade, visto a ideia de conservação do poder e também os desafios para garantir a governabilidade. Cabe ressaltar que mesmo com todas as contradições, a percepção sobre a importância das políticas sociais como instrumento de inclusão social são vistas de forma diferenciadas, por exemplo entre projetos societários construídos na linha ideológica da direita e da esquerda em uma perspectiva suprapartidária. Podendo as políticas sociais serem ampliadas para garantir o acesso de maior parte da população aos direitos, ou tornarem-se cada vez mais restritas, seletivas e conseqüentemente excludentes (BEHRING, 2004).

Pensando no cenário internacional, há uma discussão que aponta o final do século XIX e meados do século XX como fundamentais no campo da elaboração e expansão das políticas de proteção social com grande destaque para Alemanha (1883) e Inglaterra (1942), regiões que se desenvolverá dois projetos distintos que serão referências para o mundo na abordagem da proteção social através da constituição de um modelo de seguridade social, um no período anterior à segunda guerra mundial e outro durante, ambos em países de capitalismo central, regiões que se desenvolveu o “*Welfare State*” (BEHRING, 2004).

Quanto aos modelos temos em destaque o Beveridgiano (proposta universal) na Inglaterra e Bismarckiano (proposta seletiva) na Alemanha, ambos os projetos têm como eixo central a garantia de direitos sobre o exercício laboral.

A seguridade social brasileira, instituída com a Constituição brasileira de 1988, incorporou princípios desses dois modelos, ao restringir a previdência aos trabalhadores contribuintes, universalizar a saúde e limitar a assistência social a quem dela necessitar (BOSCHETTI, 2009, p.01).

Há uma correlação de forças no campo político visto a estrutura econômica vigente, opções políticas dos governos, organização e luta das classes sociais. Atrrelada à essas pautas, em relação a seguridade social tem-se uma preocupação ainda mais ampla, os desafios de conviver em uma sociedade com uma parcela significativa de pobres que pouco contribuíam para o desenvolvimento do capitalismo na qualidade de consumidores. Frente a isso o Estado precisava pensar sua forma de atuação, e as políticas sociais surgem como um instrumento que alia-se as demandas do capital, que também dialoga com a parcela mais excluída da sociedade, buscando criar uma sociedade inspirada no “bem-estar”.

Boschetti descreve de forma reduzida como se estruturam os dois referidos modelos, começando pelo modelo Bismarkiano do final do século XIX na Alemanha;

O chamado modelo bismarckiano é considerado como um sistema de seguros sociais, porque suas características assemelham-se às de seguros privados: no que se refere aos direitos, os benefícios cobrem principalmente (e às vezes exclusivamente) os trabalhadores, o acesso é condicionado a uma contribuição direta anterior e o montante das prestações é proporcional à contribuição efetuada; quanto ao financiamento, os recursos são provenientes, fundamentalmente, da contribuição direta de empregados e empregadores, baseada na folha de salários; em relação à gestão, teoricamente (e originalmente), cada benefício é organizado em Caixas, que são geridas pelo Estado, com participação dos contribuintes, ou seja, empregadores e empregados (BOSCHETTI, 2003 apud BOSCHETTI, 2009, p. 02).

Sobre o modelo Beveridgiano, importante dizer que surgiu em um contexto social, político e econômico diferente do Bismarckiano, apontando que,

Durante a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente em 1942, é formulado na Inglaterra o Plano Beveridge, que apresenta críticas ao modelo bismarckiano vigente até então, e propõe a instituição do welfare state. No sistema beveridgiano, os direitos têm caráter universal, destinados a todos os cidadãos incondicionalmente ou submetidos a condições de recursos, mas garantindo mínimos sociais a todos em condições de necessidade. O financiamento é proveniente dos impostos fiscais, e a gestão é pública, estatal. Os princípios fundamentais são a unificação institucional e uniformização dos benefícios (BEVERIDGE, 1943; CASTEL, 1998 apud BOSCHETTI, 2009, p. 03).

No entanto, sabe-se que os conflitos políticos por interesses divergentes das classes sociais sempre foi algo predominante nos variados contextos, situação que leva questões essencialmente públicas a se misturar com questões de interesse privado, em uma relação na qual o Estado tende a atuar de maneira a atender as demandas e exigências da classe dominante.

De acordo com Boschetti as diferenças entre os dois modelos de seguridade social, um tendo como princípio garantir direitos trabalhistas apenas aos contribuintes de modo seletivo, o outro com uma atenção mais universal e preocupação com a pobreza, provoca o surgimento de outros modelos de seguridade social em diversos países, tendo como determinante estrutural central a estrutura econômica, a posição do Estado a partir do seu projeto social, a organização social e o como todos esses elementos relacionam.

Como os dois modelos deram origem aos demais, na contemporaneidade é difícil encontrar uma sociedade que trabalha com apenas um modelo dos dois modelos, geralmente se estruturam baseado nos dois e buscam aprimorar, como o caso do Brasil. Um dos maiores conflitos da seguridade social no que se refere a direitos trabalhistas desenvolve através da previdência privada e da previdência social pública, visto que as variações entre uma e outra são expressivas em determinados pontos, como por exemplo o Teto Salarial em caso de aposentadoria. Em síntese, pode-se dizer que:

No Brasil, os princípios do modelo bismarckiano predominam na previdência social, e os do modelo beveridgiano orientam o atual sistema público de saúde (com exceção do auxílio doença, tido como seguro saúde e regido pelas regras da previdência) e de assistência social, o que faz com que a seguridade social brasileira se situe entre o seguro e a assistência social” (BOSCHETTI, 2006 apud BOSCHETTI, 2009, p. 03).

No Brasil a seguridade social atuou inicialmente na modalidade de seguro limitado no que se refere a garantia de acesso a direitos como da previdência e da saúde. Este modelo se desenvolveu de 1923 até a Constituição de 1988. Período em que apenas os/as trabalhadores/as vinculados ao mercado de trabalho formal, contribuintes ativos da previdência eram protegidos e beneficiados/as pela política da seguridade social. Cabe ressaltar que a contribuição era paga de forma prévia e mensalmente, e que os benefícios não possuíam um teto mínimo, como hoje é de um salário mínimo, este valor era proporcional a contribuição comprovada. Com essa contribuição prévia os/as trabalhadores/as tinham a oportunidade de acordo com a necessidade comprovada de acessar, por exemplo: aposentadorias, pensões, salário-família, auxílio doença. Em caso de morte do segurado o benefício poderia ser estendido a algum membro da família, geralmente o cônjuge e/ou os filhos (BOSCHETTI, 2006 apud BOSCHETTI, 2009).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 houve mudança da seguridade social brasileira que deixou de atuar apenas como seguro e passou a atuar também como assistência social, com destaque a universalização da saúde e adoção de um modelo que passa

a ser considerada contributiva e redistributiva. A universalização dos direitos passa pelo viés social, de compreender, por exemplo, a situação de desemprego, ou seja, a não contribuição muitas vezes não é opção, mas sim fruto de uma sociedade desigual que não conseguiu garantir acesso ao trabalho a toda população. Em outras palavras, pensar a seguridade na perspectiva do seguro tem um instrumento seletivo e excludente, e na perspectiva da assistência social tem-se um instrumento que tende a incluir os indivíduos de forma geral. Contudo é importante enfatizar que ambas modalidades aqui apontadas se realizam na prática extremamente ligadas a organização social do trabalho (BOSCHETTI, 2006 apud BOSCHETTI, 2009).

Boschetti em uma discussão sobre a relação assistência social, trabalho e capitalismo aponta que,

Existe uma antiga tensão entre assistência social e trabalho, que não deve ser compreendida como incompatível ou excludente. Esse debate é importante para balizar o sentido de trabalho e de assistência social que referencia as análises aqui desenvolvidas. Isso porque o trabalho no capitalismo não é, em si, um bem. Ao contrário, o trabalho, sob relações capitalistas de exploração, produz alienação, destitui o homem da propriedade de sua força de trabalho, obriga o trabalhador a submeter-se a atividades ignóbeis a qualquer preço (...) Defender a seguridade social em sentido amplo, onde a lógica social se sobreponha à lógica securitária, requer reconhecer o espaço da assistência social em seu âmbito, sem superestimá-la e tampouco sem discriminá-la como um direito incompatível com o trabalho. (MARX, 1984; BOSCHETTI, 2003 apud BOSCHETTI, 2009, p. 06).

Em sociedades marcadas pela ausência do pleno emprego e pela desigualdade social inerente a estrutura econômica capitalista, a lógica social do direito não contributivo atua como minimizadora dos impactos sociais que decorrem de uma relação conflituosa entre capital, trabalho, previdências e direitos humanos básicos. Por isso pode-se dizer que a seguridade contributiva e não contributiva são complementares para fomentar o bem-estar social em diálogo com estratégias de transferência de renda e proteção social. Mesmo sem tocar no cerne do problema e promover rupturas com o sistema.

Com a Constituição Federal de 1988, o campo dos direitos legais se ampliam e as políticas precisavam se adequar a essas novas legislações, neste sentido a ideia referente a previdência, a saúde e a assistência na perspectiva da seguridade social deveria ser reestruturada como já pontamos anteriormente.

A proposta da CF 88 fazia alusão a uma ampliação da proteção social, visto os ideários que regiam o processo de luta pela constituinte e suas pautas. De acordo com Boschetti, mesmo diante de uma conjuntura favorável a implementação de coisas novas,

a seguridade social acabou se caracterizando como um sistema híbrido, que conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência) com direitos de caráter universal (saúde) e direitos seletivos (assistência)” (BOSCHETTI, 2004 apud BOSCHETTI, 2009, p. 09).

O objetivo inicial desta nova roupagem da seguridade social norteava para um modelo com

universalidade na cobertura, uniformidade e equivalência dos benefícios, seletividade e distributividade nos benefícios, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade no custeio, diversidade do financiamento e caráter democrático e descentralizado da administração (CF, artigo 194 apud BOSCHETTI, 2009, p.9).

No entanto ao estabelecer um diálogo com a atual realidade sociopolítica brasileira poderemos observar que estas regras não foram executadas conforme idealizado e que a execução das deliberações da CF 88 tornaram-se ainda mais inviáveis com a estrutura do Estado Neoliberal que se colocou no país na década de 1990 com propostas de governo que caminham em sentido oposto da proteção social, ampliação dos direitos e da justiça social. Este período é marcado pela atenção praticamente total aos interesses do mercado e o serviço a elite brasileira em detrimento dos avanços sociais em diversos campos legalmente previstos e “conquistados” para a população de forma geral.

Assim, estabeleceu-se um sistema de seguridade social que, teoricamente, manteve o princípio de universalidade e integralidade no âmbito da saúde com Sistema Único de Saúde (SUS), que passou a re-estruturar, a partir de 2004, a política de assistência social, com base no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e que fortaleceu a lógica do seguro no âmbito da previdência, sobretudo com as reformas de 1998 e 2003. A seguridade social brasileira, desse modo, não avançou no sentido de fortalecer a lógica social. Ao contrário, caminhou na direção do fortalecimento da lógica do contrato, o que levou Vianna (1998) a caracterizá-la como “americanização perversa”, visto que, em sua análise, o sistema público foi se “‘especializando’ cada vez mais no (mau) atendimento dos muito pobres”, ao mesmo tempo em que “o mercado de serviços médicos, assim como o de previdência, conquista adeptos entre a classe média e o operariado” (VIANNA, 1998 apud BOSCHETTI, 2009, p. 09)

Ao falar em retrocessos no campo dos direitos via redução do acesso a seguridade social, temos como grandes destaques as diversas contrarreformas que ocorrem nas últimas décadas, como a da previdência de 1998, 2002 no Governo de Fernando Henrique Cardoso e 2003 no Governo de Luís Inácio Lula da Silva, governos divergentes do ponto de vista ideológico político sendo considerados de tendência de direita e de esquerda respectivamente, as marcas dessas reformas reforçam a lógica do seguro contributivo sem considerar a disparidade entre a procura e a oferta de empregos formais, e a regra da irredutibilidade não foi respeitada. Tudo

isso em diálogo com o grande projeto das privatizações do governo FHC, assim como para expansão da previdência privada (BOSCHETTI e SALVADOR, 2003 apud BOSCHETTI, 2009).

Cabe destacar também que ao longo da década de 1990 os Conselhos de Direitos, como o da Criança e do Adolescente foram em sua maioria “silenciados” e/ou tornaram-se comitê executivo instrumentalizado pelo Estado que não favorecia e prezava pela participação popular nas deliberações da gestão pública. Lembrando que nessa década tem-se no país governos neoliberais que carregam em suas gestões marcas da não abertura para participação popular efetiva e o alinhamento com a política do Estado Mínimo.

Já na contemporaneidade, estamos vivenciando um processo de desmonte do Estado que vem atuando contra a classe trabalhadora e contra os direitos duramente conquistados, com destaque as relações de trabalho. Como a aprovação da reforma trabalhista e a possível reforma da previdência cujo debate está em curso.

3.3 Estado Regulado / Estado do Bem-Estar Social

A noção de Estado está associada a organização territorial, ao poder de decidir e de estabelecer regras que garantam o bom funcionamento da sociedade e de todas as relações que nela ocorre, possuindo um diálogo estreito com o campo do direito e da política. Sendo constituído pelo poder executivo, pelo poder legislativo, poder judiciário e também pelo povo, sendo este último através dos mecanismos referente a participação popular como direito conquistado, com destaque ao direito de voto, de propor projetos de lei via iniciativa popular e atuação nos conselhos de direito deliberativos e consultivos, sendo eles um instrumento paritário de controle social. No entanto há diversos projetos societários que se desenvolvem no Estado em diálogo com os governos e suas respectivas tendências ideológicas, cuja práticas interferem na realidade cotidiana do povo, assim como, no desenvolvimento social, cultural e econômico da sociedade de forma geral.

Diante de uma proposta social de governo que surge dentro de uma lógica capitalista que atua tendo como referência a perspectiva liberal, a qual coloca o mercado como a centralidade das ações governamentais e expressa os interesses da burguesia em consonância com os interesses capitalista. Esta realidade está condicionada a tornar-se uma nação vulnerável a ampliar seus índices de exploração e de desigualdade social, visto que na sociedade capitalista o lucro é o principal alimento do mercado. No entanto, mesmo o mercado sendo a centralidade,

o acesso a ele ocorre de forma diferenciada entre as classes sociais, sendo de forma seletiva e excludente isso motivado por uma ideia de que o mercado é auto regulável, porém essa ideia passa a ser questionada frente às crises inerentes ao modo de produção capitalista. Frente aos momentos de crise, a proposta Keynesiana⁸ volta como a “salvadora da pátria” por fomentar a intervenção do Estado na economia como agente regulador.

Compreendendo o Estado como agente regulador, este tem o poder de instituir novas regras no mercado, podendo essas serem favoráveis aos detentores dos meios de produção e da maior parte da riqueza, ou, pode atuar no enfrentamento contrário a acumulação de capital tendo em vista a concepção de distribuição de renda como forma de garantir e expandir o consumo da população nos níveis mais diversos da sociedade. O Estado pode intervir também na regulação de salários, na jornada de trabalho e em priorizar e/ou retirar determinados grupos do mercado de trabalho. Além disso pode também propor incentivos fiscais, implementar políticas sociais, ampliar os direitos políticos, ofertar créditos e fomentar gastos públicos por exemplo com construções civis com vistas a ofertar novos postos de trabalho e movimentar a economia através de compras de produtos diversos. Importante dizer que o Estado também se beneficia com a onda do capitalismo regulado, visto que em tempos de alta no mercado o Estado tende a aumentar a cobrança tributária constituindo um superávit (SANDRONI 1992; BEHRING, 2004; GUERRA, 2017).

E em diálogo com a proposta capitalista, e como “mediador” na correlação de forças presente nas relações sociais, o Estado propõe políticas sociais de fomento ao consumo, não como um direito que leva à população de maneira geral ter acesso a determinados bens e serviços. Pode-se dizer que essa é uma das estratégias adotadas para evitar que as possíveis crises do capital ocorram de forma que se perca o controle da situação e que coloque em risco real as benesses da classe dominante, propiciar a geração de superávit é estratégico. O superávit pode também, sobretudo em tempos de crise, ser vinculado a seguridade social a fim de poder colaborar nas despesas, por exemplo, previdenciária. Organizar um fundo em tempos de estabilidade econômica é uma grande estratégia do capital. Retomando a proposta de pleno emprego de Keynes diante de um cenário economicamente vulnerável, pode-se dizer que o pleno emprego e o capital livre para consumo são instrumentos importantes para conter “efeitos desastrosos” das crises, estas que são inerente ao modo de produção capitalista, lembrando que

⁸ O Keynesianismo teve como fundador John Maynard Keynes e origem na obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, publicada em 1936.

a crise é também uma estratégia para o fortalecimento do capitalismo. (SANDRONI 1992, p.85; BEHRING, 2004, p. 09; GUERRA, 2017. p.51).

O sociólogo alemão Claus Offe (1989) aponta que além do modo de produção capitalista gerar, promover e garantir as desigualdades de oportunidades na inserção no mercado de trabalho, torna-o seletivo e excludente. Essa realidade aponta para a constituição do que ele denomina como grupos-problema e para a necessidade de se pensar instrumentos de garantia de renda para garantir a sobrevivência e o acesso aos direitos sociais básicos dos que compõem o referido grupo, com destaque as mulheres, os jovens, os idosos e as pessoas com deficiência, ou seja, são eles os mais vulneráveis ao desemprego em tempos de crise (GUERRA, 2017).

Através da proposta de articular uma aliança entre Mercado e Estado visando manter a ordem econômica, podemos dizer que o Estado assumiu a função de lidar com as mazelas inerentes à lei de valor, atuando na maioria das vezes como agente redutor de danos, com efeito o Estado passou a fornecer bens sociais fora dos critérios de mercado.

O Estado regulou a distribuição do excedente de capital (parte da mais-valia ou do lucro) e constituiu um padrão de financiamento público da economia capitalista. Em outras palavras, o fundo público, em suas diversas formas, passou, de um lado, a ser o pressuposto da acumulação de capital, e, de outro, ao financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo a população como um todo por meio dos gastos sociais (OLIVEIRA, 1988 apud GUERRA, 2017. p.53).

Contudo pode-se dizer que foi a partir da grande crise de 1929 que parcela da população percebeu que o sistema capitalista e a proposta de livre mercado não era a fórmula mágica para o desenvolvimento econômico, pois em sua essência havia fraturas que indicavam que o mercado não se regularia de forma independente, e que seu aliado deveria ser o Estado que ao mesmo tempo atuaria como minimizador dos impactos das crises, mas ainda assim, atuaria como estimulador do desenvolvimento econômico com enfoque na expansão capitalista. Ressalta-se que “durante um período específico, conhecido como anos de ouro do capitalismo regulado, foi possível, nos países de capitalismo central crescimento econômico, redistribuição de renda e homogeneização do padrão de consumo” (GUERRA, 2017. p.54).

Entende-se que os “Anos de Ouro” foi o período em que o capitalismo regulado vivenciou seu auge, no entanto como as crises no sistema capitalista são algo cíclico, a perspectiva Keynesiana começou a entrar em declínio no final da década de 1960. Essa decadência se concretiza com a queda nas taxas de crescimento econômico, redução das possibilidades do Estado implementar políticas sociais voltadas ao incentivo ao consumo e redução fiscal, aumento do exército industrial de reserva, ampliação de equipamentos

tecnológicos que substituem parte da mão de obra o que fomentou diretamente a elevação do índice de desemprego, aumentou a dívida pública o que colocou a teoria de pleno emprego de Keynes em contradição, induzindo sua decadência (BEHRING, 2004).

A explosão da juventude em 1968, em todo o mundo, e a primeira grande recessão - catalisada pela alta dos preços do petróleo em 1973/74 - foram os sinais contundentes de que o sonho do pleno emprego e da cidadania relacionada à proteção social havia terminado no capitalismo central e estava comprometido na periferia do capital onde não se realizou efetivamente. As elites político-econômicas, então, começaram a questionar e responsabilizar pela crise a atuação agigantada do Estado mediador civilizador, especialmente naqueles setores que não revertiam diretamente em favor de seus interesses. E aí se incluíam as políticas sociais (BEHRING, 2004, p. 12).

No final da década de 1960 o modelo intervencionista de Estado proposto pelo Keynesianismo começa a ter dificuldades em se “sustentar” e passa a sofrer ataques das elites político-econômicas, uma vez que a intervenção do Estado na economia era mediada por implementação de políticas sociais de fomento ao consumo que poderia gerar déficit público interno e mediante a outras nações, e assim, inviabilizar o comércio sobre tudo internacional. Essa realidade fez com que a proposta de Estado intervencionista perdesse força e com ela as pautas de expansão dos direitos sociais que estavam em curso, que se manifestava também na distribuição de renda atingindo a classe trabalhadora que por sua vez passara a ter acesso ampliado ao consumo fosse amplamente reduzida de forma especial nos países centrais e periféricos do capitalismo. Essa situação marca a retomada da proposta onde impera os ideais do Estado Mínimo e essa proposta se consolida em governos neoliberais que assumem o poder pós esse período. Cabe ressaltar que nesses governos as políticas sociais e os direitos humanos são sempre colocados em risco, ficando a margem das pautas as quais visam atender os anseios da classe dominante (GUERRA, 2017).

A proposta neoliberal que emerge pós anos dourados (1970/1980) com maior incidência e ampliação territorial na década de 1990 pode ser intitulada como uma estratégia de reação teórica e política contra a proposta de condução governamental intervencionista e das pautas que abarcam o Estado do bem estar social.

Na perspectiva empresarial há indicativos que a crise pós anos dourados, que dá entrada ao neoliberalismo, é fruto do poder excessivo dos sindicatos com a pressão sob os salários e os gastos com políticas sociais do Estado, consideram que este foi um modo de intervenção que possibilita a destruição dos índices positivos de lucro das empresas e a inflação, entendendo que a crise não é inerente ao modo de produção capitalista e sim um resultado do keynesianismo e do Welfare State. (BEHRING, 2004, p. 12-13).

O Welfare State iniciado no segundo pós-guerra ofereceu diversas medidas com vistas à regulação do mercado de trabalho. Essas medidas regulatórias foram apontadas por Castel (1995), Marshall (1976) e Offe (1989), que destacaram as aposentadorias contributivas e não contributivas; a proibição do trabalho infantil; o impedimento do trabalho de imigrantes sem autorização de permanência; a licença maternidade remunerada para mulheres; microcrédito para autônomos e microempreendedores; os salários indiretos (apoio à mobilidade, refeição e riscos); regras que estabelecem cotas de contratação das pessoas com deficiência por parte dos empregadores; a proteção contra demissão sem justa causa; existência de jornada de trabalho máxima; etc (GUERRA, 2017. p.51).

Importante dizer que as propostas de consolidação do *Welfare State* não ocorreram de forma hegemônica no mundo. Nos países da América Latina aconteceu tardiamente, sobretudo em relação aos países europeus. Destaca-se que em vários países latinos o *Welfare State* não se realizou plenamente, como o caso do Brasil. Cabe enfatizar que mesmo que a constituição do Estado de Bem-Estar Social se desenvolveu de forma diferenciada, em todos os países as políticas sociais e econômicas em benefício da classe trabalhadora receberam mais atenção e investimento, uma vez que as intervenções não tinham apenas o caráter de pautar-se em defesa dos direitos humanos, mas também, estavam em diálogo com a manutenção do sistema capitalista em curso. Tanto que o Estado do Bem-Estar Social não propôs romper com o capitalismo e estruturar outra cultura e base econômica. Isso nos indica que mesmo em sociedades que o *Welfare State* se realizou mais amplamente a igualdade entre os povos não foi alcançada de forma justa, visto que a divisão de classes se manteve naquele tempo e se mantém ainda hoje (GUERRA, 2017).

Frente a essa realidade, Behring aponta que tanto a proposta keynesiana quanto do *Welfare State*, além de dialogarem em seu modo de pensar a intervenção do Estado, obviamente o *Welfare State* de uma forma mais ampla, ambos os modelos não deram conta de ultrapassar e superar o conflito persistente entre políticas redistributiva⁹ e acumulação capitalista. Não superar a contradição que se estrutura na relação entre capital e trabalho, esta que fomenta e amplia a desigualdade social, é que levou as duas teorias a serem questionadas e praticamente extintas em diversas nações (BEHRING, 2004).

⁹ As políticas redistributivas são executadas com o objetivo de reduzir as desigualdades, e uma das estratégias adotadas são as políticas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família, levando em consideração que parte da população paga mais imposto do que recebe em serviços. Para maiores informações acesse http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9478/tese_patricia_laczynski.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Sabe-se que para a ordem do capital o acordo com o Estado no que se refere à regulação da economia só lhe é interessante quando o Estado incentiva a política do consumo e cria condições que elevam as taxas de juros, o que garante aos capitalistas a ampliação de suas riquezas. Ao capital não interessa os direitos trabalhistas em si, interessa como eles podem contribuir para a produção e reprodução do capital, visto que a exploração do trabalho poderá ser minimizada de acordo com as políticas públicas e sociais implementadas, mas não será extinta enquanto a base econômica capitalista se mantiver ativa. “Dentro disso é que se tornou aceitável certa redistribuição horizontal e limitada na forma de salários indiretos e serviços sociais, cimentada pelo discurso da cidadania em um contexto de forte ascensão das lutas dos trabalhadores” (BEHRING, 2004, p. 22).

Quanto a percepção dos neoliberais acerca do *Welfare State* e do Keynesianismo, não difere muito no que se refere a intervenção do Estado na política econômica e na implementação das políticas sociais. Em ambos os casos, quando o Estado tende a favorecer em maior proporção a classe trabalhadora, reafirmando seus direitos e os ampliando, seja no universo do trabalho ou em outros campos, em que sua intervenção implique em possíveis reduções de seus lucros, o empresariado em harmonia com os neoliberais criticam as políticas sociais as considerando como fruto de um Estado paternalista, em uma compreensão baseada no discurso da meritocracia, discurso equivocado por não considerar as desigualdades sociais que marcam as classes. De acordo com Behring o neoliberalismo propõe a seguinte fórmula para superar a crise, sendo:

1) um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda; 2) um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas; 3) a busca da estabilidade monetária como meta suprema; 4) uma forte disciplina orçamentária, diga-se, contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa natural de desemprego; 5) uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos; e 6) o desmonte dos direitos sociais, implicando na quebra da vinculação entre política social e esses direitos, que compunha o pacto político do período anterior (BEHRING, 2004, p. 12-13).

Frente a essa fórmula podemos compreender que a participação do Estado na perspectiva neoliberal se volta a pautar o mercado como centralidade e restringir o acesso de camadas populares ao consumo, uma vez que as políticas sociais e distribuição de renda não entram como pauta prioritária. É consequência desse processo a consolidação de um Estado a serviço do capital, das elites nacionais e internacionais assim como o fortalecimento da exploração da força de trabalho.

De acordo com Behring, na América Latina, o neoliberalismo se consolidou praticamente de forma hegemônica no final da década de 1980, tendo como principais características o autoritarismo político e a pobreza, diante de um modelo de economia estrutural que visa a concentração de capital, sendo que, em escala mundial a concentração se situava nas mãos das potências europeias e dos Estados Unidos. Cabe ressaltar que no Brasil a chegada do neoliberalismo se dá no início da década de 1990, pouco depois da aprovação da Constituição Federal de 1988. Pode-se dizer que em tempos neoliberais a constituição não seria aprovada, por impulsionar pautas que versavam sobre os direitos humanos e políticas sociais com destaque ao acesso a moradia, educação, saúde, trabalho e afins. O período do neoliberalismo traz grandes consequências, sobretudo para a classe trabalhadora, ou seja, para a massa da população. Podemos dizer que o neoliberalismo representa os interesses da classe burguesa e constitui um modelo de Estado Burguês (BEHRING, 2004).

Após este percurso, é possível afirmar, com base na crítica marxista, que a política social não se fundou nem se funda, sob o capitalismo, numa verdadeira redistribuição de renda e riqueza. Observa-se que a política social ocupa certa posição político-econômica, a partir do período histórico fordista-keynesiano. Percebe-se que a economia política se movimenta historicamente a partir de condições objetivas e subjetivas e, portanto, o significado da política social não pode ser apanhado nem exclusivamente pela sua inserção objetiva no mundo do capital nem apenas pela luta de interesses dos sujeitos que se movem na definição de tal ou qual política, mas, historicamente, na relação desses processos na totalidade. Sem esse olhar, pode ficar prejudicada a luta política em torno das demandas concretas dos trabalhadores, frequentemente obstaculizadas, hoje pela alardeada "escassez de recursos". A luta no terreno do Estado - espaço contraditório, mas com hegemonia do capital - requer clareza sobre as múltiplas determinações que integram o processo de definição das políticas sociais, o que pressupõe qualificação teórica, ético-política e técnica. (BEHRING, 2004, p. 24)

Frente a essa realidade tem-se no Brasil diversas manifestações da questão social, como fruto da ausência de políticas públicas e sociais efetivas e de um olhar político-social que seja sensível, coerente e crítico, que compreenda a necessidade de tratar as causas dos problemas e dificuldades sociais, não apenas seus efeitos. Cabe dizer que as expressões da questão social são inerentes a estrutura econômica e política nacional, com implicações diretas no campo da seguridade social, dentre outras propostas de políticas públicas com enfoque na equidade. Esses conflitos e contradições apontam para a necessidade de pensar um novo projeto societário.

CAPÍTULO 4 – SEGURIDADE SOCIAL E EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

O modo de produção capitalista que a sociedade brasileira está em sintonia, dialoga com a configuração estrutural da seguridade social, que é universal em alguns aspectos e seletiva em outros, tendo também uma articulação importante com a relação entre capital x trabalho.

Neste capítulo busca-se traçar um caminho de como foi construído as políticas sociais, assim como a compreensão sobre os direitos humanos e as expressões da questão social sob as perspectivas de governos que olham para a realidade de formas diferentes.

4.1 Modo de produção capitalista em diálogo como modelo Keynesiano e sua relação com as políticas sociais

O modo de produção capitalista surge como sucessor do modo de produção feudal, no final do século XVIII e sua gênese e sustentação se dá mediada pela relação entre capital e trabalho. Pode-se dizer que é uma transição do trabalho servil para o trabalho assalariado, da relação de nobres e servos para de patrão e operário/proletário, numa relação de extrema exploração, marcado pelo lucro e pela mais valia adquirida através da força de trabalho excedente do operário, a grande marca desta transição é denominada como Revolução Burguesa.

De acordo com Netto (2012) a burguesia começou a ser constituída através dos comerciantes que ganhavam destaque no campo econômico dentro do regime feudal, esse protagonismo potencializou o surgimento de discordância entre esse grupo e a nobreza. No final do século XVIII a burguesia conseguiu se constituir quanto classe – Classe Burguesa – construiu sua hegemonia político-cultural e iniciou o enfrentamento direto contra a nobreza, a classe dominante até aquele momento. Abre-se então o século XIX com a consolidação do Estado Burguês. Nessa conjuntura a nova classe dominante cria estratégias para o desenvolvimento das novas forças produtivas, tratando-se do modo de produção capitalista, onde a mercadoria se torna a coluna vertebral da economia. Cabe ressaltar que o desenvolvimento capitalista ocorre de forma diferente no mundo, e o centro e início de seu desenvolvimento se deu na Europa, região que ficou reconhecida como dos países de capitalismo central.

O capitalismo se consolida por uma relação de exploração da força de trabalho e a acumulação de capital, cujos sujeitos se situam em polos distintos. De um lado está a massa de trabalhadores que possuem apenas a mão de obra como instrumento de trabalho e meio de

captar recurso para sua sobrevivência e de sua família. Do outro aqueles que possuem os meios de produção e dominam as propriedades privadas, e que para acumular e ampliar seus bens atuam como agentes que exploram o trabalhador a fim de garantir lucro. Essa estratégia de acumulação é inerente à ordem capitalista. Essa realidade gera uma relação conflituosa entre capital e trabalho, esta que pode ser considerada como base estruturante das desigualdades sociais na contemporaneidade.

Frente a essa realidade o Estado tem a função de criar estratégias efetivas com o objetivo de minimizar e/ou extinguir estas desigualdades, assim como as manifestações e expressões de violência contra a classe trabalhadora, que mesmo sendo a grande maioria da população é a que mais sofre vítima dos efeitos da sociedade capitalista. A fim de enfrentar tais efeitos o Estado deve atuar através da implementação de políticas públicas e políticas sociais que considerem as disparidades sociais como fruto de uma estrutura econômica seletiva, exploradora e excludente a fim de garantir a sua população o acesso aos direitos sociais básicos.

O modelo de produção capitalista tem como traço estratégico a criação de mecanismos que garantam a submissão e alienação dos trabalhadores, como por exemplo as longas jornadas de trabalho e a pressão por produção, assim como a criação de meios para deixá-los sempre preocupados com a situação de emprego/desemprego, uma vez que neste ambiente econômico o exército industrial de reserva é elemento chave para redução dos salários visto a disparidade entre a oferta e a procura por postos de trabalho. Essa situação afirma a necessidade da organização da classe trabalhadora no que lhe compete à luta para o enfrentamento dessa realidade, a tomada de consciência enquanto classe e o reconhecimento como sujeito no processo de produção são concepções fundamentais para que a luta aconteça de forma coerente e possibilite avanços e conquistas. No entanto na ordem do capital o Estado não toma partido em defesa dos “mais fracos” ou da “maioria”, ainda que esta intervenção pode variar de governos para governos, como pode-se notar ao longo do curso da história, mesmo que a tendência seja quase sempre, em defesa da classe dominante visto a realidade que nos toca, onde acordos esdrúxulos são feitos pela “governabilidade”, diga-se também, que tudo isso é viabilizado por diversas legislações, de forma especial do campo eleitoral. (GUERRA, 2017).

Diante disso pode-se dizer que o trabalho e os trabalhadores estão a serviço do capital, essa expressão se manifesta com maior clareza a partir da divisão do trabalho que teve início na segunda metade do século XVIII através da manufatura. Esta divisão se trata de especializar e selecionar a mão de obra para executar as tarefas de trabalho. A partir desta proposta os trabalhadores passam a executar tarefas pontuais dentro de um processo de produção. Se antes

o trabalhador tinha o conhecimento e participativa de todo o processo de produção de determinada mercadoria, a partir dessa divisão o trabalhador passa desconhecer o processo completo e conseqüentemente passa a não se reconhecer como sujeito fundamental da construção de tal mercadoria, o que lhe causa estranheza em relação ao produto final. Essa divisão do trabalho é fruto da difusão da ideia capitalista de alienação do trabalhador e valorização do capital, pois o trabalhador estará mais vulnerável à dominação dos detentores dos meios de produção, tendo também suas possibilidades no que se refere ao desenvolvimento de habilidades reduzidas propositalmente. Essa estratégia favorece e amplia a exploração da força de trabalho e viabiliza a constituição de uma massa de trabalhadores que não possuem nenhum saber de ofício completo. Uma das marcas centrais do referido processo, ocorreu em vários cantos do mundo a partir da Revolução Industrial, com a divisão sociotécnica atrelada ao desenvolvimento de várias tecnologias, pensadas para reduzir custos e ampliar produção, elevou-se o número de trabalhadores fora do mercado de trabalho e/ou atuando na informalidade, realidade que demandará a ampliação do acesso as políticas de caráter social (NETTO, 2012)

Nos países de capitalismo central, o período pós segunda guerra mundial marcou a expansão das políticas sociais, adotando como vertente de construção, as ideias propostas por Keynes que abordava com maior ênfase a questão do pleno emprego trazendo como centralidade a participação do Estado de maneira intervencionista no campo da economia. Entende-se que os anos entre 1945 e 1970, tem como fortes características: reconhecimento como Anos Dourados, entrada do Brasil na onda do capitalismo monopolista, e de entendimento do capitalismo regulado, foi diante deste cenário que as iniciativas de proteção social ganharam destaque no cenário mundial (GUERRA, 2017).

Keynes compreendia a economia como ciência moral, e tecia diversas críticas a Lei de Mercado que se consolida na perspectiva da macroeconomia naturalista, a qual apontava que a oferta de mercadoria cria sua própria demanda, excluindo a possibilidade de uma crise de superprodução. Diante dessa compreensão Keynes questionava sobre o conceito de produção relacionada ao equilíbrio econômico, assim como em relação à economia capitalista como auto regulável. Por isso sua ideia propõe a intervenção do Estado na economia, visto que a regulação social de forma geral é atribuição do Estado que precisa refletir para além da economia, visto a articulação entre diversos elementos que constitui a sociedade, como por exemplo as implicações sociais do emprego/desemprego (BEHRING, _____).

Durante o período de predominância da teoria keynesiana foi criado um fundo público que se sustentava e ampliava através da arrecadação de capital por meio do Estado vinculada a cobrança de impostos, sendo capturados através da taxaço do lucro adquiridos pelos capitalistas. A constituição deste fundo levava em conta tanto a acumulação capitalista quanto a necessidade da criação das políticas de proteção social, cabe ressaltar que a pauperização é um condicionante à manutenção lógica capitalista, por isso também, se tornou fundamental pensar essas políticas (OLIVEIRA, 1988 apud GUERRA, 2017).

De acordo com o pensamento marxista, o capitalismo nos evidencia a luta de classes, através da divisão entre ricos e pobres. No entanto Marx entende a sociedade capitalista dividida em duas classes sociais antagônicas as quais ele denomina como capitalista e/ou burguesia, sendo essa a dona dos meios de produção e os proletários e/ou trabalhadores e/ou operários, os quais detém apenas a força de trabalho e que são inseridos no processo de divisão social do trabalho, “respeitando” a lei de acumulação capitalista consolidada na mais valia deste grupo, na perspectiva da produção e reprodução da mercadoria (GUERRA, 2017).

Retomando o conceito de mais valia, como já mencionado, ela é constituída através da exploração da força de trabalho do operário e apropriada pelo patrão, a relação se dá entre trabalho pago e trabalho não pago, o trabalho não pago é o que configura a mais valia e conseqüentemente o lucro do capitalista, o salário pode ser considerado como a medida dessa forma de exploração. Cabe enfatizar que a mais valia é concretizada em duas formas: mais valia absoluta – quando ocorre a intensificação e ampliação da jornada de trabalho do operário sem o reajuste de salário, já a mais valia relativa é constituída através no incremento, por exemplo, de máquinas que potencializam o aumento da produtividade, a redução da jornada de trabalho com redução de salários, redução da demanda por mão de obra, ampliando o exército industrial de reserva e viabilizando a redução geral de salários, com isso a precarização do trabalho. Esse conjunto de elementos oferece aos capitalistas a oportunidade de explorar ainda mais e ampliar seus lucros. “Se, por um lado, a taxa de mais-valia é a relação entre mais-valia e salário, por outro lado, a taxa de lucro consiste na relação entre o lucro e o capital, e, portanto, define a rentabilidade do capital, seja ele industrial ou comercial” (MARX, 2006 apud GUERRA, 2017. p.43).

Os conceitos de taxa de mais-valia e taxa de lucro são relevantes para entendermos, adiante, a composição de fundos públicos constituídos pela tributação de parcela da rentabilidade/lucro dos capitalistas. Esses fundos públicos garantiram recursos monetários para o Estado ser capaz de intervir nos níveis de crescimento econômico e no financiamento das políticas sociais que compuseram o *Welfare State* nos países

capitalistas europeus centrais. Isso aponta para o fato de o financiamento do desenvolvimento das políticas sociais possuírem uma ligação estreita com o modo de produção capitalista e com os riscos sociais que ela oferece à parcela da população (OLIVEIRA, 1988; GUERRA, 2017. p.43).

De acordo com vários economistas, a crise mundial de 1929 gerada por causa da superprodução associada a uma baixa demanda foi a realidade de onde partiu a construção da teoria keynesiana, a qual via no Estado uma possibilidade de superação através da participação deste na economia, no entanto a situação se encontrava tão crítica que a teoria propunha também, a expansão das políticas sociais e posteriormente a criação de programas de transferência de renda. Mesmo percebendo as dificuldades e contradições do modo de produção capitalista essa teoria não busca meios de romper com essa ordem, apenas de minimizar seus impactos e garantir sua manutenção. É neste colapso do sistema financeiro que a teoria keynesiana tem ascensão, atrelado a esse momento tem-se também a constituição do Estado Social Democrático (KEYNES, 1982 apud GUERRA, 2017).

Sabe-se que as crises são inerentes ao modo de produção capitalista, no entanto os economistas clássicos não acreditavam que poderiam haver longos períodos, assim como crises vinculadas a superprodução. A teoria da economia clássica apontou que a produção é quem indica a demanda e que os mercados eram autorreguláveis. Por isso não deram conta de dar respostas eficientes aos efeitos da crise de 1929 (GUERRA, 2017).

Em contraposição aos clássicos, os keynesianos diziam que o aumento dos gastos do governo em momentos recessivos do capitalismo era importante para garantir os níveis de investimento que os capitalistas privados não fariam. Isso porque são movidos pelo amor ao dinheiro e em um momento de incerteza em relação ao futuro optariam pela liquidez, causando queda da renda e aumento do desemprego. (...) Por essa ótica que a ampliação dos gastos do governo em períodos anticíclicos poderia ser feita via taxaço da produção dos capitalistas e proprietários de terra (cobrança de impostos) e pela realização de *deficits* orçamentários propositais no orçamento público (...). Óbvio que o aumento da taxaço dos capitalistas só foi possível devido a um contexto histórico específico, em que estavam presentes a crise capitalista, a ameaça socialista iniciada pela revolução Russa de 1917, o pacto fordista e as duas guerras mundiais (OLIVEIRA, 1988; HOBBSAWN, 1995, GUERRA, 2017. p.48-49).

Frente a toda essa realidade conturbada no campo econômico e social, pode-se dizer que a teoria keynesiana contribuiu de forma expressiva no controle da crise e nos períodos que a sucedeu.

4.2 Questão social, políticas sociais e Estado: uma relação de conflitos

A questão social é uma pauta inerente ao sistema econômico capitalista, assim como a divisão da sociedade em classes, como já mencionado. Diante disso tem-se ao longo da história governos que lidam com essas pautas de forma diferenciada, ora irão pensar um Estado com intervenção neste cenário através de estratégias como as políticas sociais de forma a potencializar certa redistribuição de renda, ora irão criar estratégias de atuação mínima do Estado com políticas seletivas, opressoras e de manutenção plena da desigualdade. Nessa perspectiva tem-se a consolidação de uma proposta social e uma proposta liberal que se alternam ao longo da história, no entanto cabe ressaltar que até a presente data o Estado Social não se realizou plenamente.

Pensando na perspectiva do estado frente à questão social, pode-se dizer que as respostas a ela dadas no final do século XIX foram de ordem repressiva, com o intuito de atender apenas demandas pontuais que emergiam da classe trabalhadora, visto que as medidas tomadas não tocavam o cerne da questão social esboçando estratégias que poderiam culminar na melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora de forma geral. Essa realidade se destaca em decorrência da continuidade estrutural do Estado Liberal com aberturas tímidas e limitadas para pensar as expressões da questão social na passagem para o século XX com a ideia de edificar o Estado Social Capitalista no século XX. Pode-se considerar que as primeiras iniciativas de políticas sociais no século XIX e XX não provocaram rupturas entre os dois modelos de Estado, cabe ressaltar que nos dois momentos passou-se a reconhecer determinados direitos da classe trabalhadora, por estarem alinhados a ideia de continuidade, tratando minimamente dos efeitos e não da causa do “problema” (BERHING, 2011).

Não há conquistas sem lutas e cada batalha é fundamental para que se possa vencer uma guerra. Neste sentido a organização e resistência da classe trabalhadora para enfrentar a classe dominante no final do século XIX e início do século XX, passando a exigir reconhecimento dos seus direitos como raça humana e a socialização da riqueza foi decisiva para que os/as trabalhadores/as conseguissem conquistar alguns direitos políticos, como o direito do voto e de organizar-se em sindicatos e partidos políticos com vistas a qualificar suas lutas trabalhistas e de pensar um modelo de governo e ou de estado que respondam seus anseios enquanto classe majoritária em número e minoritária em direitos. Enfrentar a onda desumana capitalista era necessário, pode-se dizer que até mesmo por questões de sobrevivência e de dignidade (BARBALET, 1989 apud BERHING, 2011).

Como aponta Berhing (2011),

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações de forças e composições de força no âmbito do Estado (BERHING, 2011, p.64).

Visto isso pode-se dizer que na América Latina as políticas sociais se tornaram presentes tardiamente, enquanto na maioria dos países desenvolvidos o *Welfare State* se consolidava ao longo do século XX, em países latino-americanos como o Brasil essa tendência não era realidade.

De acordo com Pierson (1991) existem alguns elementos e caminhos que são importantes para pensar na consolidação e possibilidades das políticas sociais como direito social, estas que surgiram no final do século XIX em pleno processo de industrialização pesada, sobretudo nos países de capitalismo central onde a luta de classe tornava-se mais evidente e forte, dentre elas pode-se destacar:

A introdução de políticas sociais orientadas pela lógica do seguro social na Alemanha, a partir de 1883 (...) marcaria o reconhecimento público de que a incapacidade para trabalhar devia-se a contingências (idade avançada, enfermidades, desemprego) que deveriam ser protegidas (BERHING, 2011, p.64).

A compreensão das políticas sociais como instrumento que amplia a ideia de cidadania superando a ideia de sua implementação e direcionamento ser articulada apenas com as questões da pobreza extrema; seguros sociais reconhecidos legalmente como conjunto de direitos e deveres; proteção social e direitos sociais passam a ser entendidas como instrumento que garante o exercício da cidadania; alguns Estados passam a direcionar parte do orçamento público para investir em políticas sociais (PIERSON, 1991 apud BERHING, 2011).

De acordo com Berhing (2011), o Estado Democrático Brasileiro nasce repleto de marcas do passado, dentre elas a proposta de manutenção no que se refere ao domínio de uma classe sobre a outra e a postura de um Estado pouco intervencionista, diga-se que a serviço de uma classe. Nesse cenário o liberalismo é o fundamento e o patrimonialismo é o instrumento que favorece a garantia dos privilégios das classes dominantes, ou seja, tem-se a constituição de um Estado que dialoga e desenvolve as políticas de acordo com as demandas da burguesia,

sendo ela a “nova classe” que surge a partir da transição do sistema imperial para o sistema capitalista. Neste período as políticas sociais enveredam-se por esse caminho da divisão e da manutenção da ordem por fazer parte da estrutura do Estado. “A estrutura social brasileira no seu processo de transição não realiza a ruptura completa com a antiga ordem” (FERNADES, 1998, apud BERHING, 2011) a relação de trabalho estabelecida com baixos salários, longas jornadas, situações de subemprego, seleções excludentes e etc, são provas da manutenção do elo entre trabalho remunerado e trabalho escravo e da necessidade das políticas públicas e sociais que buscam a equidade social.

A primeira constatação é a de que o surgimento da política social no Brasil não acompanha o mesmo período histórico dos países de capitalismo central. A questão social já existente num país de natureza capitalista, com manifestações objetivas de pauperismo e iniquidade, em especial após o fim da escravidão e com imensa dificuldade de incorporação dos escravos libertos no mundo do trabalho, só se colocou como questão política a partir da primeira década do século XX, com as primeiras iniciativas de legislação voltadas ao mundo do trabalho. É interessante notar que a criação dos direitos sociais no Brasil resulta da luta de classe e expressa a correlação de forças predominante. Por um lado, os direitos sociais, sobretudo trabalhistas e previdenciários, são pautas de reivindicação dos movimentos e manifestações da classe trabalhadora. Por outro, representam a busca de legitimidade das classes dominantes em ambiente de restrição de direitos políticos e civis – como demonstra a expansão das políticas sociais do Brasil nos períodos de ditadura (1937-1945 e 1964-1984), que as instituíam como tutela e favor: nada mais simbólico que a figura de Vargas como “pai dos pobres”, nos anos 1930. A distância entre a definição dos direitos em lei e sua implementação real persiste até os dias de hoje. (BERHING, 2011, p.79)

Até o período da Proclamação da República no Brasil, não havia nenhuma legislação que definia qualquer política social, no entanto em 1888 foi criada uma caixa de socorro para a burocracia pública com vistas a instituição de direitos por categorias esta iniciativa influenciará diretamente as políticas de proteção social estabelecidas até aproximadamente 1960 (BERHING, 2011).

Uma das marcas do início do século XX é o surgimento dos primeiros sindicatos, por datar desse período o reconhecimento legal da organização sindical. Com o fim do período escravista e a chegada de muitos imigrantes para atuarem como trabalhadores no país essa organização se desenvolveu a partir da influência e experiências que eles traziam de sua terra natal (em grande escala dos países europeus) onde as organizações populares e as políticas sociais estavam mais desenvolvidas e consolidadas, a organização sindical e o enfrentamento contra a classe dominante foi a responsável pela redução da jornada diária de trabalho para 12

horas em 1911, mas como entre a lei e a realidade há um abismo de diferença, em muitas situações essa regra não foi respeitada (BERHING, 2011).

O ano de 1923 é chave para a compreensão do formato da política social brasileira no período subsequente: aprova-se a lei Eloy Chaves, que institui a obrigatoriedade de criação de Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) para algumas categorias estratégicas de trabalhadores, a exemplo dos ferroviários e marítimos, dentre outros. Por que estratégias, e consequentemente com maior poder de pressão? Naquele momento, o Brasil tinha uma economia basicamente fundada na monocultura do café voltada para a exportação – eis aqui a base da nossa heteronomia -, produto responsável por cerca de 70% do PIB nacional. Por isso os direitos trabalhistas e previdenciários foram reconhecidos para aquelas categorias de trabalhadores inseridas diretamente nesse processo de produção e circulação de mercadorias. Uma maior diversificação da economia brasileira viria apenas após a crise de 1929-1932 – que paralisou o comércio de café e a economia brasileira – e a chamada Revolução de 1930. As CAPs foram as formas originárias da previdência social brasileira, junto com os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP's), sendo a dos funcionários públicos o primeiro a ser fundado, em 1926. (BERHING,2011, p.80)

Caminhando no curso da história, tem-se no Brasil o golpe civil – militar em 1964 que instaurou o período da ditadura, esta que se consolidou através de uma aliança entre os militares e a elite brasileira para obter o comando do país, com um discurso de instaurar a ordem.

O período ditatorial foi marcado pela industrialização, êxodo rural, o chamado “Milagre Econômico”, a expansão do fordismo e a construção de importantes rodovias e hidrelétricas pensando no desenvolvimento econômico do país, em meio a censura, repressão, corte de direitos, sobretudo políticos. Havia também a expansão de políticas sociais com um caráter tecnocrata, conservador, seletivo, sendo compreendida como favor e não como direito em uma perspectiva modernizadora, mas também, conservadora. A estrutura de Estado direcionava suas ações focando no desenvolvimento, atrelando-o ao progresso com grande abertura ao capital estrangeiro o que ampliou dívida externa (período histórico no qual a dívida mais cresceu).

Pensando as expressões da questão social, este período também não tratou de sanar as raízes do problema, visto que suas políticas foram conduzidas de forma a favorecer a elite brasileira e manter o controle sobre as relações injustas e exploradoras da força de trabalho, agora lidando com um mercado industrial de reserva ainda maior e desqualificado.

De acordo com Faleiros (2000) as características das políticas sociais deste período que tem maior destaque são as vinculadas às questões trabalhistas como: criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), ampliação da previdência social para trabalhadores rurais por meio do FUNRURAL, para as empregadas domésticas, jogadores de futebol,

autônomos e ambulantes, cria-se também em 1974 a Renda Mensal Vitalícia para os idosos pobres no valor de meio salário mínimo, apenas para os que já haviam contribuído para a previdência ao menos por um ano, os demais idosos eram excluídos desse processo (FALEIROS, 2000 apud BERHING, 2011).

Ao longo do período da ditadura houve a legitimação de importantes políticas voltadas à saúde, a previdência social, mas no campo da assistência social para além de algumas pautas que também se enquadram na previdência poucas iniciativas foram tomadas, neste caso, destaca-se a Política Nacional de Habitação (PNH), que não atendia as camadas mais populares, e sim a classe média. Como o pensamento é do desenvolvimento e da modernização dentro de uma estrutura capitalista, a PNH é pensada para fomentar também o mercado, e neste caso a partir da estratégia Keynesiana que coloca o Estado com agente que intervém na economia para dar a ela o movimento necessário com a preocupação de manter os trabalhadores na ativa. Como instrumento vinculado a essa estratégia é que o Estado cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), um tipo de poupança forçada que obrigada os empregadores depositar na conta dos funcionários o valor de 8% do salário mensalmente, e também o Programa de Integração Social (PIS) para empregados em empresas privadas e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), com estes recursos os trabalhadores poderiam financiar suas moradias via PNH, uma vez que o salário da maioria dos trabalhadores era até mesmo insuficiente para manter as despesas básicas da família (BERHING, 2011).

Cabe ressaltar que as políticas públicas e sociais não atendiam a todos/as (era seletiva e restrita), a qualidade dos serviços não eram das melhores, essa realidade poderia ser considerada como uma estratégia para fomentar a privatização na área da saúde e da educação de forma mais expressiva. Estas políticas foram implementadas ao longo da década de 1970, visto que na década de 1980 o regime militar começou entrar em colapso. Parte responsável pelo esgotamento desse projeto societário se deu em decorrência do endividamento nacional (os setores privados foram os maiores responsáveis para o aumento da dívida, porém, o lucro era individual e a dívida socializada com o Estado), e dá alta inflacionária que incomodou amplamente a sociedade de forma geral. Sendo assim a sociedade brasileira caminhou rumo a retomada da democracia, porém o projeto que se desenhara correspondia a influências externa e resultou em um projeto neoliberal cuja participação do Estado se deu envolvida pela ordem do capital, pensando o Estado Máximo para servir as exigências do mercado e o Estado Mínimo para atender as demandas da população, sobretudo das camadas mais populares e carentes (BERHING, 2011).

Em meados da década de 1970, o modelo ditatorial começou a apresentar fragilidades que indicavam sinais de que este modelo poderia não se sustentar por muito tempo, visto os impactos no campo econômico em escala nacional e internacional, a partir desse período os olhares passaram a ser ainda mais críticos sobretudo daqueles que observam o “progresso” atrelado a condução e participação da esfera pública e privada nesse processo. O período da ditadura foi marcado pelo crescimento da dívida “pública” externa, sobretudo na década de 1980, esta dívida gera um grande ônus para a população brasileira ainda nos dias atuais.

O setor privado foi o maior responsável em contrair e ampliar a dívida por pensar o progresso a qualquer custo seguindo padrões de uma realidade internacional que não dialogava com a realidade brasileira. Por ceder a pressões e estratégias do FMI que fomentam o endividamento, a aliança entre a elite brasileira e o governo foi fundamental para essa ocorrência, assim como para a estatização e socialização de grande parte da dívida, que de acordo com Berhing “no Brasil, 70% da dívida externa tornou-se estatal”. Com isso, “criou-se uma contradição entre a intensa geração de receitas de exportação pelo setor privado e o intenso endividamento de setor público” (BERHING, 2011, p.139). Cabe ressaltar que a crise econômica da década de 1980 ocorreu em escala internacional, porém suas consequências foram fortes na periferia do mundo, visto a dependência econômica e influência política dos mais ricos sobre os mais pobres, como o Brasil que mesmo com a transição do período ditatorial para o retorno à democracia emergiu-se em um modelo societário que não prezava por exterminar as desigualdades via políticas públicas e ou políticas de Estado, “de um ponto de vista econômico, tem-se, na entrada dos anos de 1990, um país derruído pela inflação, que foi fermento para a possibilidade histórica da hegemonia neoliberal” (BERHING, 2011, p.140).

No entanto, a transição do período ditatorial para o período democrático não foi realizado sem luta! Um dos elementos mais importantes nesse processo foi a organização social que articulou e organizou trabalhadores e movimentos sociais, que pautaram pela Assembleia Livre e Soberana pela Constituinte, esta que deveria ser construída envolvendo a sociedade civil e os interesses populares, das quais pode-se destacar “reafirmação das liberdades democráticas; impugnação da desigualdade descomunal e afirmação dos direitos sociais; reafirmação de uma vontade nacional e da soberania, com rejeição das ingerências do FMI; direitos trabalhistas; e reforma agrária” (BERHING, 2011, p.141). É sabido que esse processo não ocorreu de modo ideal, mas que marca uma grande conquista para o povo brasileiro com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que trata como direito do/a cidadão/ã o acesso a saúde, a educação, a assistência social, dentre outros, assim como garantiu a participação popular em

espaços deliberativos de construção política a exemplo da constituição de conselhos de direito, como o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O ano de 1988 foi muito simbólico, porém nada foi mudado estruturalmente na sociedade brasileira. Há de se dizer que mesmo com alguns direitos inscritos na lei a correlação de forças entre o Estado, a burguesia e os trabalhadores se manteve e mantém firme. A proposta de Estado Mínimo logo na década de 1990 é uma prova da aliança entre o Estado e a burguesia, que coloca a classe trabalhadora cada vez mais refém da sociedade capitalista que se estrutura no exploração da força do trabalho e se garante intermediada pela alienação do trabalhador. Neste sentido ressalta-se que as políticas, sobretudo sociais eram executadas não de acordo com a demanda, pois sua tendência era atender “os pobres dos mais pobres”, como no período da ditadura. Com a CF isso deveria mudar, mas com a chegada do neoliberalismo não era tão diferente a realidade.

Buscando exemplificar um pouco sobre como era pensado e executado as políticas sociais no período da ditadura e sua semelhança com as políticas adotadas na década de 1990, pode-se observar a partir da leitura de Behring,

Do ponto de vista dos últimos anos da ditadura e do governo Sarney, na chamada Nova República, apesar dos anúncios de priorizar a área social, houve iniciativas pífias no enfrentamento das expressões da questão social. O carro chefe da política social de Sarney, por exemplo, foi o conhecido Programa do Leite, mais voltado para instrumentalizar as associações populares – incumbidas de distribuir os tickets para as famílias, o que gerou vantagens clientelistas – do que em promover a ampliação do acesso à alimentação. Assim, nesse período, mantém-se o caráter compensatório, seletivo, fragmentado e setorizado da política social brasileira, subsumida à crise econômica, apesar do agravamento das expressões da questão social. (BERHING, 2011, p.144)

Nada se transforma ou se implementa de um dia para outro, com isso quero dizer que a proposta de redemocratização que chega com a CF caminhará a passos lentos, contudo almejando conquistas reais extremamente necessárias. São resultados do processo da luta pela constituinte, da promulgação da CF 88 e das lutas contínuas da classe trabalhadora: a regulamentação da política da seguridade social com destaque aos direitos por ela resguardado, a exemplo do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas com deficiência, a cobertura previdenciária estendida aos trabalhadores rurais (o que hoje é alvo de críticas e álibi para apontar déficit na previdência social), enfatiza-se que ainda no campo dos direitos houve a regulamentação da licença maternidade, redução da idade para aposentadoria, dentre outros. Quanto a seguridade social é importante ressaltar que ela possui um orçamento

específico que advém dos impostos e da contribuição dos trabalhadores formais (BERHING, 2011).

Adentrando no período neoliberal, destaca-se as relações deste com a política social, e que de acordo com Behring (2011) esse momento é marcado com contrarreformas.

De acordo com Ferreira (2006), com a chegada de Fernando Collor de Melo à presidência da república, iniciou-se um momento de reformas estruturais nas áreas administrativas, com enfoque na redução e reconfiguração de órgãos públicos e corte de pessoal. Sem ter um fio condutor que justificasse a sociedade de forma clara, essa nova proposta foi conduzida sem que a população pudesse participar da tomada de decisão. Em 1992 Collor deixou o poder devido ao processo de impeachment contra ele, seu vice Itamar Franco assume a presidência e opta por seguir a mesma linha de trabalho de Collor. Este governo focou também em ações voltadas às políticas de privatização de empresas estatais, essa ideia abriu vários diálogos, que em governos seguintes foram aprimorados e consolidados de forma mais expressiva. Questões como privatização de empresas estatais são instrumentos importantes em gestões neoliberais, que visam a redução do tamanho do Estado.

Já em 1994 o sociólogo Fernando Henrique Cardoso vence o processo eleitoral e se torna o novo presidente do Brasil por 02 (dois) mandatos consecutivos. O governo Fernando Henrique Cardoso da continuidade às ações iniciadas no governo Collor/Itamar criando estratégias e abertura ao capital estrangeiro para acelerar o processo das privatizações, como uma proposta de desmonte do Estado brasileiro, que mercantiliza seus bens sem diálogo com a população e por valores incompatíveis com a realidade de mercado. Um dos exemplos foi a venda da empresa de mineração Vale do Rio Doce. Nesse cenário o campo da educação também foi atingido. As escolas e as poucas instituições públicas de ensino superior (visto a demanda) no Brasil passaram também por um momento de sucateamento desde o congelamento dos salários dos profissionais à precarização de recursos pedagógicos e afins. Há de se considerar que no campo da economia, este governo teve um grande destaque com a implantação do Plano Real, que juntamente com a onda das privatizações foram as grandes marcas deste período. Cabe ressaltar que algumas políticas sociais começaram a ser pensadas e introduzidas de maneira muito tímida, como por exemplo o Programa Bolsa Escola e Auxílio Gás.

O neoliberalismo é o modelo societário mais presente e mais resistente na contemporaneidade em várias nações do mundo. Ele traz em sua estruturação especificidades que fomentam a permanência de um contexto de dominação, exploração e dependência. A ele agregou-se mais um elemento fundamental que é a lei de valor conforme aponta Santos, “a

proposta neoliberal consiste na subordinação da sociedade no seu conjunto à lei do valor que rege a economia de mercado, entendido agora, mais do que nunca, como mercado global” (2010. p.62). De acordo com Santos o mercado é o elemento central que influencia na ordem social, como instrumento norteador, neste modelo societário os objetivos mercadológicos se sobrepõem aos objetivos de existência de determinados grupos humanos. A economia de mercado é o grande alimento do capitalismo, sendo pretensamente universal por não distinguir entre zonas centrais e periféricas do mundo, desde a perspectiva macro até a perspectiva micro. Este modelo apresenta-se como uma grande e essencial aliança no que se refere as questões sociais desde sua origem em escala micro à macro, em diálogo com os desdobramentos da econômica universal que obriga a maioria dos países a engajar-se neste sistema, potencializando a ideia do Estado Mínimo e do consequente caos social, com maior desdobramento na vida dos indivíduos que constituem as camadas mais pobres da sociedade. Essa realidade faz ecoar gritos de exclusão e exploração sofrida pela classe trabalhadora, porém estes gritos tendem a serem silenciados ou dissimulados em vários cantos do mundo, tendo a mídia como um dos instrumentos utilizados para isto.

Emir Sader faz uma abordagem sobre os efeitos da consolidação do neoliberalismo no Brasil, dizendo que,

O neoliberalismo no Brasil promoveu dois fenômenos centrais, ambos negativos: a financeirização da economia e a precarização das relações de trabalho. A desregulamentação liberou os capitais dos seus entraves e eles buscaram no setor financeiro, maciçamente, as melhores formas de maximização dos lucros. Os investimentos especulativos se tornaram muito mais atraentes do que os produtivos, gerando uma brutal transferência de renda de uma esfera para a outra. O Estado se tornou refém do capital financeiro, com a multiplicação do déficit público e seu endividamento. As relações de trabalho foram submetidas a processos de informalização, que na realidade significaram sua precarização, com a expropriação de direitos essenciais dos trabalhadores – a começar pelo contrato formal de trabalho –, fazendo com que deixassem de ser cidadãos do ponto de vista social, isto é, deixassem de ser sujeitos de seus direitos. A maior parte dos trabalhadores se manteve na condição da exclusão social (SADER, 2013, p.138).

O Governo de Fernando Henrique Cardoso tem como marca uma posição reformista que visava atender as demandas colocadas pelo mercado. O Estado vem de um período histórico de aprofundamento da crise econômica, apresenta-se as privatizações e a reforma na previdência social como uma estratégia para retomar o equilíbrio da economia e voltar a crescer, adotando um novo projeto para a nação brasileira com destaque para a modernidade. Porém,

essa modernidade não estava em diálogo com as conquistas da CF de 1988 sobretudo no campo da seguridade social (BERHING, 2011).

Pensando em escala internacional, nas políticas que visam a garantia e ampliação dos direitos sociais, vários países do mundo, sobretudo os desenvolvidos (países de capitalismo central) que incluíram em sua estrutura socioeconômica a pauta do Estado do Bem Estar Social (“*Welfare State*”), ou seja, incluíram uma nova proposta que atuava como conciliadora na perspectiva dos direitos e da ampliação do mercado e não pressupunha ruptura com a estrutura capitalista que se alimenta, também, das desigualdades. De acordo com Behring o “*Welfare State* foi claramente uma reforma – uma tentativa temporal e geopoliticamente situada de combinar acumulação e diminuição dos níveis de desigualdade, com alguma redistribuição de renda” (BERHING, 2011, p.150). Em relação ao Brasil não há consenso no que se refere a vivência do *Welfare State*. Ainda referenciando Behring e destacando a realidade do Brasil, entende-se que “nas nossas paragens não houve reformas no sentido socialdemocrata, mas processos de modernização conservadora ou de revolução passiva. Os avanços constitucionais de 1988, de natureza reformista, foram possíveis numa conjunção bastante particular de elementos, numa conjuntura de radicalização democrática após uma ditadura de 20 anos” (BEHRING, 2011, p.151). Com a chegada do neoliberalismo as pautas de lutas no campo dos direitos sociais ficaram à margem, visto a perspectiva ideológica que alimenta esse projeto, por isso a onda reformista.

Observa-se que o centro da “reforma”, na verdade, foi o ajuste fiscal. O “reformismo” neoliberal traz em si uma forte incongruência entre o discurso da chamada reforma e a política econômica. Aqui ocorreu uma espécie de *aparente* esquizofrenia (Behring, 2003:199): argumentava-se que o problema estaria localizado no Estado, e por isso seria necessário reformá-lo, para novas requisições, corrigindo distorções e reduzindo custos, enquanto a política econômica corroía aceleradamente os meios de financiamento do Estado brasileiro através de uma inserção na ordem internacional que deixou o país à mercê dos especuladores no mercado financeiro, de forma que todo o esforço de redução de custos preconizado escoou pelo ralo do crescimento galopante das dívidas interna e externa (BEHRING, 2011, p.152).

Diante desse endividamento e imagem de um Estado falido e deficiente, uma das ideias centrais focalizadas na “salvação do Estado Brasileiro” seria torna-lo menor, e com essa ideia é que a perspectiva das privatizações se difunde e consolida. A estratégia de *marketing* afirmava que a via seria: atrair capitais, ampliar o acesso ao consumo de mercadorias, melhorar a qualidade dos serviços que eram prestados de forma “precária” pelo Estado, tornando possível a criação de estratégias para que o Brasil se torna-se um exemplo de superação econômica,

tendo em vista a importância de atingir o título de nação de economia eficiente, porém dominada pelas empresas, que neste sentido passa a ditar as regras em diversos campos da sociedade, em outras palavras a “mercantilização da vida e dos direitos” se torna algo bastante notável, o que representa o domínio do privado sobre o público, onde a contradição é evidente, uma vez que o público financia de forma ampla os setores privados afim de que o Estado pareça estar em ordem. Tudo isso é considerado fruto de uma aliança entre a elite e o Estado em que as ações apontam para o desmonte do Estado como agente de intervenção e executor das políticas sobretudo no campo dos direitos por ter como prioridade atender as exigências do mercado que por sua vez, não tem sintonia com as demandas da classe trabalhadora e seu bem estar (BEHRING, 2011).

Cabe ressaltar, que

Com a privatização brasileira, houve a entrega de parcela significativa do patrimônio público ao capital estrangeiro, bem como não-obrigatoriedade das empresas privatizadas de comprarem insumos no Brasil, o que levou ao desmonte de parcela do parque industrial nacional e a uma enorme remessa de dinheiro para o exterior, ao desemprego e ao desequilíbrio da balança comercial. Diga-se, o inverso de tudo o que foi anunciado: o combate à crise fiscal e o equilíbrio das contas públicas nacionais (BEHRING, 2011, p.153).

É nessa perspectiva das privatizações e da transferência de responsabilidade do Estado para outras organizações é que amplia o número de entidades vinculadas ao terceiro setor da economia, com a responsabilidade de atuar como agentes executores de políticas públicas na ausência do Estado, sendo de caráter privado e de interesse público. Na maioria das vezes essas organizações tinham/tem o hábito de compor sua equipe de trabalho de forma mista, entre trabalhadores remunerados e voluntários/as (“trabalhadores/as” não-remunerados), qualificando muitas vezes a assistência social como solidariedade e não como direito. Esta realidade é conflituosa com o campo da seguridade social, seja pela via dos direitos humanos, seja pela via do trabalho. Ao longo desse período houve também a criação de um grupo técnico responsável pela formulação das políticas e as agências reguladoras seriam responsáveis pela implementação, dividindo assim a responsabilidade que antes era exclusiva do poder executivo. Neste sentido é importante dizer que o Estado é um dos maiores financiadores das agências, pode-se dizer que essa é uma estratégia adotada para evitar manchar os governos caso a execução das políticas se desenvolva de forma equivocada, deficiente e/ou não saia do campo das ideias. Esse afastamento do Estado pode ser pensando como uma forma de manter o

domínio sem trazer para si os ônus do processo. Temos aqui a famosa “mão invisível do Estado¹⁰” (BEHRING, 2011).

É nessa realidade que o neoliberalismo se impõe, trazendo para realidade a estruturação do que Behring chama de “trinômio do neoliberalismo para as políticas sociais – privatização, focalização / seletividade e descentralização” (BEHRING, 2011, p.155). Cabe dizer que a descentralização do poder é algo interessante quando garante a participação da sociedade civil nas diversas deliberações do Estado, não como um comitê executivo “preso” ao Estado e aos mandos e desmandos do capital. Situação que coloca em risco as políticas sociais que tornam cada vez mais seletivas e excludentes e as políticas públicas universais que são enfraquecidas e tendem a dar espaço para as privatizações como solução dos problemas.

No ano de 2002, temos novas eleições presidenciais e desta vez o eleito foi Luiz Inácio Lula da Silva, um operário sindicalista que não possuía diploma de ensino superior. Ele vence as eleições com um discurso voltado à classe trabalhadora e com indicativos de possível rompimento com o modelo neoliberalista de governo, dando ênfase a uma gestão democrática e participativa. Ressalta-se que Lula teve dois mandatos consecutivos, depois foi sucedido pela Presidenta Dilma que atuou na mesma perspectiva do governo anterior sendo eleita por dois mandatos consecutivos. Porém o último de seus mandatos foi interrompido logo no segundo ano (2016) de governo por um impeachment que é tratado por vários seguimentos sociais como golpe.

Conforme aponta Sader (2013), os governos Lula e Dilma trouxeram características que podem classificá-los como governos pós-neoliberal, pois conduziram a gestão pública de forma mais alinhada aos governos de tendência popular e de esquerda dos países da região sul-americana, como Argentina, Venezuela e Bolívia, sob a presidência de Néstor e Cristina Kirchners, Hugo Chávez e Evo Morales respectivamente.

Segundo Sader (2013), Lula adotou uma estratégia política que teve como fio condutor a criação de meios que garantiria a estabilidade monetária, entendendo-a como elemento fundamental para movimentação da economia interna e externa. A retomada do desenvolvimento econômico com maior atenção as potencialidades nacionais e o mercado interno, e de forma especial as políticas de distribuição de renda visando a concretização dos direitos sociais. Estas foram pautas em suas campanhas eleitorais e ao que parece foram prioridades na gestão.

¹⁰ Termo adotado por Adam Smith para referir à força existente na economia de mercado que fomenta e conduz os indivíduos a se estabelecerem diante de uma ordem determinada, na qual o Estado se coloca a serviço dos interesses do mercado e não como aquele que o controla.

Nas exatas palavras de Sader,

Lula buscou avançar inicialmente pelas vias de menor resistência e maior fragilidade do neoliberalismo: deu prioridade às políticas sociais (enquanto o neoliberalismo impôs a ditadura da economia) e aos projetos de integração regional (enquanto o neoliberalismo privilegiou o livre-comércio e os tratados de livre-comércio com os Estados Unidos). A criação de formas inovadoras de políticas sociais – o próprio Bolsa Família, que passou a simbolizar a reversão das condições sociais históricas herdadas pelo governo Lula – e a inviabilização da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), um bloco econômico regional do qual o Brasil e os Estados Unidos eram os principais elementos, marcaram a ruptura com a herança neoliberal e se tornaram eixos estratégicos da alternativa pós-neoliberal (SADER, 2013, p.139 -140).

Os governos Lula e Dilma foram marcados pela abertura do diálogo com maior coerência e eficiência entre a sociedade civil e o governo, o que potencializou o surgimento e ampliação de diversos conselhos de direitos setoriais, assim como o fortalecimento dos que já existiam. Os governos citados, dialogavam também com os setores da economia privada, o que gerava desconfortos em determinados grupos sociais que não viam com bons olhos a construção de alianças com organizações privadas, sobretudo do setor industrial e empresarial.

Destaca-se duas marcas destes governos. No campo da educação a expansão e ampliação do ensino público superior e a garantia de acesso da classe trabalhadora a esse espaço em decorrência de maior abertura de cursos noturnos, disponibilização de bolsas de estudo, e incentivo às cotas. O outro destaque foi a política de acesso à moradia, combate à fome, dentre outros que no momento não cabe descrever.

O exercício da democracia se dá no diálogo e vai muito além dele, um fenômeno que compete a essa gestão democrática-participativa, nesta investigação considerada como elemento importante, é a valorização dos espaços coletivos responsáveis legalmente pela elaboração, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas. Também é função de uma gestão democrática-participativa a promoção de eventos como fóruns, conferências, seminários que propõe a integração da sociedade civil com as pautas políticas juntamente ao governo, essas construções foram evidenciadas nas referidas gestões, como é o caso dos conselhos de direito e das conferências nacionais.

Hoje o Brasil vive um intenso retrocesso sob o Governo de Michel Temer, a população tem-se demonstrado muito insatisfeita, prova disso são as reações populares nos mais diversos espaços de vivência coletiva. Em vários eventos públicos oficiais e não oficiais há registros de gritos que entoam em coro o famoso “Fora Temer”. São diversas manifestações acontecendo ao longo do ano. Os conflitos vêm se acentuando em decorrência dos ataques contra a

democracia e os direitos humanos. Diante disso vários movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos e afins tem se posicionado contra o autoritarismo do governo e tem buscado retomar a formação de base, organizando debates, manifestações públicas, paralizações, rodas de conversas, aulas públicas e também organização de coletivos e de comitês de resistência que acreditam que o *impeachment* foi um golpe para a tomada de poder. Contudo, ainda é notória a ausência da consciência de classe, o que contribui para a manutenção desse cenário marcado pela corrupção e desrespeito à população brasileira e os resultados desse processo poderão interferir na vida da criança e do adolescente de diversas formas.

CAPÍTULO 5 – CRIANÇA E ADOLESCENTE E O FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Este capítulo é dedicado a permear pelo universo da criança e do adolescente pensando na trajetória legal que o “elevou” a categoria de sujeito de direito, com atenção especial a participação popular frente as lutas em defesa e promoção dos direitos do referido segmento social, o qual se fortalece com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente e a criação dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente tendo eles uma relação direta e estreita com o Fundo da Infância e Adolescência.

Este capítulo aborda também o estudo de caso que versa sobre os apontamentos do relatório do diagnóstico da situação da infância e adolescência do município de Ouro Preto publicado no ano de 2012 e o diálogo com os projetos financiados pela Fundo da Infância e Adolescência no ano de 2014.

5.1 – Criança e Adolescente: sujeito de direito

O processo de mudanças e transformações no âmbito sociocultural que acontecem nas relações sociais, ora de forma natural, ora de forma tendenciosa e/ou coercitiva relacionadas à infância, teve um importante papel no que diz respeito a construção e compreensão das crianças e adolescentes, para que em um dado momento passassem a ser considerados/as sujeitos de direito.

Mesmo que o conceito versa sobre as definições e percepções acerca das construções que abordam, constituem e delimitam a faixa etária referente a infância, já tenha sido discutido por importantes sociólogos, essa temática é muitas vezes posta em segundo plano, uma vez que, para descrever a sociedade grande parte dos estudiosos/pesquisadores/cientistas estudam as crianças e os adolescentes a partir do que os adultos colocam sobre eles/as, muitas vezes por não compreendê-los/as como sujeitos capazes de dizer ou de expressar sobre si, a ponto de minimizaras possibilidades da sociedade compreender a essência do ser criança e adolescente inserida em diversas realidades societárias.

Não valorizar a voz e o ser criança e adolescente nos parece um grande equívoco, que vem sendo contornado com novos métodos de pesquisas como por exemplo as pesquisas narrativas no âmbito qualitativo. Essas iniciativas colaboram para que o reconhecimento desse grupo seja de tê-lo verdadeiramente como sujeitos. Caso contrário os/as pesquisadores poderiam conduzir a sociedade para o entendimento de que as crianças são como tábuas rasas

desprovidas do saber que se desenvolve na vida cotidiana. Muitos avanços ocorreram e muitos outros passos precisam ser dados, para que o direito de ser sujeito não esteja condicionado a elementos, como por exemplo, referências econômicas.

É sabido que a compreensão da criança como um ser capaz de contribuir para o desenvolvimento social é entendido inicialmente como um instrumento para desenvolver o campo industrial, ou seja, não surge na perspectiva dos direitos, mas sim por possuir uma força capaz de atuar nas fábricas como um trabalhador cuja mão de obra é mais barata, não muito diferente da mulher ao longo de grande parte do século XVIII, XIX e até mesmo XX. Essa realidade laboral de exploração marca o capitalismo. Destaca-se ainda, que a divisão do trabalho e a demanda por mais mão de obra vinda com a industrialização, demandou mão de obra mais qualificada para determinadas funções, logo a criança, pode em potencial ser capacitada com mais facilidade e inserida no universo de trabalho (MARX, 1973 apud CUNHA, 2013).

Pensando a constituição dos direitos e a relação destes com a formação do indivíduo como sujeito, entende-se que essa construção faz parte de um processo mais amplo que abarca categorias de indivíduos para além das crianças e dos adolescentes, ou seja, a história dos direitos das crianças e dos adolescentes na perspectiva internacional deve levar em consideração as desigualdades territoriais, os diálogos entre centro e periferia no contexto de nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, e o debate se encontra vinculado à história dos direitos do homem de maneira geral. Entende-se que a origem dos direitos da criança e do adolescente estão pautados nos “nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade que se propagaram com as correntes filosóficas da Revolução Francesa (1789-1799)” (GONÇALVES, 2016, p.01).

Na busca de compreender a trajetória referente a elaboração legal de instrumentos políticos que visam evidenciar a criança e o adolescente como sujeitos de direito, Gonçalves (2016) faz rememorar alguns caminhos desafiadores percorridos, apontando alguns documentos internacionais e nacionais de maior relevância no campo dos direitos da criança e do adolescente no mundo. Mesmo considerando que essa é uma realidade nova e que demanda aprimoramento e muita luta, para que os textos saiam do papel em sua totalidade e toque a realidade e a vida de cada criança e adolescente como forma de potencializar a dignidade e o protagonismo desta população via justiça social embasada juridicamente. Nesta perspectiva destaca-se:

- ✓ **Declaração dos Direitos da Criança (1959):** A proclamação desta Declaração tem como objetivo garantir que,

a criança tenha uma infância feliz e possa gozar, em seu próprio benefício e no da sociedade, os direitos e as liberdades aqui enunciados e apela a que os pais, os homens e as melhores em sua qualidade de indivíduos, e as organizações voluntárias, as autoridades locais e os Governos nacionais reconheçam estes direitos e se empenhem pela sua observância mediante medidas legislativas e de outra natureza, progressivamente instituídas. (ONU, 1959)

A execução completa das exigências que compõe esta declaração, são ações que devem passar por 10 (dez) princípios que a regem. Estes princípios afirmam que todas as crianças, sem qualquer tipo de distinção e/ou discriminação, deverão ter os direitos declarados neste documento resguardados. A proteção social e o acesso aos benefícios da previdência social, o nome e a nacionalidade desde o nascimento, o tratamento e cuidados especiais de acordo com a necessidade, o amor e a compreensão como elementos importantes para o desenvolvimento humano, o acesso à educação primária gratuita, a prioridade em situações que demandam socorro são questões garantidas nessa declaração, além disso, este documento veta o trabalho infantil. Trata-se com bastante cautela a proteção contra as diversas forma de violência e discriminação. Esta declaração será o ponto de partida para outras legislações e lutas (ONU, 1959).

- ✓ **Constituição Federal Brasileira (1988):** A Constituição Federal de 1988, além de demarcar um novo tempo na legislação para a população brasileira de forma geral, alguns aspectos direciona-se à particularidades das crianças e dos adolescentes no campo dos direitos, pode-se destacar:

O reconhecimento e a necessidade de proteção à infância, o direito de atendimento em creches e pré-escolas às crianças, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de proteção de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988 apud GONÇALVES, 2016, p. 02)

- ✓ **Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989):** Refere-se aos marcos internacionais legais que consolidam como regra de convivência social e respeito humano a proteção integral da criança, com destaque há 03 (três) categorias dos direitos: provisão, proteção, participação que balizam o documento, sendo:

Direitos relativos à provisão– onde são reconhecidos os direitos sociais da criança, relativamente à salvaguarda da saúde, educação, segurança social, cuidados físicos, vida familiar, recreio e cultura; Direitos relativos à proteção – onde são identificados os direitos da criança a ser protegida contra a discriminação, abuso físico e sexual, exploração, injustiça e conflito; Direitos relativos à participação – onde são identificados os direitos civis e políticos, ou seja, aqueles que abarcam o direito da criança ao nome e identidade, o direito à liberdade de expressão e opinião e o direito a tomar decisões em seu proveito. (HAMMAERBERG, 1990; SOARES, 1997 apud GONÇALVES, 2016, p.02)

- ✓ **Estatuto da Criança e do Adolescente (1990):** O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é sem dúvida a principal legislação brasileira que versa sobre os direitos, deveres e promoção da criança e do adolescente, sendo ele fruto de uma grande luta social também, mediada pelos desdobramentos da CF de 1988. O ECA é um documento bastante distinto do Código de Menores, que o antecedeu no que se refere a documento oficial com destaque ao referido público.

O ECA propõe-se a instituir um novo modelo de políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos da infância e da adolescência, baseado em ações intersetoriais orientadas pelos seguintes direitos fundamentais: direito à vida e à saúde; direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; direito à convivência familiar e comunitária; direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; e direito à profissionalização e à proteção ao trabalho. (RIO DE JANEIRO, 2010, p.10)

O ECA traz uma compreensão ampliada da criança e do adolescente, como sujeitos em pleno desenvolvimento e busca atentar-se para questões que dialogam com a formação integral deste grupo etário, sem desconsiderar o grau das possibilidades e indicativos de vulnerabilidade que marcam a vida desses sujeitos. Por isso, volta sua atenção às propostas políticas que adotam um viés educativo, restaurativo e inclusivo, contrariamente à perspectiva punitiva e excludente que marca o Código de Menores. A mudança na terminologia “Menor” para “Criança e Adolescente” é também uma grande conquista legal, marcada por um grande simbolismo social e cultural que se apresenta como importante rompimento, fazendo menção a desigualdade social e a discriminação. Visto que o termo sujeito nesse entendimento se opõe ao termo menor. Por isso, o termo menor se torna uma forma de tratamento desatualizada pós 1990.

O ECA reafirma as deliberações políticas sobre criança e adolescente contidas da CF de 1988, aprofunda o debate buscando garantir meios de participação e amplia as políticas, com o objetivo de proteger de forma justa e ampla esse público, considerando as várias dimensões da vida que constitui cada indivíduo nesta faixa etária marcada por grandes conflitos. Dentre os

diversos artigos presentes na Lei 8069/1990, salienta-se as afirmativas quem consideram a criança e o adolescente como sujeitos de direitos conforme apresentado no artigo 100, parágrafo único que elenca 12 princípios que regem a aplicação de medidas, destaca-se: “I - condição da criança e do adolescente como sujeito de direitos: crianças e adolescentes são titulares dos direitos previstos nesta e em outras Leis, bem como na Constituição Federal” (BRASIL, 1990).

Como já indicado anteriormente, a concepção que compreende a criança e o/a adolescente como sujeito de direito é uma conquista nacional historicamente atual (quase 28 anos), visto a maneira como se constituía a relação dessa parcela da população com as demais categorias, sobretudo em relações sociais marcadas pelo patriarcalismo.

Mesmo que na contemporaneidade, sobretudo a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) muitos avanços foram conquistados, como por exemplo o direito a educação e a família, muitas crianças e adolescentes carregam traumas marcados pela exclusão social, exploração da força de trabalho, violência sexual, física e psicológica, dentre outras formas e manifestações de violência e abusos, que chegam a se converter em diversos transtornos mentais, e/ou em outras doenças e/ou fragilidades que decorrem da referida situação de maus tratos, estes que podem interferir em todo processo de construção da identidade do indivíduos e nas relações sociais futuras. O reconhecimento desses indivíduos como sujeitos de direitos, bem como a violação de seus direitos são ainda muito presentes em nossa sociedade. Realidade que deve causar preocupação na sociedade e que demanda atenção e intervenção do poder público, visto que seus desdobramentos podem potencializar impactos sociais de várias ordens e em diversas fases da vida.

De acordo com o 2º Artigo do ECA “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990), compreendendo e admitindo que esta faixa etária é marcada pelo pleno desenvolvimento e conseqüentemente marcada por grandes conflitos e descobertas, inclusive esta fase, que marca a transição da adolescência para a juventude pode ser considerada aquela em que se registra o transição do sujeito silenciado para aquele que começa a ocupar um lugar social de fala, escuta e de participação.

No entanto, mesmo com os direitos resguardados por marcos legais como a Lei nº 8069/1990 (ECA), com destaque ao artigo 3º, parágrafo único, o qual afirma que essa lei aplica-se a “todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de

moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem” (BRASIL, 1990). A consolidação na vida cotidiana é um desafio, sobretudo quando se faz um recorte de classe, o que evidencia a ausência de políticas públicas correspondentes as demandas nacionais que considerem as desigualdades de acessos e oportunidades. Neste sentido é importante mencionar que a mídia é um dos principais instrumentos que colabora para manutenção de um discurso seletivo, classista que tende a focar as fragilidades dos marcos da proteção por apresentar posicionamentos ligados a determinados fatos na perspectiva punitiva e excludente, tendo como referência os apontamentos do Código Menores (1927) em relação ao ECA (1990) que traz uma abordagem mais restaurativa, construtivista e humana do ser criança e adolescente sujeito de direito em formação.

Essa realidade indica que o conservadorismo e a manipulação tendenciosa das mídias podem ser consideradas como entraves para o desenvolvimento da consciência popular sobre o ECA, o qual é compreendido por determinados grupos e cidadãos/ãs como instrumento de proteção a “menores infratores” e não como instrumento na garantia de direitos em diálogo com os direitos humanos. A apresentação do ECA, dos caminhos e compreensões que levaram a sua construção em diálogo com a realidade, é algo que precisa ser pontuado e retomado para que a população se aproprie do conteúdo, para que seja viabilizado a desconstrução no que muitas vezes aparece ligado ao senso comum e a compreensão equivocada e fragmentada.

O discurso marcado pela criminalização dos direitos humanos está, na maioria das vezes alinhado ao modelo capitalista que tende a intensificar as desigualdades para se sustentar e reproduzir-se, sendo considerado como única estrutura econômica possível neste tempo. E nessa realidade de conflitos a criança e o adolescente se tornam sujeitos muito vulneráveis.

Em síntese, pode-se dizer que a luta que se consolidou com a promulgação do ECA e demais legislações apontadas acima, compõe um cenário marcado por insatisfação com a realidade da vida cotidiana. Os apontamentos apresentam a necessidade e a importância das categorias, crianças e adolescentes neste caso, obterem seus lugares no território enquanto sujeitos no processo de desenvolvimento e promoção da vida.

A unidade entre atores políticos e sociedade civil organizada produz uma força capaz de enfrentar os desafios e as mazelas sociais postas pelo sistema econômico e político vigente no país, essencialmente por unificar a pauta em defesa e promoção dos direitos humanos através de uma organização que compreende e valoriza a coletividade e a organização popular.

A articulação e mobilização feita em prol das lutas e conseqüentemente as conquistas, deixam claro a importância da tomada de consciência do jogo de poder instaurado nas

sociedades capitalistas e a tomada de consciência que leva os indivíduos a se posicionar enquanto classe.

Ressalta-se também a importância da construção de espaços de formação para promover discussões, debates e embates com o objetivo de aprofundar os conhecimentos acerca da ampla temática que aborda questões relacionadas à criança e adolescente considerando as diversas dimensões que compõem a vida destes sujeitos.

Na luta pela conquista dos direitos, o enfrentamento político e o diálogo estabelecido entre atores sociais e destes com lideranças atuantes nos governos, foram e são peças-chaves para que as lutas se concretizassem em leis e que as crianças e adolescente tivessem seus direitos assegurados pela família, pela comunidade e em especial pelo Estado, contudo, as políticas existentes, estão ainda, bem distantes das políticas que garantam o exercício pleno da cidadania das crianças e dos adolescentes brasileiros. Tem-se muito a ser conquistado para que este público seja verdadeiramente reconhecido como sujeito protagonista e capaz de colaborar na construção de uma sociedade mais justa, uma vez que persiste a necessidade de mexer e alterar a atual estrutura social, a qual carrega marcas que impedem a transformação e alcance a equidade.

Neste sentido fica claro que a trajetória percorrida para desmistificar o conceito de criança e adolescente como “objeto social” e reconceituá-lo como sujeito de direito não acontece rapidamente, como de o dia para noite, vem se configurando mediado por um processo lento e desafiador. Muitas coisas já mudaram nas últimas décadas, no entanto muitos desafios ainda estão colocados e precisam ser superados, sobretudo no que se refere a execução completa das leis existentes tanto em escala internacional como em escala nacional, e um instrumento importante nesse cenário são os conselhos de direito, tendo em vista sua forma de composição e atribuições.

5.2 - Conselhos de direito em pauta

Até a primeira metade dos anos oitenta o Estado Brasileiro permanecia regido pelo regime político ditatorial, contudo, a sociedade civil não comungava com as manifestações de repressão e as políticas de cerceamento e corte de direitos, visto o estado de exceção que estava colocado. Parcela da população da sociedade civil estava preocupada com a autonomia, a democratização das políticas públicas e o estabelecimento de formas legítimas e eficientes de

participação popular e de controle público sobre o Estado. A partir dessa concepção as lutas em defesa dos direitos humanos e da participação popular na gestão pública se intensificaram a ponto de conseguir provocar a constituinte e garantir a participação popular no processo que culminou na construção de algumas pautas presentes na Constituição Federal Cidadã de 1988 (AVRITZER, 2012).

Os novos comportamentos políticos da sociedade civil brasileira ajudaram a modificar o padrão de associação no país. O Brasil fez uma transição difícil de um país com uma forte tradição de privatismo para um país com várias tradições políticas, entre elas a tradição de associações da sociedade civil independentes. O país também fez uma difícil transição do autoritarismo à democratização limitada e, após o processo constituinte, para uma democracia muito participativa (AVRITZER, 2012, p. 395).

Em outras palavras, a participação popular na gestão pública no Brasil, tendo em vista a trajetória de construção desta nação, é algo relativamente novo, ganhando força após o período da ditadura militar e sobretudo com a promulgação da Constituição Federal de 1988, período marcado pela ampla organização de diversos movimentos populares que traziam como pauta a luta pelos direitos humanos com ênfase nos direitos de primeira necessidade como por exemplo o acesso à terra, a organização dos trabalhadores como classe, podendo destacar os sindicatos. Cabe ressaltar que muitas destas articulações foram inicialmente realizadas as escondidas, visto a política ditatorial que regeu o Brasil por mais de duas décadas.

A ideia da participação popular ampliou-se com a consolidação da Constituição de 1988. A partir daí, a sociedade civil brasileira começou a se preocupar com o estabelecimento de uma forma mais ampla de participação da sociedade civil na vida pública, sobretudo, nas áreas de elaboração de políticas públicas. Nesse sentido entrou em pauta as discussões de como as associações/atores sociais poderiam fazer os diálogos com os governos e manterem a sua autonomia em relação ao Estado, pois a chance de lideranças serem cooptadas era algo possível, o que era motivo de preocupação. Não por acaso a formação dos agentes políticos para o exercício efetivo da participação se colocava como necessário (AVRITZER, 2012).

Com o direito a participação popular legitimada após promulgação da CF de 1988 e permanente articulação e organização da sociedade civil, a participação foi sendo efetivada de forma mais expressiva nas áreas de saúde, na elaboração dos planos diretores municipais, no

orçamento participativo¹¹ (proposto na maioria das vezes em gestão de governo do Partido dos Trabalhadores/as), e em maior proporção através dos conselhos de direitos instituídos nas esferas federal, estadual e municipal, sendo os conselhos elemento fundamental na construção dessa pesquisa, temática que aprofundarei a seguir (AVRITZER, 2012).

É a partir da promulgação da CF de 1988 que os conselhos, por exemplo, passam a ser instituídos como espaço deliberativo para propor, executar, fiscalizar e acompanhar as políticas setoriais (ex: saúde, educação, criança e adolescente e etc.) dentro da estrutura que denominamos de Estado (poder executivo, poder legislativo, poder judiciário e sociedade civil) com respaldo do governo. Sendo assim, os conselhos tornaram-se uma organização mista (poder público e sociedade civil), com grande potencial de atuação e intervenção no âmbito das políticas públicas, com possibilidades legítimas de se tornar também um espaço de formação para a cidadania, ou seja, um espaço não formal de educação onde espera-se que haja diversos debates e troca de experiências sobre variados temas que articulam teorias sociais e realidade, que seus trabalhos associam-se a proposta pedagógica de Paulo Freire que busca associar teoria e prática ao desenvolver seus trabalhos, em um pedagogia que se alimenta da realidade a fim de munir-se de instrumentos que colaboram para uma leitura crítica da realidade que potencializará a libertação e emancipação do indivíduo frente a leitura de mundo culturalmente difundida.

A expansão quantitativa dos conselhos e mesmo o seu caráter deliberativo não significam necessariamente o sucesso e a qualidade nos serviços prestados no que lhe compete. No entanto é importante destacar alguns dados estatísticos referente ao ano de 2014¹² que dizem sobre essa expansão. Conselhos vinculados à esfera federal somam 35 (trinta e cinco) conselhos de direito, sendo que aproximadamente 22 (vinte e dois) destes foram criados na gestão do Partido dos Trabalhadores/as. Na instância estadual são 20 (vinte) conselhos aproximadamente em cada unidade federativa. No âmbito dos municípios, considerando os deliberativos somam aproximadamente 41.773 (quarenta e um mil setecentos e setenta e três) conselhos de direitos. Outro mecanismo de participação social são as conferências que ocorrem nas instâncias de governo, ressalta-se que da promulgação da Constituição Federal de 1988 ao ano de 2014 foram realizadas 128 (cento e vinte e oito) conferências nacionais, e 97 (noventa e

¹¹ De acordo com Avritzer o Orçamento Participativo (OP) é uma política participativa que gera um processo de deliberação entre sociedade civil e Estado no nível local. Ele inclui atores sociais, membros de associações de bairro e cidadãos comuns em um processo de negociação e deliberação sobre investimentos a serem realizados dinheiro público (AVRITZER, p.392, 2012).

¹² Dados referente ao ano de 2014. Para maiores informações acesso <https://jornalggn.com.br/noticia/uma-cartilha-para-entender-a-politica-nacional-de-participacao-social>

sete) delas ocorreram entre 2003 e 2013. As ouvidorias são também mecanismos de participação e até 2014 havia no país 286 (duzentas e oitenta e seis) ouvidorias públicas federais (GGN, 2014).

Este aspecto quantitativo de ampliação dos espaços e mecanismos de participação social é algo muito importante numa sociedade democrática, porém, é desalentador, quando revelam relatos de experiências, tais como: deficiências quanto à representatividade dos/as conselheiros/as; pouca capacidade de deliberar e impor suas decisões enquanto sociedade civil perante ao poder público, sobretudo ao governo. Estes são pontos frequentemente apontados na literatura e passíveis de observação na vida cotidiana dos conselhos, nas diversas esferas, em especial na municipal, espaço em que essa realidade é ainda mais perceptível. Um dos possíveis desafios que dificulta os avanços nas pautas dos conselhos está associado à formação política das lideranças que ocupam estes ambientes de construção e monitoramento de políticas públicas, outra possibilidade que pode representar essa dificuldade se remete a ausência de experiência de parcela dos/as conselheiros/as no envolvimento com as lutas pelos direitos, visto a diversidade dos atores sociais que compõe os conselhos (CARVALHO, 1998; TEIXEIRA, 2000; GGN, 2014).

Os conselhos de direito têm a função de realizar de forma efetiva o controle social. A força que os conselhos possuem não é sinônimo de garantia de execução das políticas públicas. Contudo, não se pode negar que esta força é fundamental nas diversas lutas que os conselhos tomam como bandeiras. Desta maneira, a participação da sociedade civil passa a ser instrumento essencial para alcançar objetivos econômicos, sociais e políticos do país de forma mais coletiva e democrática, sem tencionar o favorecimento da classe dominante, bem como criar meios para minimizar os impactos das desigualdades nos mais diversos campos da vida, que potencializam a não efetivação dos direitos humanos e a criminalização de determinados segmentos sociais (GOMES, 2003).

Em consonância com Oliveira (2014), a consolidação efetiva do processo de institucionalização dos Conselhos de Direitos, enquanto espaço de interlocução com a esfera pública, depende da capacidade dos sujeitos sociais de transpor as barreiras e obstáculos historicamente edificados neste país. Este espaço de construção coletiva, deve ser também espaço de socialização do conhecimento produzido com desdobramentos nas ações político-sociais.

Segundo Boaventura Sousa Santos,

Se observarmos a história dos direitos no período pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), não é difícil concluir que as políticas de direitos humanos estiveram em geral a serviço dos interesses econômicos e geopolíticos dos Estados Capitalistas Hegemônicos” (SANTOS, 1997, p.112).

Neste contexto, é importante salientar que os debates sobre os direitos humanos se tornam mais acessíveis através da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, esta que estabelece em seu Artigo 1º que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. No entanto, segundo Santos, “a marca ocidental liberal do discurso dominante dos direitos humanos pode ser identificada na própria Declaração, que foi elaborada sem a participação da maioria dos povos do mundo” (1997, p.113). Ou seja, seria insuficiente pensar os direitos humanos em uma linha exclusivamente individualista e fundamentalmente civil e política, sem afirmar a importância dos direitos coletivos, culturais e ambientais. Em consonância com Boaventura Sousa Santos (1997), a pesquisadora Vera Maria Candau (2008) considera que vários grupos em diferentes cantos do mundo questionam se os direitos humanos são essencialmente universais, exatamente por ter sido construídos a partir da experiência e realidade dos povos do Mundo Ocidental, dentro de uma tradição europeia hegemônica.

Boaventura Sousa Santos (1997) ressalta que por outro lado, em todo o mundo, milhões de pessoas e milhares de Organizações Não Governamentais (ONG’s) têm lutado pelos direitos humanos em defesa dos grupos oprimidos e das populações mais vulneráveis. Em muitos casos vitimados por Estados capitalistas autoritários, com destaque aos Estados Unidos com todo o seu poder de influenciar cultural, econômica e politicamente as nações periféricas.

Trazendo essa análise sobre a atuação das ONG’s, e acrescentando as Associações com atuação na luta e implementação dos direitos, cabe ressaltar que algumas ocupam cadeiras de representação em diversos conselhos de direitos, dentre eles os Conselho de Igualdade Racial, Conselho da Mulher, Conselho das Cidades, Conselho da Criança e do Adolescente dentre outros. Podendo atribuir essa participação como uma conquista histórica ou como uma evidência que aponta uma fragilidade do Estado no que se refere à elaboração, implementação e acompanhamento das políticas que versam sobre os direitos humanos.

Diante do cenário capitalista que traz como característica a exclusão, subalternização e fragmentação de parcela da população, no Brasil a situação não é diferente e essa realidade leva a multiplicação da violação dos direitos, algo inerente ao atual modelo de produção (CANDAU, 2008). Contudo, considera-se importante reconhecer que de 2003 a 2016 com governos de esquerda no poder, foram criadas iniciativas tendo como objetivo estabelecer medidas em

defesa e proteção dos direitos fundamentais. Nesta pauta os conselhos de direito e as organizações da sociedade civil desenvolveram um papel importante. Pode-se destacar neste sentido, a ampliação e valorização dos conselhos setoriais, com abertura mais efetiva para participação da sociedade civil na gestão pública através dos mecanismos de controle social.

Em consonância com Candau (2008) considera-se que a população está inserida em um mundo marcado por uma globalização neoliberal excludente, pode-se trazer como problema a dialética entre a igualdade, a equidade, a justiça e os direitos humanos. Há uma demanda por pensamentos coletivos na perspectiva do multiculturalismo, porém a história segue outro rumo, por ainda estar sob influência monocultural das classes dominantes nos quatro cantos do mundo, cabe mencionar as diversas manifestações de violências e intolerâncias ocorridas na contemporaneidade. As propostas que caminham no sentido da participação popular nas pautas políticas se enquadram em um movimento contra hegemônico com potencial conflituoso, visto a luta de classe e a concepção de sociedade que se estrutura na ideia da concentração do capital e do poder como elementos para manutenção do domínio de uma classe sobre a outra, ou de um grupo sobre o outro. Em diversos momentos a legislação aponta para um lado, mas na realidade, os caminhos construídos seguem em outra direção. Situação que nos mostra a existência de um abismo entre a lei, que deveria ser cumprida, e a realidade que nos é colocada. Essa realidade contraditória terá um culpado? Essa é uma questão que não nos cabe responder, e sim refletir de uma forma a colocar-se como sujeitos diante desses fatos que acontecem na vida cotidiana e muitas vezes não recebem devida atenção.

Retomando o marco histórico que norteia essa investigação, enfatiza-se novamente a Constituição Federal de 1988, visto que a partir de sua promulgação o Brasil entra em um novo cenário no que se refere a luta pela consolidação dos direitos, neste momento a ferramenta da participação popular passa a ser um meio legítimo de diálogo entre a sociedade civil e o governo, a este espaço deram o nome de Conselho de Direito. Os conselhos tornaram-se assim espaços institucionalizado, com responsabilidades e atribuições reguladas por leis, podendo ser considerado como ambiente de grande potencial de formação cidadã, de articulação, atuação e intervenção no âmbito das políticas públicas. Esta ferramenta de participação fortalece a descentralização do poder e amplia a possibilidade de maior inclusão social nos seus mais variados aspectos e, conseqüentemente, amplia os espaços de discussão e decisão de elementos fundamentais para a vida humana, sua melhor organização social e seu desenvolvimento. O diálogo efetivo e representativo dos atores sociais, presente nos conselhos com o governo está em consonância com os princípios constitucionais que garantem e legitimam a participação da

sociedade civil na condução das políticas públicas nos âmbitos federal, estadual e municipal. Sendo os conselhos de direito um importante instrumento de controle social. (GOMES, 2003).

Por outro lado, não podemos deixar de mencionar que a primeira experiência de conselho no Brasil surge em 1937 com atribuições que não visam a participação popular na gestão pública e nem a descentralização e planejamento das políticas públicas, faz-se referência a implementação do Conselho Nacional de Saúde.

Essa experiência data de 13 de janeiro de 1937, através da Lei Federal nº 378 que instituiu o Conselho Nacional de Saúde (CNS) como órgão consultivo, cujo membros eram indicados pelo Ministro de Estado. De 1937 a 1970 o conselho só debatia questões internas, neste período o acesso a assistência médica de caráter público era restrito. Só a partir de 1970 a discussão sobre a saúde passou a enfatizar questões mais amplas e complexas tendo como pauta a proteção, a promoção e a recuperação da saúde, passando a ser atribuição do conselho emitir pareceres sobre esses assuntos e encaminhá-los para o Ministro de Estado que realizava a deliberação sobre o que poderia e deveria ser feito (CNS, 2017).

Durante longos períodos os/as conselheiros/as foram escolhidos/as pelo governo entre entidades e personalidades da área da saúde, estando assim, fadado ao domínio dos interesses governamentais. Cabe ressaltar que a atuação dos conselhos naquela época se difere da proposta contemporânea. A possibilidade de participação popular no CNS data de 1987 com a publicação do Decreto nº 93.933 que dispunha da participação da sociedade civil naquele espaço, essa conquista se deu também, devido ao movimento pela reforma sanitária organizada a partir da década de 1970 com pautas que versavam sobre várias temáticas importantes como a universalização do acesso a saúde e abordagens que vislumbravam a ampliação dos mecanismos de controle social (CNS, 2017).

Quanto a indicação de conselheiros/as ainda era submetida ao governo, apenas com a Constituição Federal de 1988 e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) a estrutura do conselho começou a ser alterada. O Decreto n.º 99.438, de 7 de julho de 1990, regulamentou as novas atribuições do CNS e definiu as entidades e órgãos que iriam compor o conselho, garantindo a participação de representantes dos usuários do SUS, gestores públicos, trabalhadores e prestadores de serviço da área de saúde. Nesta nova estrutura 50% das cadeiras eram direcionadas aos usuários, ou seja, sua organização se daria de forma paritária entre representantes do poder público e da sociedade civil. Só em 28 de dezembro de 1990, através da Lei n. 8.142 instituiu-se as Conferências e os Conselhos de Saúde como instâncias de Controle Social. Uma nova estrutura entrou em vigor no ano de 2006 quando foi publicado o

Decreto Presidencial n.º 5.839, de 11 de julho de 2006. Atendendo às deliberações aprovadas na 11ª Conferência Nacional de Saúde e 12ª Conferência Nacional de Saúde, o Conselho passa a escolher seus membros a partir de processo eleitoral inclusive o presidente, cargo até então ocupado pelo Ministro de Estado da Saúde (CNS, 2017).

Como consequência de um novo projeto de gestão pública participativa, pós Constituição Federal de 1988, a quantidade de cidadãos/as que passaram a participar da construção das políticas por meio dos Conselhos de Direitos é significativa, visto por exemplo, a obrigatoriedade de existência dos Conselhos de Saúde, Assistência Social e Educação em todas as esferas, uma vez que é requisito para aprovação e recebimento de recursos a serem investidos nas políticas adotadas pelos governos desde a instância federal à instância municipal.

Conforme apontado no subcapítulo 3.2 a participação e pressão popular está longe do que podemos entender como ideal. Como podemos perceber no cenário atual que reflete um ataque do governo do Presidente da República Michel Temer contra grande parte da sociedade brasileira, ao estabelecer reformas que não dialogam com a realidade e demanda do povo brasileiro e contrapõe aos direitos conquistados, neste âmbito pode-se destacar a reforma trabalhista, a emenda constitucional que congela o orçamento a ser repassado para as áreas da saúde, da educação e da assistência social por 20 anos, a reforma do ensino médio sem diálogo com a comunidade estudantil. Esses processos foram conduzidos de forma autoritária e antidemocrática.

Frente a essa realidade registra-se¹³ diversas manifestações Brasil afora, mas o governo segue ouvindo uma mínima parcela da população que domina e concentra o poder. Essa realidade pressupõe a necessidade de estabelecer meios de conhecer quem participa e como funcionam esses espaços deliberativos e/ou consultivos de construção das políticas públicas como os conselhos, o que se destaca é a insatisfação de muitos conselheiros/as diante dos últimos acontecimentos.

Ao referir a contradição estabelecida pelo governo de Michel Temer e a resistência popular, afirma-se que os conselhos não têm sozinhos, o poder de mudar essa história, que a participação e organização popular em âmbito mais amplo de diálogo articulados a outros

¹³ Matérias sobre as manifestações: <https://g1.globo.com/economia/noticia/manifestantes-fazem-protestos-no-pais-contr-a-pec-dos-gastos.ghtml> ; <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2016/12/13/protesto-contr-a-pec-do-teto-de-gastos-tem-confusao-e-bombas-em-brasilia/> ; <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,protestos-contr-a-pec-do-teto-causam-confusao-em-brasilia,10000094324> ; <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-11/manifestantes-protestam-contr-a-pec-do-teto-de-gastos-na-avenida-paulista> ; <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-10/manifestantes-protestam-contr-a-pec-241-no-rio> ; <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/10/manifestacao-contr-a-pec-241-ocorre-nesta-tarde-nas-ruas-da-capital.html> .

coletivos e movimentos sociais, podem propor caminhos de enfrentamento, como por exemplo, a organização de uma frente de trabalho que busque conscientizar a população a fim de leva-la a exigir consulta popular, como um plebiscito, para legitimar ou não essas implementações. Esse posicionamento faz entender as grandes limitações do Brasil como um Estado Democrático de Direito na contemporaneidade.

Mesmo diante do atual cenário brasileiro, os conselhos de direitos podem ser compreendidos como espaço político de construção coletiva de caráter consultivo e/ou deliberativo, de interesse público e vinculados a órgãos do Poder Executivo, constituídos de forma paritária (sociedade civil e poder público) com a “finalidade de permitir a participação da sociedade civil na definição de prioridades para a agenda política, bem como na formulação, acompanhamento e controle das políticas públicas” (IPEA, 2013, p. 09). Assim, fala-se das relações que são estabelecidas entre gestores públicos, representantes de grupos da sociedade civil, e etc. Como já mencionado os conselhos podem ser constituídos em âmbito nacional, estadual e municipal, como é o caso do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Conforme sinaliza Gurgel (2013), busca-se com os conselhos garantir o estreitamento na relação entre o Poder Público e a Sociedade Civil, a partir de uma perspectiva que “compreende” o exercício da política democrática representativa como uma forma de poder descentralizada e com uma força emana do povo, convergindo para uma governança participativa, um modelo “novo” para o Brasil, haja vista o processo de construção histórica do Estado Brasileiro.

Cabe salientar que os conselhos de direito vêm responder a uma demanda de insatisfação da população brasileira com a gestão da coisa pública. Os/as conselheiros/as conseguem via os conselhos buscar novas formas de participação social e política. De certo modo, eles/as podem contribuir para a mudança cultural na compreensão do que é direito das populações marginalizadas e oprimidas, algo que somente pela leitura da realidade dos gestores públicos é praticamente impossível conseguir, ainda que, esta seja também de grande importância. As reivindicações postas ao longo da luta pela elaboração e aprovação da constituição federal é um apontamento sólido de que a população não se sentia contemplada com um modelo de gestão que dialogava apenas com os sujeitos que compunham os 3 (três) poderes constituídos – Executivo, Legislativo e Judiciário – tendo estes a responsabilidade total no que se referia a elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas, e estes não garantiam efetividade no exercício. Uma vez que as políticas públicas eram/são muitas vezes direcionadas a atender as demandas dos detentores do poder econômico, ou seja do capital e

consequentemente o mercado, estando em sintonia com a política neoliberal estabelecida que propõe a participação mínima do Estado na dinâmica da vida da classe trabalhadora e valorização do capital em relação ao homem.

De acordo com Gohn (2002) os conselhos podem ser definidos como,

Novos instrumentos de expressão, representação e participação; em tese, eles são dotados de potencial de transformação política. Se efetivamente representativos, poderão imprimir um novo formato às políticas sociais, pois relacionam-se ao processo de formação das políticas e tomada de decisões. Com os conselhos gera-se uma nova institucionalidade pública, pois eles criam uma nova esfera social-pública ou pública não-estatal. Trata-se de um novo padrão de relações entre Estado e sociedade porque eles viabilizam a participação de segmentos sociais na formulação de políticas sociais e possibilitam à população o acesso aos espaços nos quais se tomam as decisões políticas (GOHN, 2002, p.22).

Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA), além de ser fruto da Constituição Federal de 1988, são uma demanda posta do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado através da Lei Federal nº 8069/1990 que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. E nos chama a atenção para construir uma rede de proteção social para este público, podendo congrega organizações estatais e não estatais, visto que várias organizações da sociedade civil têm como prioridade as pautas e lutas que dialogam com temas sobre criança e adolescente. Enfatiza-se que essa faixa etária se refere a uma fase da construção da identidade sendo marcada por conflitos pessoais, estes que além dos fatores sociais externos podem ampliar a vulnerabilidade social deste grupo.

O CDCA se enquadra como uma instituição de interesse público, com grande relevância social, suprapartidário e de caráter paritário no que se refere a sua composição, estando organizado na esfera federal, estadual e municipal atendendo a demanda do Estatuto da Criança e do Adolescente e em diálogo com as realidades locais. Este conselho possui em seus quadros representações das organizações da sociedade civil e do governo com atuação na área de defesa, garantia e promoção dos direitos da criança e do adolescente.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 227 aponta com clareza os desafios que versam sobre as políticas que precisam ser construídas e executadas para que os direitos básicos da criança e do adolescente sejam garantidos e efetivados, sendo este artigo um dos norteadores das ações e proposições do CDCA que diz,

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo

de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Conforme aponta Miranda (2010), o reconhecimento dos direitos de cidadania de determinados grupos sociais é uma das conquistas recentes na articulação histórica dos direitos humanos no Brasil. Trata-se da matéria que introduz um novo paradigma no tratamento legal brasileiro, por exemplo, sobre a criança e adolescente, por compreendê-los como indivíduos em desenvolvimento, compreendendo-os de modo integral, e como sujeitos de direitos.

Destaca-se também que uma parcela dessa população se encontra em situação de risco, de ameaça e/ou de violação dos direitos reconhecidos. Essa percepção difere da legislação anterior, inscrita no Código de Menores, que vigorou de 1979 até 1990. Portanto deve-se considerar o ECA como o resultado de uma luta histórica da evolução dos direitos humanos no Brasil, uma lei especial de uma coletividade. Cabe enfatizar que nem tudo que está na lei acontece na vida cotidiana, ainda assim, essa legalidade, traz para o centro da discussão um novo jeito de pensar e se relacionar com a criança e adolescente, pois consagra esta população como pessoas em sua integralidade e busca respeitar seu desenvolvimento para além de questões pontuais (MIRANDA, 2010).

De acordo com Oliveira (2014), as atribuições institucionais no que se refere ao CDCA devem estar em sintonia com a rede de proteção social que é constituída por organizações (governamentais e não governamentais) que atuam em defesa, garantia e proteção dos direitos da criança e do adolescente, como por exemplo, o Conselho de Direito, o Conselho Tutelar e o Fundo da Infância e da Adolescência (FIA), que compõe a referida rede. Compete a ela, segundo leis federais, estaduais e municipais, coordenar e elaborar as normas gerais da política de atendimento dos direitos das crianças e adolescentes, definir junto ao Poder Executivo as diretrizes das políticas públicas e fazer o controle e acompanhamento das ações dessas políticas. No município, onde é o chão da realidade e onde a vida cotidiana se desenvolve com todas suas contradições, essa atribuição é institucionalmente vinculada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sendo responsabilidade desse órgão garantir a cogestão das políticas, o planejamento, execução e fiscalização das ações locais em uma perspectiva democrática e universal no que diz respeito ao acesso do público alvo das políticas. No sentido da proposição e do acompanhamento das políticas os/as conselheiros/as tem papel fundamental no processo, caso não estejam capacitados para esse exercício os danos serão sentidos e os direitos não serão efetivamente garantidos.

Pensando em esclarecer sobre a constituição e composição dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, os parágrafos a seguir abordarão essa temática, considerando as esferas nacional, estadual e com mais ênfase a municipal.

Na esfera nacional, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) criado pela Lei no 8.242, de 12 de outubro de 1991, e regulamentado pelo Decreto no 5.089, de 20 de maio de 2004, e em conformidade com a Resolução nº 105 de 2005, se constitui como órgão colegiado permanente de caráter deliberativo e composição paritária, com atribuições prevista no Artigo 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, estando obrigado a manter pleno diálogo com as deliberações contida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O CONANDA tem como função coordenar as ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente estando vinculado a busca em garantir a efetiva participação popular frente as decisões governamentais, executando um enfrentamento de forma coerente sempre que necessário e o diálogo não for possível, lembrando que o conselho é paritário e precisa ter clareza na condução dos trabalhos buscando concretizar a proteção integral da criança e do adolescentes, tendo como referência a implantação do sistema de garantia de direitos, ou seja, uma rede de proteção bem articulada.

O CONANDA, deve atuar de forma transversal aos diversos setores, tais como: saúde, educação, cultura, esporte e lazer, trabalho, assistência social, uma vez que suas proposições devem levar em consideração as complexidades e desigualdades que marcam a vida do público em questão, sendo esse um dos fundamentos que justifica a necessidade da transversalidade. O CONANDA deve balizar as grandes decisões das políticas setoriais, bem como monitorar sua macro execução e criar meios para compreender como os desdobramentos de suas decisões de dá em escala micro (RODRIGUES, 2007).

No âmbito estadual o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais (CEDCA-MG) foi criado pela Lei nº 10.501, de 17 de outubro de 1991 e alterado pelas Leis nº 12.168, de 29 de maio de 1996 e nº 13.469, de 17 de janeiro de 2000, sendo:

Um órgão paritário de caráter consultivo, deliberativo e propositivo, integrante da Secretária de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, com o objetivo de propor e controlar as políticas públicas voltadas para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Seguindo a esteira de pensamento da Constituição Federal de 1988, introduziu no ordenamento jurídico a gestão pública das políticas em diversas áreas, por meio da co-participação de entidades civis, representantes da sociedade, e do poder público. O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-MG) é composto por 20 membros. Os membros do poder público no CEDCA-MG são indicados e nomeados pelo Governador. Os membros da Sociedade Civil no Conselho e seus suplentes são eleitos entre seus pares e nomeados pelo Governador para mandato de três anos, permitida uma recondução. A

presidência, no entanto, se renova a cada ano. A função, considerada de interesse público relevante, não é remunerada. (CDCA-MG, 2017)

No âmbito municipal, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ouro Preto (CMDCA-OP) foi criado conforme a determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente, através da Lei Federal 8069/90 e da Lei Municipal 86/2001. O Conselho atua na esfera decisória do Poder Executivo, com caráter deliberativo para disciplinar e garantir a execução das políticas de atendimento de crianças e adolescentes. O CMDCA de Ouro Preto é um órgão paritário, formado por seis membros do Governo Municipal indicados pelo prefeito municipal, sendo um vinculado/a a cada secretaria mencionada a seguir: Educação, Saúde, Promoção e Ação Social, Governo, Turismo e Cultura, Fazenda e seis membros da sociedade civil, eleitos em Assembleia convocada pelo CMDCA devendo os/as eleitos/as estarem vinculados as entidades registradas no CMDCA. Ressalta-se que todos os membros prestam seus serviços ao Conselho gratuitamente (OURO PRETO, 2001).

Ao falar dos conselhos e sua ação, fala-se também dos/as conselheiros/as que os compõem. Dentre as atribuições dos conselheiros/as de direitos, o controle social é um instrumento importante que estimula a participação da sociedade civil na gestão pública. Portanto, não é suficiente apenas que este controle esteja previsto no ordenamento legal. É fundamental que haja uma sociedade capaz de reconhecer a função pública dos conselheiros/as, como estes/as atuam e de maneira especial quem são eles/as, atrelando sua formação/qualificação para o exercício, estes elementos podem indicar fragilidades e lacunas na execução das competências do conselho com implicações no campo dos direitos.

Em sintonia com Oliveira (2014), considera-se que é função dos/as conselheiros/as do conselho dos direitos, assumir o desafio de fazer o controle sobre os atos do governo monitorando a sua gestão; promovendo as discussões sobre os direitos das crianças, dos adolescentes e de suas famílias; avaliando as condições de funcionamento da rede em seu aspecto físico quanto à capacidade operacional dos equipamentos, programas e serviços, a qualidade da gestão e do atendimento; induzindo o poder público a dar respostas às demandas da população com transparência e publicização, evitando que os direitos conquistados pelos cidadãos/as sejam confundidos com privilégios, clientelismo ou favor dos governantes; assim como, contribuindo para a formulação de uma agenda pública local na direção dos direitos de cidadania buscando sempre realizar processos de conscientização e formação da população sobre seus direitos e deveres, propondo capacitação para os sujeitos que compõe a rede, em especial os/as conselheiros/as.

Ao refletir sobre a atuação do/a conselheiro/a, enquanto um ator social que presta serviço de relevância social e pública de forma voluntária, ressalta-se que o voluntariado cabe na íntegra apenas aos representantes da sociedade civil, uma vez, que os conselheiros/as indicados pelo poder público são vinculados/as ao quadro do governo como funcionários/as e que as reuniões geralmente ocorrem o horário e datas em conformidade com atendimento dos setores públicos. O que nem sempre está de acordo com a disponibilidade dos/as conselheiros/as representantes da sociedade civil.

É importante mencionar que os conselhos de direito para serem realmente dinamizados e cumprirem sua função política e social, precisam garantir sua autonomia, caso contrário podem se tornar instrumentos de manobra a serviço de interesse individuais e privados, conforme constata Gohn,

Apesar da legislação incluir os conselhos como parte do processo de gestão descentralizada e participativa, e constituí-los como novos atores deliberativos e paritários, vários pareceres oficiais têm assinalado e reafirmado o caráter apenas consultivo dos conselhos, restringindo suas ações ao campo da opinião, da consulta e do aconselhamento, sem poder de decisão ou deliberação (...) Nos municípios sem tradição organizativa-associativa, os conselhos têm sido apenas uma realidade jurídico-formal, e muitas vezes um instrumento a mais nas mãos dos prefeitos e das elites, falando em nome da comunidade, como seus representantes oficiais, não atendendo minimamente aos objetivos de mecanismos de controle e fiscalização dos negócios públicos (GOHN, 2002, p.23-24).

Ao falar em gestão compartilhada, tendo como referência CMDCA com destaque ao diálogo com a realidade de vida das crianças e dos adolescentes aliado as atribuições do conselho é possível afirmar que muito do que lhe compete só é possível executar se houver um trabalho em rede. Não é por acaso que o ECA estabelece a criação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme aponta-se a seguir,

O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) tem sua origem no artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em 2006, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) apresentou, por meio das Resoluções 113 e 117, os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA). Este se constitui na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente. Os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil que o integram deverão exercer suas funções, em rede, a partir de três eixos estratégicos de ação: (1) a promoção dos direitos humanos; (2) a defesa dos direitos

humanos; (3) o controle da efetivação dos direitos humanos (CDP/CMDCA, 2012, p.14).

Pode-se dizer que a efetividade do CMDCA e do referido sistema se dá mediada pela articulação, diálogo e integração de todas as organizações que compõe a rede e/ou o sistema.

5.3 – Um olhar sobre o Fundo da Infância e Adolescência

A possibilidade da constituição de um Fundo Especial, inicialmente é apontada pela Lei Federal nº 4320/1964 que dispõe sobre normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços nas 3 (três) esferas de governo, dentre os diversos artigos que abordam essa questão dá-se destaque ao Título VIII referente aos Fundos Especiais que em seu Artigo 71 “constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação” (BRASIL, 1964). Junior (2016) também escreve sobre esse assunto, dizendo:

Legalmente conceituado como fundo especial com o objetivo de cumprir com as diretrizes da política de atendimento infanto-juvenil, vinculando o produto de receitas especificadas por lei à realização de determinados objetivos e serviços voltados para a materialização de políticas públicas garantidores dos direitos das crianças e adolescentes (art. 71, Lei n. 4.320/64 c/c art. 88, IV, ECA), fica claro que o FIA não tem personalidade jurídica, nem se constitui em um órgão da administração, ressaltando, ainda, que tem natureza meramente contábil. (JUNIOR, 2016, p. 50)

Como já mencionamos sobre o processo da constituinte, bem como, a promulgação do CF de 1988 cujo apontamentos ganharam expressão na vida social e política no país culminando em leis como a Lei Federal nº 8069 /1990, que cria o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Federal nº 8242/1991 que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, estas são legislações que dialogam extremamente com o nosso objeto de pesquisa, visto que se consolidam também nos municípios e é por onde se trata da captação e do destino dos recursos referente ao Fundo da Infância e da Adolescência, no caso do município de Ouro Preto essa possibilidade se concretiza através da Lei Municipal nº 86/2001 que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente que inclui a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e também a criação

do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. E através do Decreto Municipal nº 639/2007, que Regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Importante ressaltar que a gestão do fundo é uma das atribuições do CMDCA.

O FIA compõe o orçamento público, estando assim submetido a regras da gestão pública no que se refere ao uso e prestação de contas, neste sentido é importante rememorar os princípios que regem a administração pública conforme o Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, sendo eles: “legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (BRASIL, 1988).

Em consonância com o TCMRJ (2010) e o ECA (1990), o recurso do FIA deve obrigatoriamente ser destinado à financiamentos de programas, projetos e atividades de proteção socioeducativos voltados ao atendimento da criança e do adolescente, tem-se também uma preocupação para com a formação dos agentes que atuam na defesa, garantia e promoção dos direitos da criança e do adolescente, diante disso o recurso para capacitação também são despesas possíveis e previstas. Outro elemento que é importante destacar e que é fundamental para a construção de políticas de atendimento à criança e adolescente com base nas reais demandas, é a realização de pesquisas afim de elaborar diagnósticos que tenham como objetivo a compreensão da realidade deste público no município, para que os projetos e programas que pleiteiam o uso desse recurso leve em consideração as demandas apontadas ao propor suas intervenções sociais. Acredita-se que aprovação dos projetos devem estar em pleno diálogo com os apontamentos das demandas sociais. No entanto, devido as complexidades do trabalho social e a cultura, que pesam sobre o entendimento a partir do senso comum, este diálogo entre demanda e realidade é um desafio. Atrelado a deficiência da gestão pública em abarcar determinadas questões marcadas por grandes conflitos. Em conformidade com o princípio da publicidade, a produção de materiais formativos e de divulgações das ações também são permitidos.

De acordo com a Resolução nº 137/2010 do CONANDA, a qual aponta em seu Artigo 10 as fontes de receitas que podem compor o fundo, sendo:

I - recursos públicos que lhes forem destinados, consignados no Orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive mediante transferências do tipo "fundo a fundo" entre essas esferas de governo, desde que previsto na legislação específica; II - doações de pessoas físicas e jurídicas, sejam elas de bens materiais, imóveis ou recursos financeiros; III - destinações de receitas dedutíveis do Imposto de Renda, com incentivos fiscais, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações pertinentes. IV - contribuições de governos

estrangeiros e de organismos internacionais multilaterais; V - o resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente; e VI - recursos provenientes de multas, concursos de prognósticos, dentre outros que lhe forem destinados. (BRASIL, 2010)

De acordo com TCMRJ (2010) o FIA está inteiramente ligado ao Orçamento Público, sendo assim entende-se que as execuções do FIA devem dialogar com os planejamentos dos municípios, como por exemplo: o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA). Estas legislações visam garantir que os municípios, obrigatoriamente, realizem uma previsão das receitas e das despesas a serem realizadas em um determinado período de tempo. Acredita-se que esta é uma estratégia que tem a capacidade de minimizar possíveis corrupções no que se refere ao super faturamento de despesas e desvio de verbas na gestão pública, apresenta-se também como um instrumento da transparência.

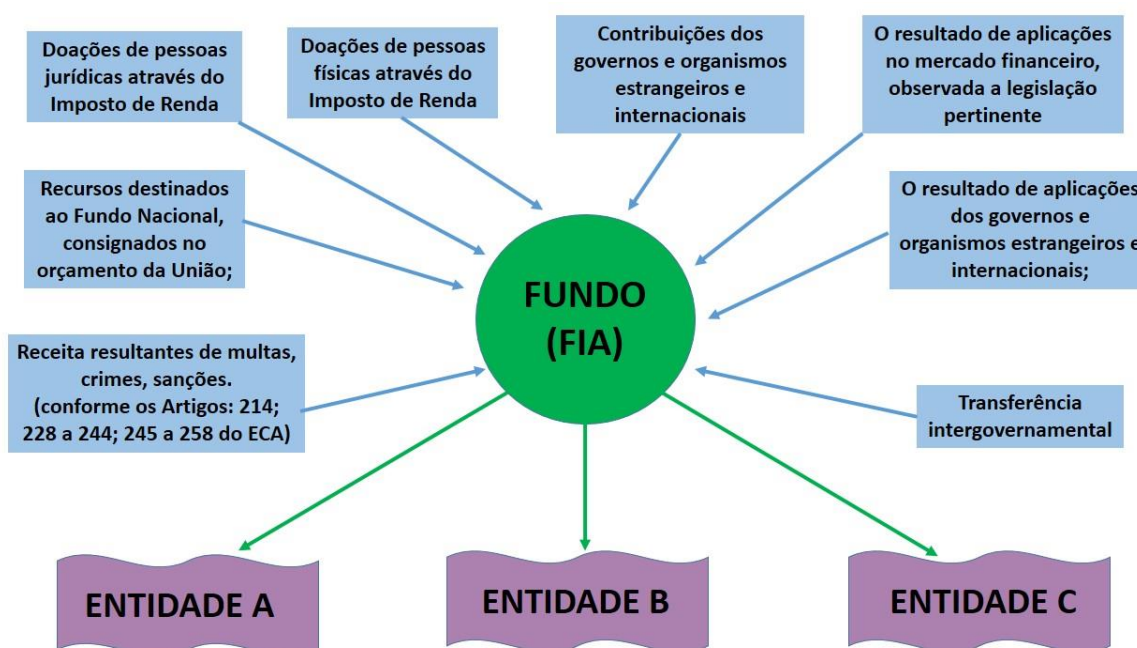
Quanto ao repasse para o Fundo advindo de pessoas físicas e jurídicas através da declaração do imposto de renda, esclarece-se sobre os valores possíveis,

As doações, efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas, compreendem outra importante fonte de arrecadação de recursos destinados ao Fundo da Infância e Adolescência, eis que é possível a dedução do valor doado, considerando o valor devido, em relação ao Imposto de Renda, nos limites estabelecidos em lei, ou seja, as pessoas físicas podem efetuar a doação de até 6% (seis por cento) do imposto devido e as pessoas jurídicas de até 1% (um por cento) desse valor, sendo garantida a dedução, tudo de acordo com a Lei n. 8.242/91, que modificou a redação do art. 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como das normas regulamentares estabelecidas pelo Poder Executivo. Importa destacar, ainda, que nos termos da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, passou a ser possível realizar a doação DIRETAMENTE NO MOMENTO DE DECLARAR o Imposto de Renda em valor limitado a 3% (três por cento) do imposto devido (JUNIOR, 2016, p. 70).

Outra forma de captação de recurso é o que se chama de doação casada, “consiste na destinação, por parte da empresa ou pessoa física, diretamente a um dos projetos que beneficiem direitos de crianças e adolescentes” (JUNIOR, 2016, p.79), porém, essa modalidade de doação não agrada grande parte da população, visto os altos índices de corrupção e desvio de verba registrado na história desse país, principalmente no que se refere a verba pública. Ou seja, essa modalidade ao mesmo tempo que dá aos doadores a oportunidade de acompanhar mais de perto como está sendo desenvolvido o projeto, por outro lado pode abrir brechas para a corrupção (JUNIOR, 2016).

Mesmo com as dificuldades, como a mobilização e sensibilização da comunidade local e empresarial para que realizem doações para o Fundo, os recursos vindos de outras fontes colaboram muito com as atividades do CMCDA, bem como no financiamento de projetos das entidades da sociedade civil que atuam na vertente da garantia, defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente. Em síntese pode-se dizer que todas as articulações feitas para garantir repasses ao fundo são consideradas fundamentais para a execução de políticas públicas e também para a formação e capacitação dos agentes que trabalham com esse público. De acordo com Junior (2016) e o ECA destaco abaixo as origens em potencial jurídico, dos recursos que são destinados ao FIA.

Figura 2 - Fluxo de captação de recurso e repasse do FIA



Fonte: JUNIOR, 2016, p. 68-83 (adaptado)

A existência de um fundo específico para a criança e adolescente não desobriga o Estado de nenhuma de suas atribuições, sobretudo no que se refere ao cumprimento dos direitos elencados na CF de 1988 e suas deliberações no campo da saúde, educação e assistência social para a população em geral. O FIA vem para agregar e ampliar as possibilidades na conquista dos direitos e na superação dos desafios inerentes a essa parcela da população. Diante disso o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente deve estar em pleno diálogo e funcionamento.

A partir do fluxo apresentado e da legislação que rege o planejamento orçamentário, a execução do plano orçamentário, bem como, a prestação de contas do recurso público, fica evidente a necessidade de realizar um planejamento orçamentário eficaz e coerente, além de estar, como já mencionado, em conformidade com as legislações que regem a gestão pública facilita todo processo de seleção de projetos, uma vez que pode haver grande variação de valores entre um ano e outro. Essa iniciativa também facilita tanto para a fiscalização do Estado quanto para a fiscalização da sociedade civil.

O planejamento que desencadeia na execução das propostas definidas por meio dos apontamentos do Orçamento Público, assim como do FIA, devem ser elaborados de forma participativa, sendo importante criar espaços de discussões sobre essas pautas, assim como ter em mãos documentos como por exemplo os diagnósticos situacionais produzidos por organizações da sociedade civil e pelo poder público.

Lembramos que na realidade de Ouro Preto a própria Universidade Federal situada nesse município possui um vasto número de pesquisas e estudos sobre diversos elementos da cidade, como por exemplo no campo das engenharias que se dispõem a pensar os riscos potencializados pelo crescimento desordenado em direção as encostas, e as áreas das ciências humanas e sociais que analisam diversas expressões da questão social. Essas articulações podem colaborar para o desenvolvimento social, econômico e cultural do município. Contudo, esse diálogo e efetiva parceria não é uma marca das gestões municipais.

Cabe ao CMDCA fazer a gestão do recurso e criar as estratégias para realizar a distribuição do recurso entre as entidades. As entidades precisam, necessariamente, estar registradas no conselho e com a documentação jurídica e contábil em dia, assim como devem prezar pela garantia de projetos que estejam em sintonia com o plano de ação construído pelo CMDCA.

De acordo com Junior (2016) o plano de ação além de ser importante para o alinhamento estratégico e controle social é o documento que define os objetivos e metas da política de atendimento a criança e ao adolescente de acordo com as deliberações e entendimento dos conselheiros/as do CMDCA. Importante que o plano de ação seja também um instrumento que colabore de forma expressiva para sanar os problemas levantados pelo diagnóstico da situação da criança e do adolescente no município, visto que se trata de uma pesquisa que dialoga com a realidade tocando o próprio chão e se solidifica com informações de caráter científico.

5.3.1 – O Fundo da Infância e Adolescência em Ouro Preto

Em Ouro Preto o processo para as entidades terem a oportunidade de pleitear o recurso do FIA se dá mediante a publicação de um edital emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicado no diário oficial da prefeitura do município. No referido edital consta informações como: objetivo do edital; perfil das entidades a qual se destina o edital; ressalta que a diferença entre projeto financiado por pessoa física (receberá do Fundo o valor integral que foi destinado para o projeto) e por pessoa jurídica (receberá do Fundo 80% do valor captado, os 20% restantes ficarão retidos no FIA para deliberação do CMDCA); afirma que apenas os projetos aprovados (os que estiverem em diálogo com o plano de ação do ano corrente) serão encaminhados para análise das empresas e das pessoas físicas, enfatiza-se que as entidades com projetos aprovados podem auxiliar na captação de recursos. Para esse fim é também informado às instituições o período para essa atividade de captação.

Em relação a captação de recurso, tradicionalmente o CMDCA realiza anualmente o “Café com o FIA”, tem-se como objetivo chamar as empresas e pessoas físicas que doam recursos para o Fundo e motivá-los/as a continuar doando através da declaração no imposto de renda. Na oportunidade contata-se também novas empresas afim de ampliar as parcerias. Neste evento se realiza a prestação de contas anual.

Retomando as informações referente ao edital, o mesmo coloca o cronograma com as datas de cada etapa do processo desde a publicação do edital até a certificação dos projetos aprovados/certificado para captação de recursos; reafirma também os vetos que constam no ECA (resguardando a separação das obrigações entre a instituição pública e a instituição privada); finalidade do projeto; critérios de avaliação do projeto e etc.

A entidade que deseja pleitear o financiamento do FIA para seu projeto, lembrando que cada entidade só pode apresentar 01 (um) projeto por edital, deve encaminhá-lo ao CMDCA em conformidade com as exigências do edital. O projeto deve trazer informações como: introdução, justificativa do projeto, objetivo geral e específicos do projeto, público alvo, metas do projeto, plano de trabalho (materiais a serem adquiridos e respectivos valores), 03 (três) orçamentos, dados bancários para transferência de recurso (conta específica para este fim), período de execução do projeto e documentos da entidade. Estes são elementos fundamentais para a entidade estar apta a concorrer entre as demais entidades.

A execução da prestação de contas deve ser feita considerando as exigências do CMDCA, e será por ele analisada, podendo ser aprovada ou reprovada, em caso de ser

reprovada a entidade será penalizada pelo uso indevido do recurso público, sendo uma das penalidades a devolução do recurso para o fundo.

Um problema recorrente apontado por lideranças de ONG's que possuem convênios com a prefeitura é a demora do repasse dos recursos para as entidades. Levando em consideração principalmente os períodos de validade dos orçamentos, por vezes acontece que quando o recurso é disponibilizado para as instituições o valor dos projetos já sofreram alterações, pois geralmente cada orçamento tem a validade de no máximo 30 (trinta) dias, e os recursos são liberados geralmente meses depois da data de apresentação dos projetos e seus orçamentos. Por isso é importante as entidades se atentarem para essa possibilidade já na elaboração dos projetos e das projeções orçamentárias.

5.4 – Apontamentos do relatório do diagnóstico da situação da infância e da adolescência no município de Ouro Preto

A construção do Relatório do Diagnóstico da Situação da Infância e da Adolescência em Ouro Preto publicado no ano de 2012 é fruto de um trabalho realizado coletivamente, cuja responsabilidade é do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tendo como principais parceiros nesta construção as diversas organizações que compõe o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O diagnóstico é um instrumento que pode nortear os trabalhos do CMDCA e da gestão governamental municipal no que se refere as demandas da criança e do adolescente em escala municipal. Visto que ele é composto por informações, dados, análises e interpretações de caráter quantitativos e qualitativos sobre a realidade de vida em diversos campos desse grupo etário.

A Comissão de Diagnóstico e Planejamento do CMDCA (CDP/CMDCA) de Ouro Preto foi legalmente composta por 02 (dois) membros do CMDCA, 02 (dois) membros do Conselho Tutelar e 01 (um) responsável técnico. A comissão adotou como método para realizar o diagnóstico da situação da criança e do adolescente a metodologia chamada Conhecer para Transformar¹⁴, sendo ela pensada para contribuir com esse tipo de diagnóstico (CDP/CMDCA, 2012).

¹⁴ Para conhecer sobre a metodologia Conhecer para Transformar acesse http://pratein.com.br/home/index.php?option=com_content&view=article&id=58:conhecer-para-transformar-uma-metodologia-para-o-diagnostico-municipal-da-situacao-das-criancas-e-adolescentes&catid=87:diagnosticos-e-planos-de-acao&Itemid=176

O período de construção do diagnóstico da situação da infância e adolescência de Ouro Preto abarcou o período de 2010 a 2012, sendo que a primeira coleta de dados aconteceu entre maio e setembro de 2011. Os instrumentos utilizados nesta etapa foram: aplicação de questionários responsáveis pelas unidades de saúde, equipe do programa saúde da família, escola pública, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), lideranças comunitárias, e de entidades não governamentais; documentos e arquivos do Conselho Tutelar; registros da Polícia Militar, do Poder Judiciário e da Polícia Civil; e levantamento de informações sobre os programas executados pelas secretarias municipais. Já entre novembro de 2011 e abril de 2012 foram realizadas as seguintes tarefas para coleta de dados: reuniões comunitárias; grupos focais e entrevistas individuais levando em consideração a participação popular, profissionais que trabalham com criança e adolescente de forma direta e/ou indireta, assim como a abrangência territorial visto a extensão geográfica do município. Dados do Relatório de Informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome referente ao Bolsa Família e Cadastro Único de setembro de 2012, também foram informações que colaboraram para a construção do referido diagnóstico (CDP/CMDCA, 2012).

A CDP/CMDCA contou no processo de construção do diagnóstico com a colaboração e protagonismo dos atores sociais, para que o processo fosse participativo, que promovesse o diálogo colaborativo entre os envolvidos no campo de pesquisa e os membros da CDP/CMDCA, tendo em vista garantir a efetiva identificação dos problemas e potencialidades da criança e do adolescente, bem como identificar como esses problemas e potencialidades se manifestam territorialmente (CDP/CMDCA, 2012). O processo de diagnóstico teve como objetivo “conhecer a realidade da criança e do adolescente em Ouro Preto e subsidiar o CMDCA e as instâncias governamentais e não governamentais na formulação e execução de suas políticas e programas, contribuindo para melhoria e a qualidade do atendimento a crianças e adolescentes, bem como o fortalecimento da atuação em rede” (CDP/CMDCA, 2012, p.06)

O diagnóstico apontou que em Ouro Preto especificamente até junho de 2012 estavam inscritas 2.109 famílias (7.817 pessoas) no Cadastro Único (bolsa família) com renda per capita que enquadra esses indivíduos em situação de extrema pobreza. No entanto o Programa Bolsa Família (PBF) em agosto de 2012 beneficiou 3.065 famílias, o que representou a cobertura de 90,9% da demanda. O município possui 05 (cinco) Centros de Assistência Social (CRAS), sendo a maioria localizados em área de alta vulnerabilidade social, 01 (um) Centro de Referência Especializado e Assistência Social (CREAS) ambos fazem parte da política de assistência social, em uma vertente de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial,

respectivamente, e 02 (duas) casas de acolhimento institucional destinadas a atender crianças e adolescentes que por algum motivo foram retiradas do seu núcleo familiar e/ou abandonadas. Destaca-se também o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil que em 2012 atendia 112 (cento e doze) crianças e adolescentes, já o Programa Jovens de Ouro atendia 123 (cento e vinte e três) adolescentes de 16 a 18 anos, sendo um programa teoricamente destinado a formação cidadã e o mercado de trabalho (CDP/CMDCA, 2012).

No campo da educação o Município conta com 55 (cinquenta e cinco) escolas municipais, 11 (onze) estaduais, 01(uma) universidade federal e 01 (um) instituto federal, e creches que não dão conta de atender toda a demanda da população (CDP/CMDCA, 2012).

Sabemos que o Estado não atua de forma eficiente na cobertura ampla e máxima dos direitos humanos. Acompanhamos no curso da história o surgimento e expansão das entidades do chamado 3º (terceiro) setor sendo as Organizações Não Governamentais que prestam serviços de interesse público. Lembrando que o 1º (primeiro) setor é o Estado e o 2º (segundo) setor são as indústrias/empresas privadas.

É sabido que existem diversas parcerias entre o Estado e as Organizações Não Governamentais de interesse público, diante dessa possibilidade e abertura legal o CMDCA admite que entidades da sociedade civil que desenvolve trabalhos na área da garantia e da promoção dos direitos da criança e do adolescente faça seu registro no conselho para que elas possam acessar recursos via FIA para financiamento de seus projetos. Ressalta-se que o registro é emitido após análise de documentos de cada entidade que pleiteia o referido registro. Destaca-se abaixo as entidades que em 2012 estavam registradas no CMDCA conforme consta no relatório.

Tabela 1 - Entidades Registradas no CMDCA - OP

Nº	NOME DA ENTIDADE
01	América Amarantina Futebol Clube
02	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Preto
03	Associação de Moradores do Bairro São Cristóvão
04	Centro Educacional de Antônio Pereira
05	Centro de Promoção Frederico Ozanan
06	Conselho Particular de Amarantina da Sociedade São Vicente de Paula
07	Cruzeiro do Sul Esporte Clube

08	Educandário Santo Antônio
09	Fundação Antônio Francisco Lisboa
10	Fundação Marianense de Educação/Pastoral da Criança e do Menor
11	Fundação Sorria
12	Grupo Assistencial Auta de Souza
13	Inspetoria Madre Mazzarello – Instituto Nossa Senhora Auxiliadora
14	Inspetoria São João Bosco/Oratório Dom Bosco
15	Instituto Social Águias de Ouro
16	Movimento Familiar Cristão
17	Núcleo de Apoio aos Toxicômanos Alcoólatras
18	Organização Cultural e Ambiental
19	Progresso Futebol Clube
20	Rede Cidadã
21	Sociedade Musical Nossa Senhora da Conceição da Lapa

Fonte: Relatório do Diagnóstico da Situação da Infância e da Adolescência no Município de Ouro Preto, 2012

O relatório do diagnóstico salienta a importância da oferta de políticas públicas que garantam a promoção dos direitos de criança e adolescente, destaca que as políticas existentes são insuficientes, por não atender de forma satisfatória e qualitativa as demandas apresentadas pela sociedade. O diagnóstico afirma que há no município insuficiência de programas e projetos públicos que versam sobre a cultura, esporte e lazer. No entanto é notório a ausência de programas específicos que dialoguem com os interesses e desafios dessa parcela da população. Se na sede do município a deficiência é enorme, ela amplia-se ainda mais nos distritos, por diversos fatores, com destaque a questões geográficas e dificuldade de locomoção. Salientou-se também a importância e a existência de entidades da sociedade civil que atuam de várias maneiras no atendimento deste público. Mesmo com a “parceria” público privado, há muito o que se fazer em relação à criança e ao adolescente de Ouro Preto (CDP/CMDCA, 2012).

O relatório do diagnóstico traz alguns dados por bairros, contudo, como essa pesquisa não tem por objetivo aprofundar nessa temática, apresentaremos as considerações de forma geral.

De acordo com o diagnóstico há no município áreas com maior índice de vulnerabilidade, para a comissão são 06 (seis) as mais vulneráveis, aponta ainda que essa vulnerabilidade “não se reduz nem se confunde com pobreza monetária” (CDP/CMDCA, 2012,

p.24). Contudo os 04 (quatro) bairros indicados estão localizados nas regiões periféricas da cidade e 01 (um) dos 2 (dois) distritos mencionados é o que concentra maior índice de “problemas” sociais.

Os seis bairros localizados na sede do município possuem em comum, por exemplo, o crescimento e a ocupação desordenada, sugerindo uma política habitacional considerada pouco satisfatória; a insuficiência do alcance de políticas públicas de lazer (e, por extensão, também de cultura e esportes); a quase ausência de programas/projetos sociais voltados para crianças e adolescentes; o envolvimento de crianças e adolescentes com drogas, sendo uma grande preocupação a situação do tráfico. Nos distritos (...) o quadro é parecido com a dos bairros citados acima, chamando a atenção também as situações de abuso sexual, exploração sexual e gravidez na adolescência. Os moradores, em geral, e as crianças e os adolescentes, e particular, dessas áreas citadas (bem como em outras), parecem estar mais expostos a riscos e também a violações de direitos (embora tais situações não sejam “exclusivas” de famílias pobres e que residem em áreas periféricas e com menos infraestrutura). (CDP/CMDCA, 2012, p.24)

Descrevo abaixo alguns dados extraídos do diagnóstico referente a diversas formas de violação de direitos e violência ocorridos entre janeiro de 2010 e maio de 2011.

Tabela 2 - Registros de Atendimentos do Conselho Tutelar

TIPO DE ATENDIMENTO	Nº DE ATENDIMENTO	AREA ATENDIDA
Número de atendimentos realizado pelo Conselho Tutelar de forma geral	834 atendimentos	79% provenientes da sede do município e 20,9% dos distritos.
Casos de abuso sexual (com destaque à relações intrafamiliar)	28 casos	Casos registrados na sede e em distritos
Casos de Trabalho Infantil	17 casos	Casos registrados na sede e em distritos
Casos de envolvimento com consumo ou dependência de álcool e outras drogas	68 casos	Casos registrados na sede e em distritos

Casos de atos infracionais	18 casos	Indica concentração de ocorrências da sede
----------------------------	----------	--

Fonte: Relatório Diagnóstico da Situação da Infância e da Adolescência no Município de Ouro Preto, 2012

O relatório do diagnóstico contou com informações cedidas pela Polícia Militar, sendo os dados referente a especificação dos atos infracionais com envolvimento de crianças e adolescentes no período entre janeiro de 2010 e junho de 2011, totalizando 651 atendimentos, conforme tabela abaixo. (CDP/CMDCA, 2012)

Tabela 3 - Participação de Adolescentes envolvidos em atos infracionais nos registros da Polícia Militar

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	Nº DE OCORRÊNCIAS
Autores dos atos infracionais	423 ocorrências (82% cometidos por pessoas do sexo masculino e 18% por pessoas do sexo feminino)
Vítimas dos atos infracionais	169 ocorrências
Testemunhas dos atos infracionais	38 ocorrências
Suspeitos dos atos infracionais	18 ocorrências
Solicitante dos atos infracionais	03 ocorrências
Total	651 ocorrências

Fonte: Relatório Diagnóstico da Situação da Infância e da Adolescência no Município de Ouro Preto, 2012

De acordo com as informações da Polícia Militar contidas no relatório do diagnóstico (2012) nos referidos atos infracionais cujo os adolescentes e jovens são autores doas atos, são classificados como: furto (20,33%), tráfico de drogas (17,49%) estando no topo das ocorrências, e em 7º lugar está o consumo de drogas (8,27%) (CDP/CMDCA, 2012).

O relatório do diagnóstico cita também a exploração sexual comercial, apontando que os distritos são os que mais registram casos, dentre eles o que recebe o maior número de trabalhadores vindos de várias partes do Brasil para atuar no ramo da mineração. Afirma ainda que “o envolvimento sexual de crianças e adolescentes com adultos não é somente em troca de dinheiro, mas também de sanduíches, caixas de bombom, caixas de manga, leite, arroz, feijão, peças de vestuário e dinheiro” (CDP/CMDCA, 2012, p.32). Ainda nesta manifestação de

violência, os indicativos apontam que o grupo mais afetado é do sexo feminino e de famílias empobrecidas. E que as drogas lícitas e ilícitas são consideradas as principais moedas de trocas nesses casos (CDP/CMDCA, 2012).

Outros dados considerados críticos, preocupantes e que demandam atenção são: trabalho infantil com destaque à serviços braçal no campo e no universo do tráfico de drogas; gravidez na adolescência associado ao despreparo econômico e psicológico, e também o risco de vida em caso de abortos; falta de oportunidades para acesso ao aprendizado e para o mercado de trabalho; envolvimento com drogas potencializam o cometimento dos atos infracionais, sendo considerado o risco mais grave a vida da criança e do adolescente; ausência quase completa de espaços/equipamentos públicos, de cultura, esporte e lazer (CDP/CMDCA, 2012).

A pesquisa traz uma informação muito importante para o CMDCA, visto que ela registra o pouco conhecimento da população em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, é possível que este desconhecimento seja o promotor da resistência e do preconceito para com o ECA. Além disso, há também uma confusão popular em relação ao papel do CMDCA e do Conselho Tutelar que pode gerar grandes ônus para a sociedade, com maior incidência da vida das crianças e dos adolescentes (CDP/CMDCA, 2012).

Contudo, a comissão que elaborou a pesquisa e produziu os dados indica que,

A Comissão de Diagnóstico e Planejamento analisou a lista de entidades registradas e concluiu que poucas organizações possuem uma atuação mais expressiva com oferta de programas protetivos ou socioeducativos (no contexto de atendimentos relacionados às medidas de proteção e socioeducativas, artigos 101 e 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, respectivamente). De maneira geral, os atendimentos realizados pelo conjunto de entidades sociais de Ouro Preto/MG são voltados para crianças e adolescentes “empobrecidos” ou em “vulnerabilidade social” acima dos seis anos de idade, no regime de “apoio socioeducativo em meio aberto” (ECA, art. 90), porém sem “foco” ou “especificidade” para algum tipo de violação de direitos. Dessa forma, não foram localizadas organizações da sociedade civil registradas no CMDCA que atendam, por exemplo, as necessidades de erradicação do trabalho infantil, de enfrentamento ao abuso sexual, de enfrentamento à exploração sexual, de acolhimento e prevenção na área do envolvimento de crianças e adolescentes com álcool e outras drogas. Também não há organizações sociais que se dediquem ao atendimento ou possam atuar em parceria com o poder público nos regimes de “orientação e apoio sociofamiliar”, “acolhimento institucional”, “prestação de serviços à comunidade”, “liberdade assistida”, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 90 (CDP/CMDCA, 2012, p.44).

Em síntese a comissão conclui que,

Embora os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) existam e sejam atuantes no município, no geral, há lacunas não somente no que se refere ao cumprimento de suas atribuições específicas, mas principalmente, na potencialização das condições e dos recursos para a articulação e a integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, como recomenda a Resolução 113/2006 do Conanda. Ficou evidente o quanto é necessário avançar em termos de abertura e capacidade de articulação e integração entre os órgãos do SGDCA. O Sistema é amplo e envolve setores municipais e estaduais, entretanto, será preciso um forte investimento em termos de diálogos e entendimentos, particularmente, entre os conselhos municipais, as secretarias municipais bem como entre as organizações não governamentais para o aprimoramento da rede de proteção integral em Ouro Preto (CDP/CMDCA, 2012, p.48).

Em consonância com o Relatório do Diagnóstico da Situação da Infância e da Adolescência no Município de Ouro Preto, publicado em 2012 compreende como principais problemas que colocam em risco e vulnerabilidade essa população:

- ✓ Ausência de políticas públicas na área de cultura, esporte e lazer.
- ✓ Ausência de programas e projetos sociais voltados as demandas apresentadas pelas crianças e adolescentes, que toque de forma eficaz sua realidade.
- ✓ O alto índice de acesso e envolvimento de crianças e adolescente com drogas, inclusive crack.
- ✓ Incidência de casos de abuso sexual.
- ✓ Incidência de exploração sexual.
- ✓ Gravidez na adolescência
- ✓ Uso de bebidas alcoólicas
- ✓ Aponta-se também como grande preocupação a situação do tráfico de drogas.

Diante dos dados expostos pelo relatório do diagnóstico, os projetos financiados pelo FIA devem buscar abranger os pontos problemáticos identificados no referido documento, o que propomos abordar no subcapítulo 5.5 desta pesquisa.

5.5 Projetos financiados com recursos do FIA em Ouro Preto no ano de 2014

As crianças e adolescentes, em qualquer sociedade constituem o grupo em que se deve depositar a esperança e a confiança para um futuro melhor.

Sabe-se que o recurso captado para o Fundo da Infância e Adolescência deve ser investido de maneira a contribuir para a execução de políticas sociais de atendimento as demandas desse público, com atenção especial aos sujeitos em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos.

Inicialmente tem-se como referência para realizar uma análise comparativa, as demandas apresentadas no relatório do último diagnóstico da situação da criança e do adolescente de Ouro Preto, realizado de acordo com as exigências legais do CMDCA de Ouro Preto. Acredita-se que este é o principal instrumento para elaboração dos planos de ação e de implementação de políticas posteriores ao ano de 2012.

No subcapítulo 5.4 destacou-se os principais desafios na realidade da criança e do adolescente de Ouro Preto, os quais o CMDCA e toda a Rede de Defesa dos Direitos devem se atentar e buscar criar estratégias para transformar a realidade colocada ou minimizar os prejuízos sociais causados por tais desafios.

A crítica que aparece no relatório do diagnóstico situacional, afirmando que no município de Ouro Preto persiste a ausência de políticas públicas na área da cultura, do esporte e do lazer, e que os poucos programas e projetos sociais desenvolvidos no município não levam em consideração as reais demandas da criança e do adolescente, nos aparece como um grande problema de leitura da realidade por parte da gestão pública e também das entidades com atuação nessa área.

Quanto aos poucos programas existentes no município que prestam serviço de atenção à crianças e adolescentes, pode-se registrar ilegalidades nos programas que os levam ao fechamento, gerando ônus a essa parcela da população, já tão carente. Neste caso refere-se ao Programa Jovens de Ouro que atendia diversos adolescentes. As atividades do mesmo foram suspensas pelo ministério público, deixando os adolescentes além de decepcionados, ainda mais vulneráveis socialmente. Uma vez que o público atendido era em sua maioria, adolescentes carentes em situação de vulnerabilidade social, sendo em grande parte oriundos dos bairros com maiores índices de violência do município, estando em comunhão com os apontados no relatório do diagnóstico da infância e adolescência. Pode-se dizer que as consequências da

suspensão do referido programa foi a identificação de ilegalidades na gestão do programa¹⁵. A sociedade civil, adolescentes juntamente a organizações que desenvolvem trabalhos de caráter social com jovens e adolescentes realizaram diversas atividades, inclusive audiência pública¹⁶ com o intuito de garantir a adequação do programa as leis, regras institucionais e consequentemente o retorno de suas atividades que eram consideradas de relevância social, caso fosse executado conforme fora aprovado, contudo até a presente data, poucos foram os esclarecimentos sobre o assunto e o programa ainda permanece suspenso.

Essa situação faz rememorar as formas de gestão pública não participativa ou desconectada da realidade, uma vez que a criança e o adolescente são consideradas como prioridade, como apontado no ECA. No entanto determinados gestores públicos, como por exemplo, os prefeitos, secretários e outros, que são responsáveis pelas políticas setoriais não estão preparados para exercer tais funções, o que coloca a vida de toda a população em risco, visto a importância de uma gestão pública de qualidade para a vida cotidiana.

Compreende-se que a participação popular na gestão pública no Município de Ouro Preto pode não ser efetiva, o que coloca uma reflexão sobre o diálogo do poder público com o CMDCA, uma vez que este diálogo é fundamental para a construção e efetivação das políticas públicas tendo em vista as atribuições de elaborar, implementar e fiscalizar as políticas que cabe também ao CMDCA conforme apontado abaixo,

Com o recurso do FIA, o CMDCA-OP apoia programas e projetos de proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, subsidiando as instituições registradas no conselho, a fim de que elas auxiliem o poder executivo no combate das violações contra crianças e adolescentes (SANTOS, 2013, p.83).

De acordo com Santos (2013), para gerir o FIA necessariamente o CMDCA deve estabelecer uma parceria com alguma secretaria vinculada ao poder público municipal, no caso de Ouro Preto este vínculo é com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Cidadania, sendo esta a secretaria que o CMDCA está vinculado formalmente. Importante lembrar, que como os conselhos de direito são paritários e de interesse público, todos são vinculados estruturalmente a uma secretaria que tenha mais semelhança com as pautas dos

¹⁵ Matéria que destacada ilegalidades do Programa Jovens de Ouro do Município de Ouro Preto - <http://www.jornaloliberal.net/noticia/irregularidade-na-contratacao-de-menores-obriga-prefeitura-de-ouro-preto-a-cancelar-programa-jovens-de-ouro/> Acesso em 15. fev. 2018

¹⁶ Matéria sobre a audiência pública cujo o tema foi o Programa Jovens de Ouro <http://www.jornaloliberal.net/noticia/programa-jovens-de-ouro-e-tema-de-audiencia-publica-na-camara-de-ouro-preto/> Acesso em 15. fev. 2018

respectivos conselhos. Essa parceria se dá de forma mais precisa no que se refere ao campo administrativo e de controle dos recursos, visto que a secretaria mantém em seu quadro, funcionários que tem dentre outras atribuições realizar o “controle bancário, a celebração de convênios, repasse dos recursos, controle das prestações de contas das instituições, manutenção dos equipamentos e etc” (SANTOS, 2013, p.83).

Para dar sequência a análise segue a lista das entidades que tiveram seus projetos aprovados e financiados pelo FIA no ano de 2014, com seus respectivos títulos, objetivos e valores financeiros.

Tabela 4 - Projetos aprovados e financiado pelo FIA

Nº	NOME DA ENTIDADE	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO (R\$)
01	Sociedade Musical Nossa Senhora da Lapa	Música: Alegria e Vida	R\$ 121.680,00
<p>Objetivo Geral: Realizar oficinas gratuitas de Música para 80 pessoas, sendo crianças, adolescentes e jovens, entre 6 e 17 anos, em situação de risco social e/ou exclusão, incluindo pessoas com deficiência, indicados pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), regularmente inscritos na rede pública de ensino ou ainda, que estejam em situação Promotora e demais atores da rede do Sistema de Garantias dos Direitos das Crianças e Adolescentes.</p> <p>Objetivos Específicos: conhecer as diversidades musicais; perceber a importância da música como cultura; apresentar diversos ritmos musicais, bem como apreciá-los e identificá-los; estimular talentos na arte musical; estimular a linguagem, a respiração correta e enriquecimento de vocabulário; desenvolver a sociabilidade, participando do trabalho em grupo; oportunizar o desenvolvimento da concentração, atenção, criatividade e cooperação; promover aos componentes do setor musical, noções de cidadania, enfatizando com prioridade, o respeito recíproco, relacionamento humano, zelo ambiental, limpeza e cuidado com o instrumento, entre outras atividades educativas necessárias a formação de um cidadão consciente.</p>			
02	Instituto Nossa Senhora Auxiliadora – Obra Social	Inclusão Digital	R\$ 35.022,00

	Nossa Senhora Auxiliadora		
<p>Objetivo Geral: Proporcionar o acesso de 120 crianças e adolescentes entre 07 e 15 anos ao mundo digital através da informática tendo em vista o desenvolvimento humano e social de forma a reduzir a situação de vulnerabilidade social a qual estão expostas.</p> <p>Objetivos Específicos: Incluir crianças e adolescentes no mundo digital de forma a incentivá-los conhecer e usar o computador de forma consciente e correta; ensinar as crianças e adolescentes os conhecimentos básicos de informática e uso da internet; possibilitar a ampliação do universo cultural de crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã.</p>			
03	Educandário Santo Antônio	Brinquedoteca: estimulando crianças e adolescentes na busca pelo conhecimento.	R\$ 16.404,00
<p>Objetivo Geral: Capacitar 50 crianças e adolescentes entre 04 e 12 anos para o mercado de trabalho, através da inclusão digital, por meio do acesso as tecnologias de informação (Pacote Office: Word, Excel, Power Point e Internet)</p> <p>Objetivos Específicos: Proporcionar aos alunos equipamentos e ambiente adequado para o desenvolvimento do projeto; incluir os alunos na sociedade da informação; possibilitar a ampliação do universo informacional e cultural de crianças e adolescentes e propiciar sua formação cidadã.</p>			
04	Movimento Familiar Cristão de Ouro Preto	Casa do Crer e Ser	R\$ 8.825,00
<p>Objetivo Geral: Afastar crianças e adolescentes dos riscos de situações de ócio, de violência e criminalidade (ausência da escola, prostituição, uso de drogas), desenvolvendo entre os participantes o espírito de cidadania e convívio social como contribuição para seu crescimento como pessoas em suas respectivas famílias e na comunidade onde vivem.</p> <p>Objetivos Específicos: Ensinar atividades artesanais às crianças e adolescentes (bordados e pintura em tecidos) com o intuito de desenvolver habilidades pessoais que possam lhes ser úteis na vida futura e em atividades profissionais que possam vir a exercer; promover orientação das crianças e adolescentes para a cidadania e o convívio social, por meio de</p>			

palestras e atividades educativas sobre higiene, comportamento, prevenção do uso de drogas, combate à exploração infantil, fortalecimento dos vínculos familiares, espiritualidade, dentre outros.

05	Associação dos Amigos da Escola de Música Padre Simões	Ampliação da Escola de Música Padre Simões	R\$ 22.832,52
-----------	---	---	----------------------

Objetivo Geral: Oferecer aulas teóricas e práticas de música para 150 crianças e adolescentes entre 06 e 18 anos; manter em funcionamento uma orquestra, um grupo de flauta doce, um coral infanto-juvenil, um coral adulto na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar, voltado para a terceira idade funcionando no CRAS do Alto da Cruz; realizar apresentações públicas regulares dos alunos participantes do projeto – em grupo e individualmente. Divulgar e promover a defesa dos direitos sócio assistenciais e as atividades desenvolvidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Ouro Preto.

Objetivo Específico: Contratar três professores de música e uma assistente social em tempo parcial para atuação a partir de 2014.

06	Conselho Particular de Amarantina – Sociedade São Vicente de Paulo	Educação Patrimonial – Atitude no CASA¹⁷ (Aditivo do projeto 2012/2013)	R\$ 11.775,20
-----------	---	---	----------------------

Objetivo Geral do Aditivo: Complementar os instrumentos solicitados anteriormente para atender à demanda dos alunos de formação musical, assim como ampliar o atendimento aos alunos de música com acréscimo de horas aula.

Objetivo Geral do Projeto Original: Oferecer formação qualificada às novas gerações, utilizando as manifestações culturais e artísticas da comunidade como ferramenta dos vínculos familiares, desenvolvimento local.

Objetivos Específicos: Incentivar a formação musical na primeira infância, com vistas ao desenvolvimento intelectual e artístico das crianças e motivação pela música; investir na formação musical dos adolescentes para a reconstituição da Banda de Música “União de São Gonçalo do Amarante”; fortalecer os valores afetivos e **auxiliar na prevenção da gravidez**

¹⁷ Centro de Atividades Sociais de Amarantina - CASA

<p>na adolescência, por meio da realização da dança de São Gonçalo; reconstituir valores históricos e culturais utilizando a força jovem na elaboração de um livro sobre o distrito.</p>			
07	<p>Instituto Social Águia de Ouro da Região dos Inconfidentes</p>	<p>Criança Feliz Aprende Brincando</p>	<p>R\$ 26.717,92</p>
<p>Objetivo Geral: Permitir 150 crianças e adolescentes de alta vulnerabilidade social o contato com o mundo do esporte, afastando-os das drogas, da violência doméstica e violência urbana, de um mundo sem perspectivas, mostrando um leque de possibilidades e oportunidades que o esporte oferece na vida. Promover qualidade de vida, auto estima, palestras de conscientização e prevenção. Festivais e jogos de integração e lanches para todas as crianças que fazem parte do projeto e núcleos.</p> <p>Objetivos Específicos: Utilizar a prática esportiva como forma de proteção e inclusão social destas crianças e adolescentes, com melhoria no desempenho social, cultural e escolar dos alunos do projeto, transformando os alunos em multiplicadores do aprendizado adquirido com a prática esportiva, garantindo a valorização da criança e do adolescente, trabalhando a qualidade de suas relações e percepções de si mesmo e dos outros. Prevenção de doenças e ocupação do tempo ocioso.</p>			
08	<p>Cruzeiro do Sul Esporte Clube</p>	<p>Escolinha de Esporte: Ensinando mais que Futebol a todos - Futebol Sócio Educativo.</p>	<p>R\$ 22.835,52</p>
<p>Objetivo Geral: Ensinar não só através do futebol, mas através do reforço escolar, das aulas de informática e da assistência médica a importância de viver dentro da sociedade e com o meio ambiente na qual estão inseridas. De forma a lhe dar várias reflexões com relação a sua vida e a importância</p> <p>Objetivos Específicos: Ensino do futebol, como também do reforço escolar e das aulas de informática; contribuição para a formação cidadã; construção da convivência dentro e fora da sociedade; conviver e viver com o meio ambiente no qual estão inseridos.</p>			
09	<p>Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Preto</p>	<p>Acessibilidade e Educação – Direito de Todos</p>	<p>R\$ 67.357,63</p>

		Educação e Reabilitação – Construção da Piscina Hidroterápica	
<p>Objetivo Geral: Partimos do pressuposto, epistemológico que nos indica que o processo educacional é determinante na formação e desenvolvimento a todo o cidadão. Objetivamos através de nossas estratégias, estabelecer ações educacionais que promovam o processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência visual de modo que usufruam da escola para aprender, construir e conviver.</p> <p>Objetivos Específicos: Buscar a melhoria da qualidade de vida e nas atividades hidroterápicas; considerar que todos são capazes de interagir socialmente; proporcionar situações de conforto e comodidade, vivenciando os valores morais e auxiliando os indivíduos na formação de uma sociedade mais justa e solidária; favorecer e promover a inclusão social dos 215 educandos da APAE Ouro Preto.</p>			
10	Fundação Marianense de Educação / Pastoral da Criança e do Adolescente	Cozinha Solidária: Uma deliciosa forma de ensinar	R\$ 18.008,93
<p>Objetivo Geral: Promover a formação integral de 60 crianças e adolescentes, assim como fortalecer os vínculos familiares e comunitários dos usuários em situação de vulnerabilidade social da Pastoral da Criança e do Adolescente, através de uma Cozinha Solidária.</p> <p>Objetivos Específicos: Promover o resgate cultural de adolescentes, favorecendo a convivência familiar e auto estima, como também desenvolver atividades sócio educativas e recreativas com planejamento pedagógico da Cozinha Solidária; Estimular a participação das famílias, a fim de gerar um novo relacionamento entre as crianças e os adolescentes, despertando uma visão mais crítica e transformadora, em que adolescentes possam ser vistos como cidadãos em desenvolvimento, sujeitos de direitos; diminuir os fatores de vulnerabilidade social que possam prejudicar e/ou comprometer o desenvolvimento físico, psíquico e social das crianças e adolescentes da pastoral; integrar o aprendizado de forma dinâmica, de acordo com a realidade dos assistidos; proporcionar aos adolescentes momentos que lhes façam crescer, refletir e tomar decisões direcionadas ao aprendizado com coerência e justiça; mostrar aos assistidos a importância da busca de profissionalização, frente a atual competitividade no mercado de trabalho; melhorar a qualidade das refeições oferecidas</p>			

diariamente para os usuários; proporcionar as crianças e adolescentes melhores condições para que exerçam suas múltiplas habilidades e competências individuais.			
11	Organização Cultural Ambiental	Circo e Cidadania	R\$ 166.711,40
<p>Objetivo Geral: Ensinar as artes circenses na perspectiva do desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, visando à formação social, cultural e humana, bem como da defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.</p> <p>Objetivos Específicos: Desenvolver as técnicas circenses, os potenciais de expressão corporal, as habilidades físicas, artísticas, as atitudes afetivas e cognitivas, favorecendo a saúde e o bem estar; desenvolver valores fundamentais tais como: respeito, amizade, autonomia, cooperação, criatividade, solidariedade, perseverança e superação de limites; ampliar a noção de bem comum, de convivência social colaborativa e senso de justiça; estimular a reflexão crítica, contribuindo na formação de sujeitos criativos, dispostos a realizar transformações significativas na comunidade; possibilitar a valorização do ser, a melhoria de autoestima, a partir da apropriação do universo sociocultural e do senso de pertencimento no contexto da cidade; atuar na prevenção do trabalho infantil, diminuir a evasão escolar e auxiliar no processo de formação educacional; contribuir para melhoria do desenvolvimento escolar; favorecer a integração de familiares no processo educacional do circo, proporcionando melhoria de suas relações; desenvolver os potenciais de sensibilidade e expressividade artísticas, bem como os conceitos da linguagem cênica, por meio da ação multidisciplinar; formação e conscientização dos jovens atendidos na prevenção do uso de bebidas alcoólicas e outras drogas; atuar na formação de espectadores, na fruição e criação de experimentos artísticos e na composição de senso estético.</p>			
12	Fundação Antônio Francisco Lisboa – O Aleijadinho	Fundação em Expansão e Esporte e Cidadania (Ginástica de Trampolim e Ginástica Artística) <i>Aditivo do projeto anterior</i>	R\$ 61.251,15 (parcial)¹⁸ O projeto não apresentava o plano de aplicação do recurso completo.

¹⁸ O valor exato do plano de aplicação do recurso referente ao projeto Fundação em expansão e esporte e cidadania foi solicitado ao CMDCA, porém não obtivemos retorno em tempo, assim como do valor global de entrada e saída do FIA no exercício de 2014.

Objetivo Geral: Permitir que o maior número de crianças e adolescentes em alta vulnerabilidade social tenha acesso ao conhecimento de um ofício, adquirindo uma formação profissional, tendo assim uma oportunidade de se inserir no mercado de trabalho, e à prática esportiva orientada, afastando-se das tentações e facilidades que o mundo hoje em dia disponibiliza para esses jovens em alto risco social e pessoal.

Objetivos Específicos: Dar continuidade ao Projeto Fundação em Expansão e Esporte e Cidadania; Inserir estas crianças e adolescentes, de maneira instrutiva, sem esquecer o objetivo principal que é educacional, no mundo digital, das artes, do esporte, da cultura, do lazer, criando assim uma fonte de geração de renda alegre e criativa; oferecer oportunidade às crianças e adolescentes de alta vulnerabilidade social de praticarem atividades esportivas orientadas, nas modalidades de ginástica de trampolim; levar diversas técnicas artesanais até as comunidades onde estão inseridas as crianças e adolescentes em alta vulnerabilidade social, estendendo o ensinamento ao núcleo familiar.

Fonte: Informações extraídas dos respectivos projetos

A partir dos objetivos apresentados nos 12 (doze) projetos financiados pelo FIA no ano de 2014, pode-se dizer sobre a existência de uma relação direta e/ou indiretamente dos projetos para com os apontamentos do relatório do diagnóstico da situação da infância e adolescência de Ouro Preto e em especial com as legislações que regem os direitos humanos com destaque ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Importante dizer que 01 (um) dos 12 (doze) projetos aborda exclusivamente crianças e adolescentes com deficiência, público que não é mencionado no diagnóstico e que no campo dos direitos humanos apresentam demandas de várias ordens, inclusive, é um público que se encontra assim como os demais, em situação de vulnerabilidade social, uma vez que os desafios apontados no diagnóstico podem ter implicação na vida de qualquer criança e adolescente, sem subdividir o grupo em decorrência de suas diferenças.

Tabela 5 - Números de projetos financiados e valor total do financiamento

NÚMERO DE PROJETOS	VALOR TOTAL
12 Entidades beneficiadas	R\$ 579.421,27 (parcial)

Fonte: Informações extraída dos respectivos projetos

O valor supracitado compõe o somatório de 11 (doze) projetos, e 01 (um) projeto o valor parcial. O resultado leva-nos a compreender que o FIA tem a capacidade de contribuir para implementação de políticas sociais que atendam as demandas das crianças e dos adolescentes, mesmo que parcialmente.

CAPÍTULO 6 - PROJETOS FINANCIADOS PELO FIA EM 2014, DIÁGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E A TRANSVERSALIDADE

De acordo com os projetos analisados, pode-se compreender que a preocupação das instituições que receberam recursos do FIA em Ouro Preto no ano de 2014 trouxeram vários elementos e prioridades em comum.

Os projetos em suas descrições enfatizam que suas atividades são desenvolvidas preferencialmente com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, visto que muitos investimentos são viabilizados levando em consideração a minimização dos impactos sociais, e o referido público demanda mais atenção tanto da sociedade civil quanto do poder público. O FIA aparece neste sentido, como uma possibilidade de alinhamento social.

Ao realizar um recorte referente ao público alvo, as ações e as políticas estratégicas, estas passam a configurar como uma matriz que visa reparar e evitar possíveis danos e traumas que relacionam e marcam historicamente a vida de indivíduos com determinadas trajetórias, com destaque a vulnerabilidade social.

O diagnóstico destaca alguns desafios do município, sendo os principais: integrar esforços para o fortalecimento da rede de proteção integral de crianças e adolescentes bem como ampliar a intersetorialidade entre as políticas públicas para a promoção e a defesa dos direitos infantojuvenis.

Propõe-se a seguir estabelecer alguns diálogos que apontam a relação entre os projetos financiados pelo FIA no ano de 2014 e os apontamentos do relatório do diagnóstico da situação da infância e adolescência de Ouro Preto publicado em 2012.

Figura 3 – Projetos que abarcam questões em relação a cultura, esporte e lazer



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Acredita-se que os projetos mencionados acima cumprem um papel social que visa contribuir na garantia dos direitos das crianças e adolescentes de terem a oportunidade de acessar instrumentos de cultura, esporte e lazer. Sendo este acesso apontado como um desafio a ser enfrentado no diagnóstico, visto que sua ausência pode possibilitar que outras opções surjam e despertem o interesse deste público, podendo ser tanto opções positivas quanto negativas para a vida da criança e do adolescente.

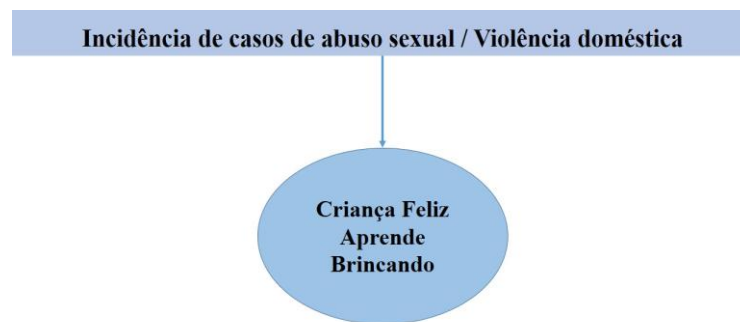
Figura 4 - Envolvimento de crianças e adolescentes com drogas, inclusive crack / Preocupação a situação do tráfico



Fonte: Elaboração própria, 2018.

A realidade de drogadição é um problema que atualmente está difundido em diversas classes sociais, se faz presente como uma questão preocupante no diagnóstico e ecoa nos projetos supracitados.

Figura 5 - Incidência de casos de abuso sexual / Violência doméstica



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Casos de abuso sexual e violência doméstica, podem ser mais comuns do que se parece. O diagnóstico traz como uma realidade que precisa de atenção no município de Ouro Preto, sobretudo em detrimento das possíveis situações de omissão influenciadas por questões de várias ordens.

Figura 6 - Incidência de exploração sexual



Fonte: Elaboração própria, 2018.

A exploração sexual é um apontamento trazido pelo diagnóstico e mencionado em apenas um projeto, configura-se como um problema social a ser enfrentando, por envolver diversas questões que podem atuar como indutoras a este tipo de crime.

Figura 7 - Gravidez na Adolescência



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Entende-se que a gravidez na adolescência pode ser uma opção, pode ser fruto da desinformação, assim como resultado de abuso e/ou exploração sexual. No entanto é importante salientar que o diagnóstico ao trazer essa pauta como desafio, não aprofunda o debate sobre o assunto, destaca-se que o projeto não informa como o trabalho frente a isso será conduzido.

Figura 8 - Uso de bebida alcoólica



Fonte: Elaboração própria, 2018.

O uso de bebidas alcoólicas dialoga com o quadro de drogadição, visto seus desdobramentos e efeitos na vida da criança e do adolescente.

As figuras acima compõem a relação dos projetos com os apontamentos do relatório do diagnóstico situação da infância e adolescência de Ouro Preto e são indicadores alinhados a cenários de vulnerabilidade. A construção das figuras como se pode observar, buscou dividir os projetos por vertentes de atuação a partir do que consta nos textos dos referidos projetos, com destaque ao diálogo entre diagnóstico e projetos.

Como os projetos dizem sobre suas ações de forma geral, contemplando as várias abordagens temáticas, discorreremos sobre as suas ações, também, de forma geral, buscando apresentar um pouco do jeito de ser e fazer das entidades com projetos financiados pelo FIA.

Os projetos que abarcam a musicalização com destaque ao acesso à cultura e à educação, buscam ofertar oportunidades de aprendizagem da arte musical, da técnica instrumental. Compreende-se que o indivíduo que se apropria dessa oportunidade pode criar uma maior relação de identificação com sua comunidade, em uma perspectiva de contribuir no desenvolvimento da comunidade através do conhecimento adquirido. Esse diálogo entre criança/adolescente e comunidade seria mediado, por exemplo, por apresentações artísticas locais. Concomitante ao acesso e a valorização da cultura local, os projetos entendem que fazem do uso da arte um instrumento da cidadania, visando promover a democratização do acesso ao conhecimento e prática musical por intermédio da realização de oficinas que enfatizam também as raízes culturais das bandas locais, neste sentido propicia também o fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e societários.

Para garantir a execução do projeto Música: Alegria e Vida, buscou-se parceria com a escola municipal e estadual situada no distrito de Antônio Pereira, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, o CRAS e o Posto de Saúde da Família buscando estabelecer articulações entre organização não governamental e governamental, a fim de garantir os direitos das crianças e adolescentes da região de um dos distritos com maior índice de vulnerabilidade social do município. As oficinas ofertadas são de iniciação musical, teoria musical e prática de instrumentos, o grupo constituído no projeto realizam apresentações gratuitas e abertas ao público na comunidade.

O projeto Educação Patrimonial: Atitude no Casa, tem atuação no Distrito de Amarantina, também mencionado no diagnóstico como área com focos de risco à criança e adolescente, com destaque a incidência do uso de drogas e da gravidez na adolescência. Compreende-se que estes dois elementos são causa de sofrimento e desarticulação familiar. Neste sentido o projeto busca alinhar o potencial artístico e cultural que o distrito possui à necessidade de se trabalhar temas complexos como drogas e gravidez. O protagonismo juvenil

e o fortalecimento de vínculos familiares são também temas envolvidos no referido projeto. Suas atividades/ações versam sobre a formação musical, oficina de dança e elaboração de um livro sobre o distrito a partir das percepções potencializadas por uma visita orientada no distrito. Para o fortalecimento de vínculos são realizadas reuniões mensais e eventos regulares.

Os projetos que abarcam o acesso ao esporte como o da Escolinha de Esporte: ensinando mais que futebol, além de fomentar o acesso ao esporte também se preocupa com o grande número de crianças e adolescentes envolvidas com as drogas, a prostituição e o trabalho infantil. A preocupação desta instituição se concretiza em ações a fim de minimizar os impactos sociais referente ao contexto descrito. A entidade oferta além de aulas de futebol, oferta também aula de informática, reforço escolar e acompanhamento médico. A entidade busca fortalecer os vínculos no campo educacional, pedagógico, social, educativo inclusivo e ambiental, através do acolhimento, acompanhamento, encaminhamento, intervenção, orientação, explicação, argumentação, conversação, visitas e palestras. Buscam ampliar suas atividades para além do espaço da instituição.

O projeto Fundação em Expansão e Esporte e Cidadania, atua na garantia do acesso ao esporte através da oferta de aulas de ginástica de trampolim. A entidade tem-se preocupado com a geração de renda e, atuado também, na oferta de cursos de informática, fomento de debates sobre cidadania e responsabilidade social. Esta entidade se diferencia por buscar formar novos núcleos de aprendizado nas comunidades e em manter os existentes, ao considerar que a participação das crianças e jovens que não precisam se deslocar do seu ambiente habitual para aprender um ofício ou uma atividade de arte que o encanto e interesse, fica mais fácil e interessante.

O projeto Criança Feliz Aprende Brincando, além de atuar no campo do acesso à cultura integrando suas atividades junto ao Grupos de Capoeira Cataveiro e o esporte através da parceria com a Ginástica de Trampolim, traz também preocupações sobre a prevenção à dependência química, à marginalidade, violência doméstica, violência urbana. As ações desenvolvidas pela entidade a fim de amenizar o risco das crianças e adolescentes se envolverem no universo das mazelas acima mencionadas, são ofertas de aulas de futebol de campo, futsal, peteca, vôlei, palestras, jogos de integração e festivais. Cabe dizer que o projeto tem núcleos em bairros apontados no relatório do diagnóstico como bairros marcado pela população em situação de vulnerabilidade social.

O projeto Circo e Cidadania além de se destacar pelo trabalho voltado ao ensino de artes circense, permeia também pelo campo da educação. Traz várias abordagens que buscam

trabalhar no dia a dia com o grupo de criança e adolescente que compõe o projeto, essas preocupações versam sobre a violência urbana, o consumo e tráfico de drogas. O projeto atende crianças dos bairros apontados pelo diagnóstico como áreas de risco em potencial.

O projeto Casa do Crer Ser, traz como destaque a preocupação em relação ao tempo ócio, violência, prostituição, uso de drogas, exploração infantil, necessidade de fortalecimento dos vínculos familiares. Com o objetivo de minimizar os impactos dessa realidade e preservar a vida da criança e do adolescente de Ouro Preto. A entidade entende que a oferta de aulas de bordado e pintura em tecido podem estimular a criatividade e ocupar de forma qualitativa o tempo do público atendido, com abertura para possibilidades de geração de renda. O projeto busca também promover palestras, atividades de lazer, como passeios e outras atividades educativas para fomentar a formação cidadã, seja para alimentar a espiritualidade e/ou o equilíbrio para melhor o convívio social.

Figura 9 - Projetos financiados “que não contemplam” diretamente os apontamentos do relatório do diagnóstico



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Em relação aos projetos financiados pelo FIA e que não têm diálogo direto com os apontamentos do diagnóstico da situação da criança e do adolescente no município de Ouro Preto, tem-se os que se voltam a desenvolver trabalhos em defesa dos direitos da pessoa com deficiência, através do projeto referente a construção da piscina de hidroterapia; o projeto cozinha solidária com atenção a preparação dos adolescentes para o mercado de trabalho; o projeto referente a ampliação da Escola de Música Padre Simões tendo em vista a manutenção

do projeto que oferta aulas de canto e instrumentos musicais para crianças e adolescente; o projeto Brinquedoteca: estimulando crianças e adolescentes na busca pelo conhecimento e o Projeto Inclusão Digital que desenvolve trabalhos visando a capacitação para o mercado de trabalho através de aulas de informática. Todos estes projetos atuam na defesa dos direitos em diferentes perspectivas e realidades.

6.1 – Aprofundando as análises dos dados e compreendendo os seus elos

A produção de um material que parte da realidade de um segmento da sociedade como foi o caso da elaboração do diagnóstico da infância e adolescência de Ouro Preto, pode ser um instrumento norteador das ações e políticas desenvolvidas para o referido público alvo no território. Diante disso aprofundaremos a seguir nos dialogos estabelecidos entre projetos e o diagnóstico, levando em consideração as transversalidades identificadas ao longo do processo de construção desta pesquisa.

6.6.1 – Acesso à cultura e lazer: musicalização

Os projetos que versam sobre a musicalização se aproximam pela busca de estimular na criança e no adolescente a sensibilidade artística, a escuta, a percepção, a atenção, a criatividade e a autoestima.

A música é a linguagem que se traduz em formas sonoras capazes de expressar e comunicar sensações, sentimentos e pensamentos, por meio da organização e relacionamento expressivo entre o som e o silêncio. A música está presente em todas as culturas, nas mais diversas situações: festas e comemorações, rituais religiosos, manifestações cívicas, políticas etc. Faz parte da educação desde há muito tempo, sendo que, já na Grécia antiga era considerada como fundamental para a formação dos futuros cidadãos ao lado da matemática e da filosofia. (BRASIL, 1998, p. 45)

De acordo com os projetos de musicalização analisados, os mesmos compreendem a música dentro de um campo maior, o da arte. Neste sentido dizem que a arte propícia o desenvolvimento do pensamento crítico, e dá sentido às experiências vivenciadas pelas pessoas. Por meio da arte as crianças e os adolescentes poderão ampliar a sensibilidade, a percepção, a reflexão, a auto confiança e a imaginação. Visto que as formas de trabalhar com a musicalização e com as artes, de forma geral, possuem diversas metodologias, dentre elas as metodologias que

trabalham com as expressões e manifestações corporais, que contribuem para o autoconhecimento e a valorização do corpo e de suas diferenças, dialogando com as questões culturais. Além disso os projetos compreendem à dimensão social da arte, viabilizadas pelas manifestações e apresentações artísticas. Entendendo que a arte solicita a visão, a escuta e os demais sentidos como portas de entrada para uma compreensão mais significativa das questões sociais.

Os projetos que trazem a musicalização como pauta, tendem a ser realmente uma via que dialoga com a necessidade apontada no campo da cultura e do lazer, partindo de um pressuposto que compreende e respeita as diversidades do gênero musical e todo o cenário que o envolve, em outras palavras acredita-se que neste universo da música muitas coisas podem ser desenvolvidas com enfoque a ampliar a leitura de mundo e desenvolver as habilidades da pessoa envolvida no processo de musicalização como um instrumento pedagógico.

A musicalização é parte integrante de nossa cultura (...) a música é uma das mais antigas formas de expressão da humanidade e está presente na vida das pessoas. A vivência musical faz parte do dia a dia do ser humano e é muito salutar para o desenvolvimento de trabalhos grupais e a aprendizagem musical abre portas para outras informações (SMNSL, 2014).

Os dois projetos citados, com atuação nessa área são desenvolvidos em dois distritos distintos do município, sendo um com período de execução estipulado para 12 (doze) meses e o outro em 06 (seis) meses. Ambos dizem ter como público alvo crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Entende-se vulnerabilidade social como uma consequência da concentração de riqueza, das desigualdades sociais, da pobreza, das manifestações de diversas formas de preconceitos (ex: raciais, etário e sociais), da violação de direitos, da marginalização, criminalização de determinados sujeitos. Situação que os colocam a margem da sociedade, numa realidade de exclusão, que não considera ou não quer considerar as expressões da questão social tão presente nessas situações, como sinalizada pela UNICEF a partir dos dados da criminalidade infanto-juvenil. Importante dizer nesse momento, sobre essa percepção geral em relação aos projetos. Identifica-se que em praticamente todas as justificativas e objetivos, os projetos trazem essa questão, sem fazer nenhuma menção ao conceito do termo.

Os projetos voltados a música trazem a possibilidade das crianças e adolescentes enriquecerem seus conhecimentos através da ampla diversidade da cultura musical via processo educativo. Entende-se que cada instrumento, cada som, cada ritmo, cada letra e cada gênero,

carrega consigo uma riqueza de histórias e registros que nem sempre são contados e cantados em versos. Destaca-se que os projetos abordam a música como um instrumento possível para o reconhecimento dos direitos humanos, além de trazer reflexões teóricas que compreendem a arte como instrumento de cidadania. Nessa linha pode-se dizer também das possibilidades de produções artísticas que traduzam a realidade e os desafios do público atendido. Para tanto o ambiente precisa ser reconhecido pelas crianças e adolescentes como um espaço de apropriação deles/as, caso não haja esse reconhecimento o grupo pode tornar-se meros reprodutores dos dizeres dos formadores do grupo.

As atividades coletivas, dependendo da forma como são conduzidas, contribuem de forma expressiva para a formação do sujeito, com destaque ao cuidado e respeito para com o outro, a valorização do conhecimento construído em conjunto, a importância do momento de ouvir e de falar, e em especial do respeito as diferenças, esses apontamentos são fundamentais para se pensar as estratégias para a formação cidadã, a qual muitos projetos dizem se atentar.

Ao observar as metodologias dos projetos, percebe-se que não há clareza de como as atividades foram conduzidos a fim de garantir os objetivos destacados, uma vez que perpassam por objetivos que demandam mudanças de várias ordens no cotidiano dos indivíduos, visto que a leitura que se faz sobre determinada questão, interfere na ação do sujeito frente a dada situação. Diante disso pode-se dizer que algumas abordagens podem provocar mudança no estilo de vida dos sujeitos envolvidos em tais processos. No entanto, acredita-se que apontar com clareza as metodologias usadas seria de fundamental importância para o CMDCA compreender a viabilidade ao aprovar cada projeto, assim como seria mais fácil entender os elos entre a teoria e a prática, que até então se encontram no campo verbalizado, visto que identifica-se que o plano de aplicação de recursos é composto majoritariamente por compra de material permanente, pagamento de pessoal e material pedagógico. Mesmo com a falta de clareza no campo da execução do projeto, destaca-se que a aplicação dos recursos está em consonância com as legislações que regem o FIA.

Pode-se dizer que os projetos de musicalização abrem as portas para as crianças e os jovens atendidos pelos projetos acessarem a cultura via janela das oportunidades, uma vez que as políticas públicas no campo da cultura são raras e ineficientes no município.

6.6.2– Criança e Adolescente: acesso ao esporte

Os projetos na área do esporte aprovados pelo CMDCA e financiados pelo FIA chamam a atenção para um ponto interessante que dialoga com pontos importantes apontados no relatório do diagnóstico, no que se refere as áreas de maior registro de violação de direitos e da população considerada em situação de vulnerabilidade social. Esses projetos se desenvolvem nessas áreas e/ou garantem o acesso desse público as atividades mediante por exemplo, a cessão de vale transporte e alimentação. No entanto não é possível dizer sobre os critérios de seleção de crianças e adolescentes para compor esses projetos ou se basta querer acessar.

De acordo com o ECA o acesso ao esporte é um direito, e por vários ramos da medicina, dentre outras áreas é também considerado um importante instrumento que fomenta a qualidade de vida das pessoas, tanto no campo da saúde física quanto no campo da saúde mental, estes dois campos são abordagens que os projetos e o diagnóstico não colocam, mas que de acordo com seus respectivos apontamentos essa relação ocorre de maneira concomitante as demais atividades mencionadas. Acredita-se que este é um momento oportuno para esse destaque, visto a realidade de obesidade infantil que atinge cerca de 10% da população no Brasil¹⁹ e os transtornos mentais²⁰ que cresce na realidade brasileira e atinge entre 7% e 13% da referida população, gerando preocupação social. Atrelado a isso tem-se também a opção preferencial das crianças e adolescentes por brincadeiras/jogos virtuais e eletrônicos que apresentam no mínimo duas vias para análise, sendo: do desenvolvimento intelectual e estratégico e outro o da individualidade. Essas questões são marcas importantes deste tempo, que provavelmente serão apontadas em diagnósticos situacionais futuros, e que os projetos também não apontam.

Outro elemento importante de pensar relacionado ao esporte, é a disciplina escolar de educação física e o trato com o corpo. No universo escolar a disciplina de educação física muitas vezes é tratada com desprezo e como aula do “não fazer nada” e/ou do “ranca”²¹, e pouca vezes fazem diálogos ou experimentações com enfoque a estimular o desenvolvimento de habilidades corporais num sentido de valorizar o corpo a partir das diferenças, bem como habilidades para o desenvolvimento de várias atividades como as artes circenses. Trabalhar o corpo é também trabalhar a autoestima e consequentemente evitar tantas incidências de traumas e transtornos

¹⁹ Matéria sobre aumento da obesidade em crianças e adolescentes

<http://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2017/10/numero-de-criancas-e-adolescentes-obesos-aumenta-dez-vezes-em-40-anos.html> Acesso em 05. fev. 2018

²⁰ Artigo sobre transtornos mentais entre crianças e adolescentes <http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v63n4/0047-2085-jbpsiq-63-4-0360.pdf> Acesso em 05. fev. 2018

²¹ Termo utilizado para partidas de futebol cotidianas e em caráter de lazer.

mentais, sobretudo na fase da adolescência. Essa preocupação abrange o campo do direito à vida. O único projeto que abarca a importância do reconhecer o corpo e o desenvolvimento das habilidades corporais, talvez por maior aproximação com essa perspectiva é o Circo e Cidadania.

Quanto as aplicações dos recursos para financiar estes projetos, foram para garantir a alimentação dos/as atendidos/as; compra de material esportivo; pagamento de pessoal; vale transporte; equipamentos de áudio e vídeo.

Assim como os projetos que abordavam a cultura musical, as metodologias apresentadas nos projetos no campo do esporte, pouco colaboraram para a compreensão de como foi desenvolvido as atividades para alcançar os objetivos propostos, por serem pouco descritivas.

Os períodos de execução dos projetos nessa área variam, sendo 03 (três) com período de execução de seis meses e 01 (um) de um ano. Entende-se que os mesmos podem ter sido apresentados e aprovados com estrutura similar em outros anos. Seus enfoques são na ginástica de trampolim, ginástica artística, futebol e artes circenses.

Assim como os projetos voltados para a cultura musical os direcionados ao esporte também permeiam o campo da educação e da formação para cidadania²² a fim de construir desde a infância a concepção da criança como sujeito de direito, preparando-as para os enfrentamentos futuros, visto que o acesso aos direitos sociais, por exemplo, é garantido em lei mas que no chão da vida cotidiana nem sempre são realmente garantidos, como podemos observar ao longo da história.

Estabelecendo diálogo como os primeiros apontamentos do capítulo 6 desta pesquisa, o relatório do diagnóstico da situação da infância e adolescência de Ouro Preto, destaca algumas dificuldades relacionadas à insuficiência de programas e projetos públicos de cultura, esporte e lazer, como: à extensão territorial do município, considerando que a maioria dos distritos ficam longe da sede e também as distâncias são grandes entre os subdistritos e localidades dentro dos próprios distritos; as vias de acessos precárias bem como o transporte público; ao desconhecimento, pelas famílias, sobre seus direitos e as alternativas de atendimento preventivos e protetivos; às fragilidades na articulação da rede de atenção aos direitos da criança e do adolescente (CDP/CMDCA, 2012). Realidade que precisa ser enfrentada, visto que a ausência de políticas públicas nessa área pode fomentar o envolvimento de crianças e adolescentes em situações de risco, como por exemplo no universo da criminalidade, além de

²² Artigo sobre formação para a cidadania - <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1490/1421> Acesso em 05. fev. 2018

não cumprir com as legislações brasileiras que garantem o esporte, a cultura e o lazer como direito.

No entanto cabe ressaltar que os projetos sociais desenvolvidos no município com destaque aos financiados pelo FIA no campo da música, do esporte e do lazer, que estão em diálogo também com a cultura, cumprem um importante papel social, atuando como ponte de acesso aos direitos, e redutor das possibilidades de enveredamento deste público em questões como a criminalidade, que colocam suas vidas em risco. Entende-se que mesmo com a atuação das referidas entidades nessas áreas, o trabalho executado não é suficiente frente à demanda, as metodologias não são claras e a permanência temporal das crianças e adolescentes nesses espaços não foram mencionadas, nem no diagnóstico, nem nos projetos. Sabe-se da importância dos vínculos e das dificuldades de adaptações no que se refere a absorção de novos conceitos, experiências e a consolidação de novos hábitos de vida. Levando em consideração a fase conturbada inerente a adolescência, muitas vezes em detrimento de ser uma fase marcada por importantes transições.

Não se pode omitir casos de sucesso e mudança de vida que projetos como a ginástica de trampolim, por exemplo, fez na vida de alguns adolescentes em Ouro Preto, tornando-os profissionais do esporte que chegaram a representar o Brasil em campeonatos nacionais e internacionais, realidade que atua também como objeto de motivação para que outras crianças despertam interesse pela prática de esporte.

6.6.3 – Acesso à Educação de qualidade

Em consonância com o Capítulo IV do ECA, o qual trata do direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer fica evidente que essa responsabilidade de garantir o acesso da criança e do adolescente a esses direitos se divide entre Estado, Família e Comunidade, uma vez que o cuidado com a criança e o adolescente cabe a todos/as perante a lei.

Sobre o direito à Educação, compreende-se que esse direito é também um processo que se desenvolve na vida cotidiana, através de diversos elementos inerentes as relações sociais, as vivências coletivas em espaços de educação formal e não formal, ainda que a educação como processo de escolarização é dever do Estado, ou seja, cabe a ele oferecer de forma qualitativa e expansiva sobretudo a educação básica. Ao mencionar o processo de educação não formal, pode-se dizer que todos os projetos aprovados proporcionam ao seu público alvo essa

oportunidade formativa, que se desenvolve na partilha dos saberes via experiências vivenciadas em grupo e do conhecimento que cada indivíduo constitui ao longo de sua trajetória de vida.

Esta pesquisa aponta 02 (dois) pontos importantes nesse campo que merecem atenção, sendo: a garantia de uma educação de qualidade como direito, e a presença de projetos que trazem dentre suas ações oferta de aulas de reforço escolar.

Tem-se no município de Ouro Preto diversas escolas públicas de educação básica. Nessa realidade não há indicativos de falta de vagas para aqueles/as que estão em idade regular, mas registra-se longos deslocamentos de alunos para estudarem, com atenção aos indivíduos que residem nos distritos e subdistritos de Ouro Preto. Cabe ressaltar que algumas dessas escolas estão funcionando em situações precárias²³, o que é uma realidade Brasil afora.

Neste sentido, há de se dizer da importância das escolas de tempo integral, que neste município tem pouca experiência até o momento, ainda assim, pode-se identificar como uma alternativa com potencialidades para lidar com os desafios que marcam esse tempo, com destaque a alguns pontos apontados como problema em diversos projetos financiados pelo FIA e no próprio relatório do diagnóstico, no que diz respeito, por exemplo, ao tempo ocioso das crianças e adolescente como possibilidade de adentrar no mundo da criminalidade e afins.

Pelo exposto nos projetos que ofertam reforço escolar, os indicativos convergem para compreensão de que os espaços de ensino/aprendizagem são pautados pelo ensino tradicional, o que leva a ser percebido pela criança e adolescente como uma jornada ampliada da escola, o que difere é que nenhum dos projetos ofertam exclusivamente aulas de reforço escolar o que oportuniza o público acessar outras coisas.

Essa demanda por reforço escolar apresenta a fragilidade das metodologias de ensino em sala de aula e o baixo encantamento das crianças e adolescentes pelo universo escolar tradicional, muito em detrimento da distância entre os conteúdos ofertados e a realidade prática da vida cotidiana.

Em diálogo com diagnóstico da situação da infância e adolescência de Ouro Preto, o mesmo ao se referir especificamente sobre política de educação resume as considerações em informar dados quantitativos acerca das instituições de ensino público, sendo em 2012: 55 unidades escolarização municipal, sendo 24 distribuídas em diversos bairros da sede 31 nos distritos. Espaços educativos que não fornecem escolarização tem-se a Biblioteca Municipal e a Casa do Professor, onde ocorrem diversas atividades educativas. Já se referindo à esfera

²³ Matérias sobre as estruturas das escolas de Ouro Preto <http://www.jornaloliberal.net/artigo/escola-alfredo-baeta-96-anos-de-tradicao/> ; <http://www.jornaloliberal.net/noticia/muro-de-escola-estadual-desaba-em-santa-rita-de-ouro-preto/> ; <https://www.youtube.com/watch?v=CzpxQVMB4> ; Acesso em 05. fev. 2018

estadual há no município 11 escolas estaduais, sendo 05 na sede do município e 06 nos distritos (CDP/CMDCA, 2012).

De acordo com o diagnóstico, no município,

Há situações de crianças e adolescentes que por dificuldades, principalmente de comportamento e disciplina dentro do espaço escolar, são transferidos ou pedem transferência e vão “passando de escola em escola”, “vão rolando” de uma unidade para outra e, depois acabam voltando para a escola de origem, sem que tenham superado seus problemas (CDP/CMDCA, 2012, p. 40).

A situação supracitada, diz sobre o modelo precário de educação que se tem no município, onde falta acompanhamento psicossocial aos estudantes, o que gera estudantes frustrados e desanimados, bem como fomenta a evasão escolar. Quanto a evasão escolar o diagnóstico indica também que muitos adolescentes evadem por se sentirem discriminados por causa das suas precárias condições de vida, em alguns casos (CDP/CMDCA, 2012).

Nas entrelinhas, o diagnóstico aponta preocupação com a eficácia no acompanhamento escolar das crianças e adolescentes em situação de pobreza com destaque as famílias que acessam programas sociais como o Bolsa Família, visto a importância de fomentar a permanência e evolução deste grupo no universo escolar, afim de minimizar possíveis problemas na vida pessoal e social dessas crianças e adolescentes que estão em desenvolvimento. Destaca-se também, a importância da capacitação permanente para educadores sociais.

6.6.4 – Gravidez na Adolescência

Outro tema importante que é apontando no diagnóstico se trata da gravidez na adolescência²⁴ que de acordo com a ONU o Brasil tem o sétimo maior índice de gravidez adolescente da América do Sul. Essa é uma questão que para ser analisada precisa estar em diálogo com o Sistema Único de Saúde (SUS) por se tratar de uma abordagem que vai para além das questões de educação e assistência social. Os projetos que tratam dessa temática precisam estar articulados com outras áreas para garantir eficácia do projeto, diante disso é

²⁴ Matéria sobre gravidez na adolescência no Brasil - <https://nacoesunidas.org/brasil-tem-setima-maior-taxa-de-gravidez-adolescente-da-america-do-sul/> Acesso em 10. fev. 2018

fundamental também que as escolas abordem esse tema, buscando potencializar e ampliar os espaços de prevenção, no entanto, cabe ressaltar que sexo com crianças é considerado crime no Brasil, visto isto pode ser que em alguns casos a gravidez adolescente pode ter relação com abuso e violência sexual, hipótese esta que enfatiza a importância do trabalho das entidades em parceria com o SUS e com áreas da assistência social, porém os projetos não mencionam essas parcerias.

De acordo com o diagnóstico a maior preocupação em relação a gravidez na adolescência registrada sobretudo nos distritos do município, se dá em relação ao afastamento das futuras mães do ambiente escolar; as poucas condições financeiras para iniciar uma nova família; as reações desfavoráveis dos familiares que podem incidir no desacolhimento e abortos (CDP/CMDCA, 2012).

O projeto que faz menção a gravidez na adolescência é o da Educação Patrimonial – Atitude no Casa o qual apenas menciona a gravidez na adolescência como uma preocupação, abordando também a importância do fortalecimento de vínculos, porém não diz em sua proposta metodológica como seriam desenvolvidas as atividades dentro dessa temática. Acredita-se que o tema seja pauta nas reuniões mensais e eventos regulares por se tratar de ações em que crianças, adolescentes e família participam juntas. E as demais atividades elencadas no referido projeto dialogam com outras perspectivas, sobretudo no campo da formação musical.

6.6.5 – Vulnerabilidade Social

A vulnerabilidade social aparece nos projetos em seu sentido amplo, deixa evidente que está condicionada a vários fatores, condições e circunstâncias que podem ser corrigidas através da intervenção no campo da política (ações governamentais) e também através de ações mediadas pela sociedade civil. A vulnerabilidade destaca-se por expor os indivíduos a diversos riscos de diferentes naturezas, importante dizer que a mesma relaciona-se também com o acesso ao universo das desigualdades de oportunidades (MONTEIRO, 2011).

As discussões da comissão e as informações recolhidas ao longo da construção do diagnóstico, apontaram inicialmente 06 (seis) bairros da sede do município e dois distritos como os em situação de maior vulnerabilidade, ressaltando que os fatores não se reduzem nem se confundem com a pobreza monetária. Salientando que as referidas áreas possuem em comum, por exemplo, o crescimento e a ocupação desordenada, sugerindo uma política habitacional, visto que a que se tem é considerada pouco satisfatória; a insuficiência do alcance de políticas

públicas de lazer, cultura e de esporte; retoma a discussão sobre a ausência de programas/projetos sociais voltados a criança e adolescente no município; o envolvimento deste público com drogas, ressaltando uma grande preocupação a situação do tráfico. Destacou-se também a expressiva incidência de situações de abuso sexual, exploração sexual e gravidez da adolescência na referida região. Estando as crianças e adolescentes dessa área, possivelmente mais expostas a riscos e violações de direitos. (CDP/CMDCA, 2012). Neste sentido torna-se evidente a demanda por intervenções políticas e sociais no âmbito da prevenção, controle e extinção dessas pautas com interferência direta na dinâmica da vida da criança e do adolescente e nas relações sociais. Esses dados apontam a urgência de uma articulação eficaz entre sociedade civil e poder público para esse enfrentamento.

Uma ação que una o interesse governamental e da sociedade civil em resolver determinados problemas sociais, torna-se uma ação notoriamente com maior poder efetivo e consequentemente com garantias de respostas mais coerentes as demandas apresentadas nos diversos contextos sociais, como por exemplo, as que são apontadas no diagnóstico da situação da infância e adolescência de Ouro Preto.

Contudo, as ações propostas nos projetos em sua maioria ficam entre a perspectiva do assistencialismo e a da assistência social, por envolver de maneira explícita a dimensão do cuidado e da caridade, por outro lado a maioria das entidades possuem um discurso carregando se sentimentos em prol da luta pelos direitos humanos. A fim de evidenciar a diferença entre assistência social e assistencialismo tomando com referência o conceito do Conselho Federal de Serviço Social que diferencia da seguinte maneira

Assistência social: política pública prevista na Constituição Federal e direito de cidadãos e cidadãs, assim como a saúde, a educação, a previdência social etc. É regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). (...)
Assistencialismo: forma de oferta de um serviço por meio de uma doação, favor, boa vontade ou interesse de alguém e não como um direito (CFSS, 2018).

Neste sentido, entende-se assistencialismo não como algo negativo, mas como algo que demanda atenção pelo simbolismo e tradicionalismo que carrega. Uma vez que, não é comum se vê um esforço coletivo com vistas a transformar as ações dos projetos, este que na maioria das vezes ocorrem de maneiras isoladas, cada entidade fazendo “sua parte”, sem propor a coalizão e a transformação das ações em políticas públicas, muitas demandas são de todas as crianças e adolescentes, por isso a importância de tornar-se política pública setorial. De acordo

com Costa (2018), ao dizer sobre as entidades do 3º setor pós CF de 1988, aponta que a legislação passou a fomentar os debates que expressavam as tensões entre o assistencialismo e as políticas de assistência social. Pautando que as entidades deveriam atuar de forma técnica e política, “qualitativamente diferenciada das práticas assistencialistas e caritativas que historicamente marcaram a atuação dessas organizações” (COSTA, 2018, ____). No entanto, ainda hoje não é comum identificar esforços e articulações coletivas com vistas a transformar as ações de programas, projetos e/ou afins em políticas públicas.

A ampliação de entidades do 3º setor surge dentro de um modelo de sociedade, em que exibe uma

substituição gradativa e intencional das funções do Estado de Bem Estar Social pelo chamado Estado Mínimo, resultante da implantação também gradativa da política neoliberal, levando ao sucateamento das políticas sociais públicas. Embora o Estado de Bem Estar Social nunca tenha sido implantado efetiva e amplamente no Brasil, não podemos desconsiderar ações sociais de iniciativa pública, de importante presença no atendimento à questão social brasileira, reforçada, a partir de 1988, pela Constituição Federal seguida de diferentes leis orgânicas relacionadas ao atendimento a diferentes áreas e segmentos, que as promulgaram como dever do Estado e direito de cidadania (COSTA, 2018, ____).

Ainda hoje, há entidades que se pautam no referido modelo de assistência, esse que pode ser considerado como algo comum na percepção de diversas entidades do terceiro setor que prestam serviços na área de assistência social aos mais diversos grupos etários, neste sentido, entende-se a importância do trabalho destas entidades frente a realidade. Tem-se que entendê-las também quanto uma “entidade” que organicamente e juridicamente se mantém mediada pela existência, neste caso, de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e de violação de direitos. Em outras palavras, dentro do universo econômico capitalista que a sociedade está envolvida, pode-se dizer das possibilidades de conflitos entre as entidades sociais e as políticas públicas efetivas de garantia de direitos, esses conflitos podem ser compreendidos como de ordem por exemplo, do acesso ao trabalho e da visibilidade social dos agentes sociais.

Tendo em vista as dificuldades do diálogo entre as entidades que atuam na perspectiva dos direitos da criança e do adolescente, a rede que constitui o sistema de garantia de direitos e o poder público, e possivelmente também os interesses individuais e resistência no que tange a organização de encontros políticos que não se escapa aos conflitos, que podem refletir em perseguição política (o que implica em maior dificuldade das entidades em captar recursos). Essa situação faz com que muitas ações promovidas pelas diversas entidades não conduzam para construção de política pública afim de enfrentar e tratar os problemas desde sua raiz.

Entende-se que o ideal para extinguir os problemas sociais decorrentes da vulnerabilidade é tratar e eliminar os conflitos e problemas em sua origem, visto que os problemas são reconhecidos por muitos e que seu tratamento poderá culminar em perdas de domínio de uma classe sobre a outra, pode fomentar a emancipação coletiva daqueles que historicamente se mantêm a margem da sociedade. Entre os direitos, o assistencialismo e as políticas públicas eficientes há uma grande disputa de poder e de interesses, inerantes a estrutura social capitalista.

Sabe-se, também que “a diminuição dos níveis de vulnerabilidade social pode se dar a partir do fortalecimento dos sujeitos para que possam acessar bens e serviços, ampliando seu universo material e simbólico” (MONTEIRO, 2011, p. 35), possibilitando que os indivíduos tenham mais oportunidade de observar a realidade que o envolve com mais elementos que o conduz a compreensão das contradições sociais, numa forma de ação que dá pistas para o exercício da cidadania, também suscitada nos projetos. Neste sentido o acesso a espaços formais e não formais de educação, assim como o acesso a cultura, o esporte e o lazer são instrumentos importantes de processo de extinção e/ou redução da vulnerabilidade social e dos danos por ela causados, com destaque aos de diversas ordens apontados no diagnóstico e já mencionados ao longo dessa pesquisa. De acordo com os dados analisados que traduzem um pouco da realidade do município de Ouro Preto, fica evidente a necessidade de realizar o enfrentamento, sobretudo político, de combate a vulnerabilidade e exclusão social presente no referido território.

6.6.6 - Formação para cidadania

A formação para cidadania aparece como uma proposta que se alia a apresentação de uma discussão sobre a realidade política, social e econômica na qual os sujeitos estão inseridos, neste caso trata-se das crianças e dos adolescentes. Na perspectiva deste modelo de formação, procura-se desenvolver atividades que ampliem o universo de percepção da realidade, de forma crítica, pensando-a dentro de um contexto mais amplo, ou seja, como as influências externas interferem no dia a dia e na construção de uma sociedade, apontando que a vida se desenvolve mediada por processos e que é fundamental nos reconhecermos como sujeitos de direito frente as realidades que muitas vezes são impostas. A cidadania perpassa pelo reconhecimento dos direitos civis, sociais e políticos, e essencialmente a apropriação dos direitos civis. Essa concepção dialoga com a leitura de cidadania de Paulo Freire e outros pensadores que

“apresenta um projeto de cidadania mais explícito, que envolve valores como o conhecimento da realidade para a libertação das opressões e reflexões sobre o mundo circundante” (BONIN, 2008, p. 93).

No processo de reconhecimento e auto-reconhecimento, construído em espaço de debate coletivo, como no caso dos projetos analisados, é importante garantir o direito de cada um/a se expressar, de ouvir e ser ouvido/a. As colocações dos sujeitos envolvidos no processo de diálogo precisam ser consideradas por quem coordena o processo educativo de forma geral. Bonin tendo Freire como referência e o método freireano, ao dizer sobre o processo de tomada de consciência destaca elementos fundamentais para que a consciência crítica seja estimulada de forma eficaz, estando dentro do processo de formação cidadã e do exercício da cidadania,

Freire procura estimular a reflexão, a partir da realidade cotidiana, envolvendo de certa forma a prática e a teoria, posicionando-se em todos os sentidos contra o autoritarismo. Vê o conhecimento, a criatividade, a liberdade e a democracia autêntica como valores fundamentais. (...) Freire concentra-se na educação social e política para a cidadania. Esta pedagogia da libertação supõe o surgimento do sujeito epistêmico, conhecedor consciente dos processos sociais de sua cultura a fim de superar uma consciência ingênua (BONIN, 2008, p. 93).

Nos projetos e no diagnóstico analisados os apontamentos que versam sobre a formação da cidadania permeiam um importante campo da vida, da emancipação, dignidade humana e do reconhecimento como sujeitos de direitos, porém os projetos não apontam com clareza a metodologia e abordagens que serão utilizadas para que a formação para cidadania saia do campo das ideias e chegue no campo da prática. As entidades dizer de suas ações e como elas ocorrerão, são essenciais para aqueles que fazem as análises dos projetos a serem financiados pelo FIA. Visto que a formação para cidadania é considerada importante nas duas bases de dados que alimentam essa pesquisa, tanto no diagnóstico com menções indiretas e com maior clareza e incidência nos projetos, os quais em suas estruturais textuais, objetivos e justificativas trazem esse ponto como referência importante para a execução das atividades, compreendendo que esse tipo de formação pode ocorrer de forma transversal e multidisciplinar em todas as atividades propostas.

Ao identificar-se a pauta referente a demanda por formação para cidadania, esta aparece de forma expressiva em projetos sociais, o que indica sobre as lacunas nos espaços de educação formal, uma vez que a cidadania deveria ser abordada como conteúdo transversal em todas as

disciplinas curriculares de ensino, desde a infância, como uma estratégia de garantir que os indivíduos se reconheçam como sujeitos de direitos e agentes capazes de contribuírem nas construções sociais.

Com base nas análises dos projetos, que abordam essa temática, acredita-se que seria importante que as entidades trouxessem nas redações de seus respectivos projetos as concepções institucionais que evidenciarão a compreensão das mesmas sobre o processo de formação para cidadania e sua visão sobre o tema, considerando o lugar que cada uma está situada territorial e socialmente. Importante dizer isto, visto a existência das várias vertentes das ciências humanas e sociais que discutem os conceitos de cidadania, este apontamento seria importante para se ter mais clareza sobre os rumos dos projetos neste campo de ação.

6.6.7 – Tempo ócio na infância e adolescência

Na análise dos projetos e também nas entrelinhas do diagnóstico, há certa preocupação com o tempo ócio na vida da criança e do adolescente, apontamento que aparece mais de uma vez. Essa preocupação é evidenciada no projeto referente a Escolinha de Esporte: ensinando mais que futebol a todos, o qual diz da necessidade de ocupar o tempo, “crianças e adolescentes que se encontra numa área de total situação de risco. Precisando assim de ter seus tempos ociosos preenchidos”, o projeto Fundação em Expansão e Esporte e Cidadania, afirma que “a ocupação do tempo ocioso destas crianças e adolescentes é fator preponderante para a implementação e a continuação do projeto”, já o projeto Cozinha Solidária afirma que “as atividades ofertadas almejam também diminuir a ociosidade e despertar nos usuários o protagonismo juvenil e auto estima, resguardando assim essas crianças e adolescentes das várias vulnerabilidades que estão expostas”. Neste sentido fica evidente que as entidades compreendem o tempo ócio na vida de crianças e adolescentes, sobretudo em situação de vulnerabilidade social, como um fator de risco a própria vida, considerando as influências que emergem dos meios em que os mesmos vivem.

Uma vez que os projetos definem seu público alvo e o classifica como em situação de vulnerabilidade social, o tempo ócio passa a ser compreendido como um instrumento que estimula (não como opção, pelo contrário, pela falta dela) as referidas crianças e adolescentes a ingressarem no universo da criminalidade, tudo isso em diálogo com o universo das oportunidades que lhes são apresentadas. Contudo ao revisar a literatura podemos dizer com mais propriedade sobre o que compreendemos como tempo livre e/ou ócio.

O tempo livre pode ser compreendido como um espaço temporal no qual o indivíduo pode dar vazão às suas expectativas, realizar determinadas atividades e não outras, e estas podem se refletir em desenvolvimento pessoal, integração social, descoberta da criatividade e individualidade. As vivências culturais, os hábitos adquiridos e os processos de socialização refletem-se no uso do tempo livre e este, reciprocamente, se expressa a partir de tais variáveis sociais. Assim, a maneira como o indivíduo desfruta o tempo livre se relaciona com a conjuntura social, cultural, econômica, ideológica e física na qual está inserido. E inclui variáveis psicológicas individuais. O uso do tempo livre por jovens tem sido associado tanto a estímulos de autodesenvolvimento quanto a violência e condutas de risco. Entende-se como fatores de risco eventos de vida que, quando presentes, aumentam a probabilidade de o indivíduo apresentar problemas físicos, psicológicos e sociais. Já os fatores de proteção se referem às influências que modificam, melhoram ou alteram respostas pessoais a determinados riscos de desadaptação. (CODINA, 2002; ZAMORA, 1995; CUNHA, 1987; ASSIS, 2006 apud SARRIERA, 2007, p.720)

Ou seja, o conceito acima apresentado está em diálogo com a disparidade social que estabelece a possibilidade do ócio criativo para determinada parcela da população e o ócio perigoso para outra parcela da população, neste caso o ócio perigoso tem maior incidência na vida da população considerada em vulnerabilidade social.

A partir dos desafios elencados no relatório do diagnóstico, percebe-se a existência de uma relação estreita com a ausência de políticas públicas para criança e adolescente no campo da cultura, do esporte e do lazer. Neste sentido predomina a necessidade de engatilhar um debate que coloque com clareza que ter tempo ocioso em muitos casos, sobretudo na fase da infância e da adolescência (mas também em outras fases da vida) não configura como uma opção, mas como uma situação em que não se tem oferta de atividades atrativas e gratuitas para que os mesmos possam acessar e quando tem, não atende à demanda na qual todos/as teriam a opção/oportunidade de participar.

Nesta perspectiva entende-se que não se pode considerar apenas que seja o tempo ocioso um dos principais causadores que levam os indivíduos em situação de vulnerabilidade social a ingressar no universo da criminalidade, mas sim a falta de oportunidades para ocupar o tempo com coisas sadias que garantam o desenvolvimento pleno da pessoa. No entanto entende-se que os projetos analisados buscam oportunizar as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, o ócio criativo, sendo um tipo de ócio que colabora para o desenvolvimento em todos os aspectos da formação do sujeito.

Neste sentido pode-se destacar o projeto Fundação em Expansão e Esporte e Cidadania, o qual oferta à crianças e adolescentes aulas de ginástica de trampolim, cursos de inclusão digital e cursos de artesanato em jornada ampliada. Pois a instituição ao realizar essa oferta

considera a obrigatoriedade deste público estar devidamente matriculado em alguma instituição regular de ensino no turno matutino ou vespertino. Essas atividades podem ser consideradas importantes tanto para o âmbito da saúde quanto o da qualificação tendo em vista o mercado de trabalho e a geração de renda através da economia criativa, sobretudo em tempos de crise. O projeto Casa do Crer também desenvolve atividades na campo do artesanato, o projeto Instituto Nossa Senhora Auxiliadora e o projeto Brinquedoteca: estimulando crianças e adolescentes na busca pelo conhecimento, também ofertam cursos na área da inclusão digital tendo em vistas as demandas do mercado de trabalho que exige cada dia mais conhecimento do campo da informática.

Em conformidade com o subcapítulo 5.5 deste capítulo, cabe enfatizar que com exceção do projeto APAE – Acessibilidade e Educação - Direito de Todos - Educação e Reabilitação – Construção da Piscina Hidroterápica que suas atividade ocorrem dentro da unidade de ensino escolar em horário escolar, todos os demais projetos buscam dar oportunidades as crianças e adolescente de ocuparem seu tempo livre, transformando-o em ócio criativo, com destaque às propostas que ampliam os universo de conhecimento técnico e cultural do público atendido. Porém, como já mencionado a oferta atende um pequena parte da demanda existente no município de Ouro Preto, por isso a urgência em planejar e executar políticas públicas neste âmbito.

6.6.8 – Adolescentes e o mercado de trabalho

Há projetos que se voltam a criar estratégias para garantir a entrada dos adolescentes, futuros jovens, no mercado de trabalho como, por exemplo, os que versam sobre inclusão digital, musicalização e culinária conforme apontados no subcapítulo 5.5, e outros que fomentam o esporte estimulando as escolhas futuras. Frente a isso é importante dizer que:

O ECA criou condições para assegurar à criança e ao adolescente o cumprimento dos direitos presentes na Constituição de 1988, procurando defendê-los da exploração nas relações de trabalho. Para isso, entre outras medidas, o ECA estabeleceu distinção entre faixas etárias, levando em conta as diferentes fases de desenvolvimento. Considera criança quem tem até 12 anos incompletos e adolescentes, aqueles entre 12 e 18 anos. De acordo com o ECA, crianças e adolescentes são cidadãos e sujeitos de direito em fase de desenvolvimento e, por isso, não têm condições de fazer valer plenamente seus direitos ou a própria sobrevivência, necessitando da proteção da família e do Estado. Essa proteção, que inclui a regulamentação da entrada no mercado de trabalho a partir de 16 anos. (GUIMARÃES, 2002, p. 117)

Diante disso, e levando em consideração, em especial o projeto: Cozinha Solidária – uma deliciosa forma de ensinar, traz a preocupação de garantir as possibilidades dos adolescentes atendidos pela Instituição ingressarem no mundo do trabalho, é importante dizer que o mesmo é desenvolvido em um bairro periférico da Cidade de Ouro Preto, e sua população se compreende como aquela que não recebe atenção do poder público, visto que no referido bairro não há escola, posto de saúde, espaço coletivo para prática de esporte, dentre outros aparelhos públicos. Nos dizeres de muitos moradores a Pastoral da Criança e do Adolescente, abraçada juridicamente pela Fundação Marianense de Educação, localizada na referida comunidade é o único espaço de convivência coletiva e de oportunidade de formação para os moradores/as do bairro.

A estratégia apontada no projeto a fim de preparar e qualificar os adolescentes para enfrentar a disputa por vagas do mercado de trabalho, versa sobre o desenvolvimento de habilidades culinárias. De acordo com a proposta do projeto, o mesmo busca mostrar aos usuários do serviço a importância da profissionalização e proporcionar aos mesmos melhores condições para exercerem e desenvolverem suas habilidades e competências.

O projeto cozinha solidária atua com adolescentes e também com seus familiares, o que amplia a possibilidade dessas famílias tornarem o aprendizado adquirido da Pastoral uma fonte de geração de renda individual e coletiva. A Pastoral já realizou importantes parcerias para garantir a certificação de seus usuários, sua atuação neste campo versa com maior intensidade sobre o ensino e a fabricação de quitutes (bolos, pães, biscoitos, salgados e etc.) e também de refeições. Destaca-se que os produtos alimentícios produzidos na cozinha solidária são utilizados para o consumo das crianças e adolescentes atendidas pela pastoral (que além da cozinha solidária desenvolve outras atividades) e o excedente é doado às famílias dos mesmos, conforme registrado do projeto. Há indicativos que este projeto rendeu e ainda rende bons frutos, visto que algumas famílias passaram a executar a produção de determinados alimentos para venda, como uma economia alternativa frente ao cenário crescente de desemprego, registra-se também que muitos adolescentes ao completar a maioria saíram do projeto e foram contratados para trabalhar em padarias, restaurantes, lanchonetes e afins.

Mesmo com resultados positivos alcançados, hoje a pastoral da criança dessa comunidade se encontra fragilizada e com dificuldade de manter a atividade voltada a produção de alimentos, falta apoio financeiro e também mão de obra voluntária para o trabalho social.

Os projetos na área de inclusão digital trazem também essa preocupação com a inserção no mercado de trabalho, visto que uma das habilidades mais exigidas hoje no mercado está ligado a capacidade de lidar com recursos do pacote office por exemplo, dentre outros programas mais avançados, o que reforça a necessidade de qualificação e coloca os referidos projetos em diálogo com a realidade, mesmo que as referidas iniciativas não estejam linearmente ligadas ao diagnóstico, são de interesse do público alvo.

Culturalmente entende-se que o trabalho dignifica o homem, sendo uma condição vital que marca a transição de uma fase da vida para outra, considerada como altamente importante no que se refere ao desenvolvimento e autonomia da pessoa. A relação trabalho x homem está imersa na estrutura social capitalista e colocada como padrão social. Aqueles que estão fora desse cenário são de diversas formas discriminados, independente da realidade que os envolvem e envolve também o acesso ao universo das oportunidades. A necessidade de estar vinculado/a a postos de trabalho independe do sexo, da raça, das condições físicas e sociais, esta ocupação dialoga com as possibilidades do exercício pleno da cidadania (MOURA, 2012).

Não é por acaso que essa preocupação é apontada em projetos desenvolvidos com crianças e adolescente, o que demonstra que crianças e adolescentes nos diversos espaços das relações sociais são induzidos a pensar e compreender sua participação e inserção no mercado de trabalho não como uma opção, mas como uma exigência social e de sobrevivência.

Importante dizer sobre a legislação que trata sobre a inserção dos adolescentes no mercado de trabalho, visto os apontamentos sobre o trabalho infantil e as implicações dele na vida da criança e do adolescente, o diagnóstico aponta que a exploração do trabalho infantil, está também, associada a pobreza, visto que tanto as crianças quanto adolescentes em algumas situações são incentivadas a trabalhar pelos familiares para ajudarem no sustento da casa (CDP/CMDCA, 2012, p. 47).

O diagnóstico traz a fala de um adolescente ao ser interpelado sobre o trabalho na infância e adolescência,

(...) é, porque tem muitas vezes que precisa mesmo, né. Não é caso de exploração, é caso de necessidade. Aí chega as vezes no caso de 13 anos, que num é criança mais, né?!; Mas as vezes tem uns casos de umas crianças que vão olhar menino, mas num é o caso de explorar, né, é porque as vezes a mãe não tem condições de dar uma coisa que ela queira, aí ela vai (CDP/CMDCA, 2012, p. 39).

Sabe-se que o desejo de ampliar o acesso ao consumo, desigualdades sociais e a pobreza faz com que muitas crianças e adolescentes naturalizam o trabalho infantil, visto que na maioria das vezes os mesmos são utilizados como mão de obra barata. Diante disso, fica evidente as possibilidades dos agentes da criminalidade terem facilidade de atrair crianças e adolescentes para o mercado informal do crime, como aponta o diagnóstico,

A visão dos moradores de que o envolvimento de crianças e adolescentes no tráfico de drogas é um tipo de exploração coerente com o conteúdo da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em que a “utilização, demanda e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas” é considerada uma das piores formas de trabalho infantil (CDP/CMDCA, 2012, p. 41).

O diagnóstico não traz como pauta específica e/ou elenca como desafio a relação da criança e do adolescente com o mercado de trabalho, porém nos projetos essa é demanda se faz presente, assim como na realidade do município.

Indiretamente o diagnóstico traz a importância de pensar as estratégias para preparar os adolescentes para o mercado de trabalho e competitividade no mesmo. Entende-se que uma das preocupações da população residente nos distritos do município é a situação dos adolescentes sem acesso as oportunidades de aprendizagem profissional e inserção no mercado de trabalho. Há de se enfatizar também, a relação da ausência de políticas públicas que fomentam o acesso ao primeiro emprego e parcerias com instituições de ensino que atuam na qualificação profissional gratuita na área de abrangência do território municipal. O diagnóstico indica que a ausência dessas políticas, podem incidir no aumento de adolescentes e jovens envolvidos com tráfico de drogas e prostituição. Uma vez que as entidades da sociedade civil não dão conta de atender toda demanda e nem é obrigação das mesmas, pois o Estado deve ser atuante nessas políticas afim de resguardar os direitos e de evitar o caos social, por exemplo, com o aumento da violência da criminalidade (CDP/CMDCA, 2012).

6.6.9 – Projeto de vida: Criança e adolescente

A construção do projeto de vida da criança e do adolescente é um dos apontamentos em um dos projetos analisados e aparece como um ponto de preocupação.

Projeto de vida é uma ideia interessante e pouco comum de ser trabalhada em projetos sociais de maneira geral, essa noção de construção do projeto de vida está mais associado a coletivos que trabalham na perspectiva da educação libertadora e da formação integral da pessoa, visto que ao desenhar seu projeto de vida além de fazer um encontro consigo mesmo, o indivíduo se coloca frente a diversos contextos e passa a refletir e ponderar possíveis ações a curto, médio e longo prazo tendo como referência os objetivos traçados.

O projeto Cozinha Solidária: uma deliciosa forma de ensinar, o qual aborda sobre a construção do projeto de vida, não diz claramente como seria conduzido esse projeto ou quais os campos da vida seriam priorizados nessa construção.

A construção do projeto de vida, além de estar alinhado com a construção da identidade do indivíduo está também atrelado a construção processual do que se deseja alcançar na vida de forma geral.

O projeto de vida está associado a uma possibilidade de futuro, que se abre no presente, em um movimento através da temporalidade. Falar de projeto é falar de possibilidades de vir a ser. (...) Relacionar projeto de vida e identidade significa expor as diversas relações estabelecidas pelo homem em sua trajetória de vida. Sendo assim, o passado e o presente são dimensões que preparam o futuro (MANDELLI, 2011, p. 32-33).

Ao trabalhar na perspectiva da construção do projeto de vida, é importante que os profissionais envolvidos no processo de acompanhamento da criança e do adolescente tenham clareza que o projeto de vida integra a dimensão psicológica, cultural e social, ou seja, a criança e o adolescente ao se dispor a construir seu projeto eles trazem consigo suas vivências, experiências, sonhos e frustrações e a partir disso eles passam a refletir e registrar modos de agir frente a diversas situações possíveis em seu contexto individual e das relações sociais no que se refere a seu comportamento (HERNADEZ, 1994 apud MANDELLI, 2011). “A noção de projeto de vida aponta uma realidade constitutiva da pessoa e da coletividade, contextualizada culturalmente e abrindo-se para o domínio futuro” (MANDELLI, 2011, p.33).

A construção e o acompanhamento do projeto de vida de crianças e adolescentes, quando construídos de forma coletiva, demanda que os sujeitos envolvidos no processo tenham capacitação para executarem esse exercício, que poderá interferir diretamente na vida das crianças e adolescentes, no entanto, os projetos parecem não se preocupar com a formação de seus agentes nesse campo.

O diagnóstico, que traz a realidade da criança e do adolescente em Ouro Preto, trazem para discussão várias questões que refletem e apontam vários problemas que demandam soluções urgentes. Os projetos sociais que reforçam o cuidado e a atenção para com o referido público, mostra que mesmo os conflitos inerentes a sociedade capitalista e o descaso do poder público para com essa parcela da população, há importantes atores sociais que estão preocupados com os rumos da vida deste segmento social.

Diante disso, e considerando a relação do projeto de vida com todas as outras dimensões abordadas neste capítulo, pode-se compreender que há uma relação importante entre as informações emitidas no diagnóstico e as propostas contidas nos projetos financiados pelo FIA, ou seja, mesmo que a elaboração dos projetos não tenham tido como referência os dados do diagnóstico, por não ser uma exigência formal, vários apontamentos foram contemplados nos projetos. Quanto a intensidade de como cada tema foi abordado e os desdobramentos dos mesmos é algo que neste momento não é possível mensurar, mas é sabido que algo, mesmo que em pequena proporção, tem sido feito ainda que não com responsabilização de todos os sujeitos (Estado, Sociedade Civil e Família) que deveriam estar envolvido no processo de luta pela efetivação e promoção dos direitos da criança e do adolescente.

6.6.10 – Protagonismo Juvenil

O Protagonismo Juvenil é um termo que chama a atenção nos projetos analisados, termo que aparece de forma recorrente. Os projetos trazem uma compreensão conceitual acerca do protagonismo juvenil que versa sobre a valorização dos indivíduos e sua capacidade de conduzir de forma autêntica o processo de sua vida. Entende-se que a condução do processo está ligada a formação e experiências que cada indivíduo adquire ao longo de sua trajetória, estando extremamente alinhando a formação de sua identidade e a construção do seu projeto de vida. Essa associação não aparece nos projetos analisados, no entanto acredita-se que seja necessário compreender esse alinhamento para discutir sobre o protagonismo juvenil, uma vez que a consciência de onde se quer chegar é fundamental para se construir os caminhos. Tendo Rabello como referência para discutirmos sobre protagonismo, a mesma aponta que,

Protagonismo é a atuação de adolescentes e jovens, através de uma participação construtiva. Envolvendo-se com as questões da própria adolescência/juventude, assim como, com as questões sociais do mundo, da comunidade... Pensando global (O

planeta) e atuando localmente (em casa, na escola, na comunidade...) o adolescente pode contribuir para assegurar os seus direitos, para a resolução de problemas da sua comunidade, da sua escola... (RABELLO. _____. p.01)

Ao adentrar na noção de protagonismo juvenil em consonância com Rabello e alinhar essa ideia aos projetos financiados pelo FIA, pode-se dizer que mesmo que eles não tenham sido construídos junto as crianças e os adolescentes no que se refere a sentar e dialogar a fim de levantar coletivamente as demandas por eles/as apresentadas, entende-se que as organizações que propõem e fazem a gestão dos projetos e que buscam fazer o levantamento das demandas e perspectivas desse grupo no dia a dia, através de avaliações coletivas e individuais do trabalho, buscam a adesão e fidelização ao projeto uma vez que a participação deles/as nos projetos não são de caráter obrigatório, sendo assim, o encantamento pela atividade realizada é um elemento fundamental para a permanência no espaço e a estratégia da escuta e da participação podem fazer a diferença.

A trajetória para que o adolescente e/ou o jovem se torne protagonista de sua história é também um processo pedagógico e de rupturas com questões, influências e padrões sociais tradicionais. “O protagonismo pressupõe a criação de espaços e mecanismos de escuta e participação dos jovens em situações reais na escola, na comunidade e na vida social, tendo em vista tanto a transformação social como sua formação integral” (MINAYO, 2009, p.416). Visto que os projetos analisados visam também estimular o protagonismo juvenil, eles devem garantir a construção coletiva de suas pautas, para que o discurso não fique tão distante da prática, como ocorre geralmente quando se trata de discussões que versam sobre as crianças, jovens e adolescentes.

Essa é uma abordagem que não se apresenta de forma clara no diagnóstico, mas entende-se como uma categoria importante por ser um termo verbalizado em praticamente todos os projetos analisados, mesmo não trazendo os conceitos do tema. O protagonismo juvenil é algo que precisa ser fomentado nos diversos espaços de construções coletivas, tendo em vista os processos e conflitos sociais em suas diversas ordens.

6.6.11 – Criança e Adolescente: criminalidade e violências

De acordo com a UNICEF as vidas de muitas crianças e adolescentes no Brasil são ceifadas através de homicídios, com destaque para a população adolescente negra, pobre e da

periferia. O datatus (2014) ao realizar um comparativo que versou sobre o índice de homicídios identificou que de 1990 a 2014 o número de assassinatos de crianças e adolescentes mais que dobrou. De acordo com Índice de Homicídios na Adolescência no Brasil publicado em 2015, 36,5% dos adolescentes que morrem no país são assassinados, percentual que apresenta que a criminalidade está presente nas várias etapas da vida, visto que esse número é ainda maior na faixa etária de 18 a 29 anos, quanto ao perfil das vítimas, nas duas faixas etárias não variam, sendo do sexo masculino, negros e pobres. (UNICEF, 2018).

A realidade da criminalidade em um panorama nacional, tem chegado cada vez com maior intensidade nos municípios de pequeno e médio porte, como ocorre em Ouro Preto, motivo pelo qual esta temática aparece tanto no diagnóstico quanto em alguns projetos do FIA.

O diagnóstico aponta que o cometimento de atos infracionais por adolescentes, ocorrem geralmente por envolvimento com drogas, sob o efeito do consumo de drogas e/ou devido ao tráfico.

Os adolescentes que foram informantes/colaboradores na construção do diagnóstico, declararam que sentem-se com os direitos violados em situações que são abordados pela polícia militar, indicam que as abordagens são realizadas de forma a constranger os indivíduos. Os adolescentes entendem que a polícia atua de forma truculenta, agressiva e ameaçadora. Ao mesmo tempo dizem que a polícia ao realizar a abordagem está cumprindo seu papel, ou seja, a crítica dos adolescentes não são contra a abordagem policial e sim contra a forma como a mesma é executada. Os dados informados no subcapítulo 5.4 que traz informações do diagnóstico a cerca da criminalidade em Ouro Preto ajudam a elucidar essa discussão (CDP/CMDCA, 2012).

Conforme aponta o Projeto Circo e Cidadania ao dizer sobre Ouro Preto, “além da violência urbana, do consumo e tráfico de drogas, outros problemas que atinge especialmente a população infanto-juvenil, é a pouca oferta de espaços e oportunidades de cultura e lazer” (OCA, 2014, p.04) entende-o essa ausência, em diálogo com o diagnóstico como uma possível via de acesso a criminalidade.

Ao reportar aos projetos que mencionam em suas estruturas o enfrentamento e combate ao uso e tráficos de drogas, logo se pensa na realidade marcada pelo aumento da criminalidade²⁵, acredita-se que muitos deles podem estar acontecendo motivados pelos efeitos e dependências das diversas drogas que circulam no município de Ouro Preto, estando a maioria

²⁵ Dados sobre a criminalidade no município - <https://maisminas.org/crimes-violentos/> Acesso em 10. Fev. 2018.

acessível a crianças e adolescentes. Essa realidade causa medo nas famílias e na população em geral, sabe-se que esta situação precisa ser tratada urgentemente, através de estratégias da sociedade civil, em unidade com todos os órgãos competentes da esfera pública que possuem vínculo com essa pauta. Ou seja, este ponto é um dos que mais demandam atenção, cuidado e prevenção ultimamente, como consta no relatório do diagnóstico da situação da criança e do adolescente de Ouro Preto.

O acesso aos mais diversos tipos de drogas se torna cada dia mais fácil²⁶, basta olhar a realidade dos milhares de municípios do Brasil, essa situação não está localizada apenas em regiões periféricas e/ou ocorre apenas com indivíduos de determinada classe social, no entanto a de se dizer que se criminaliza determinadas regiões, determinada classe social. Essa afirmativa pode ser evidenciada por exemplo ao vermos os noticiários da televisão aberta, jornais, revistas, redes sociais e etc, assim como, os mapas de violência do Brasil, também ao observar as faces que se encontram em regime de aprisionamento nesta nação. Sendo, a maioria homens, jovens, negros e pobres, enquadrando-se no grupo (dentre outros) conhecidos como em situação de vulnerabilidade social, por fatores de exploração, exclusão e discriminação que marcam historicamente a vida do povo brasileiro.

Os projetos Casa Crer e Ser, Criança Feliz Aprende Bricando, bem como, Circo e Cidadania trazem essa abordagem, dialogando com mais afinco na linha da prevenção à criminalidade com enfoque nas pautas sobre o acesso, uso e efeitos das drogas, uma vez que nenhum dos projetos analisados tem os indivíduos em situação de drogadição como público alvo.

No entanto essa realidade que ceifa vidas e destrói famílias, atinge a adolescência e tem feito muitas vítimas em Ouro Preto nos últimos anos. A situação de drogadição já atingiu um patamar que precisa ser tratado como causa de saúde pública, neste caso, enquadra-se também as drogas lícitas como as bebidas alcoólicas, essas que são comercializadas para adolescentes mesmo sendo proibida por lei. Acredita-se que as entidades não governamentais muitas vezes não possuem profissionais capacitados para atuarem nessa área, imensamente desafiadora! De acordo com a realidade local há pouca ou nenhuma oferta de capacitação no município com vistas a esse enfrentamento. Nesta situação depara-se outra vez com o abismo entre a lei e sua implementação na realidade, assim com a ausência de políticas de controle e prevenção nessa área.

²⁶ Matéria sobre o aumento do acesso as drogas - <http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,aumenta-acesso-de-jovens-a-alcool-e-drogas-mostra-pesquisa-do-ibge,10000072030> ; <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/oms-afirma-que-consumo-de-drogas-causa-500-mil-mortes-anuais.ghtml> Acesso em 15. fev. 2018

Quanto aos projetos que citam o abuso sexual, violência doméstica, exploração sexual, uso de bebidas alcoólicas já foram mencionados anteriormente suas ações. Acrescenta-se rodas de conversas, orientações, intervenções, porém sem mencionar como seria executado essas atividades. Cabe dizer que ao identificar situações de abuso e exploração sexual com criança e adolescente, qualquer pessoa pode realizar a denúncia ligando para o disque 100.

O diagnóstico, no âmbito do abuso sexual aponta que no município,

Há uma percepção quanto a impunidade dos agressores/ abusadores de crianças e adolescentes. Isto é um desafio, visto que há conhecimento sobre situações de violências, especialmente, o abuso sexual intrafamiliar que é “culturalmente” tolerado e pouco denunciado e, quando a denúncia é feita, raramente os violadores são punidos (CDP/CMDCA, 2012, p. 36).

Entende-se com isso, que as políticas de enfrentamento ao abuso sexual infantil no município precisam de mais atenção, pois se trata de uma questão muito séria que envolve vidas, traumas e direitos.

Quanto à exploração sexual atrelada à prostituição infantil na perspectiva dos moradores, é compreendida como uma “situação associada a pobreza ou a vontade de possuir bens de consumo e, em algumas situações, em troca de drogas” (CDP/CMDCA, 2012, p. 36). As diversas formas de manifestações da violência sexual demandam intervenção jurídica e política, é notória a necessidade de tocar a raiz destes problemas, não cabendo a solução destes a sociedade civil apenas.

Os projetos financiados pelo FIA abordam de maneira muito tímida essa situação, não há nenhum projeto que aborde apenas essa temática seja no campo efetivo da prevenção ou no campo da intervenção de forma exclusiva, ou seja, os projetos abordam essas questões de forma meramente alusiva. Com isso as propostas tende a ser pouco eficazes nesse enfrentamento, pode ser também porque as entidades não se sentem preparadas para ações com este público ou possuem resistências para discutir o assunto.

Um dos projetos financiados pelo FIA que aborda indiretamente essa temática, tem como forma de prevenção as diversas formas de violência e violação de direitos, um trabalho voltado ao ensino de atividades artesanais de bordado e pintura em tecidos, passeios educativos, orientações para a cidadania e convívio social, no entanto não há descrição de como seria as orientações e nem onde seriam os passeios.

Quanto à aplicação dos recursos, estes foram direcionados a aquisição de materiais para oficina de pintura e bordado, alimentação e materiais de limpeza.

Não ter nenhum projeto exclusivo no campo da violência sexual, uso e tráfico de drogas, dentre outras temáticas que envolvem e/ou fomentam a criminalidade, visto os apontamentos do diagnóstico e a realidade do município, é algo negativo, mesmo que o assunto seja considerado tabu e, compreendido muitas vezes, como um dever e prioridade do Estado e não da sociedade civil, é algo que precisa ser pensando coletivamente. Essa é mais uma das grandes lacunas deixadas pelo Estado e influência de forma negativa na vida cotidiana de toda a população.

Ainda sobre a questão da criminalidade, algo preocupante de acordo com o diagnóstico refere-se aos atos infracionais de diversas naturezas que envolvem crianças e adolescentes, conforme apontado no capítulo 5, através das tabelas 2 e 3 desta pesquisa. O diagnóstico aponta os dados e registros porém não foi possível identificar o tratamento realizado com o público envolvido, ainda que estes indicadores apontam a demanda por consolidação no município de políticas no campo da implementação de medidas socioeducativas. No entanto espera-se que os encaminhamentos tenham sido realizados em acordo com as orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente, dentro de cada especificidade, usufruindo dos aparelhos disponíveis e da capacidade técnica existente no município para responder essas demandas, as quais não temos no presente momentos condições de dizer e/ou mensurar.

7 – ECOS E ALCANCE DA PESQUISA

Os desenvolvimentos das políticas sociais no Brasil foram historicamente conquistados e efetivados com muita luta e resistência popular, não é por acaso que mesmo o país sendo considerado democrático registramos em nossa história 02 (dois) grandes golpes contra o povo nos anos de 1964 e 2016.

Destaca-se 02 (dois) momentos de grandes vitórias para o povo brasileiro, sendo o primeiro, a promulgação da Constituição Cidadã de 1988 a qual reconhece e estabelece elementos básicos para a sobrevivência no campo dos direitos humanos, além de oficializar a participação popular na gestão pública através dos conselhos de direito e das políticas públicas. O segundo se refere a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, o qual obriga a criação do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e institui o Fundo da Infância e da Adolescência, legislações estas que tornaram possível a execução dessa pesquisa.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ouro Preto (CMDCA-OP) foi criado conforme a determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente, através da Lei Federal 8069/90 e da Lei Municipal 86/2001. O Conselho atua na esfera decisória do Poder Executivo, com caráter deliberativo para propor, planejar, acompanhar, fiscalizar e executar políticas de atendimento de crianças e adolescentes do município, tendo em vista a garantia e promoção dos direitos deste segmento social. Dentre as diversas atribuições do CMDCA-OP está a de captar e gerir o recurso referente ao Fundo da Infância e da Adolescência, o qual deve preferencialmente ser destinado a atender as demandas do referido grupo.

A possibilidade da constituição de um Fundo Especial, como exemplo o FIA, inicialmente é apontado pela Lei Federal nº 4320/1964 que dispõe sobre normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços nas 3 (três) esferas de governo, com rubricas específicas que vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços. No caso do FIA o recurso se destina exclusivamente a atender as demandas, sobretudo, políticas e sociais das crianças e adolescentes de Ouro Preto.

Especificamente em relação ao método de captação de recurso para o FIA as formas estão condicionadas as deliberações do Conselho Nacional, Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim como condicionada as regras estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Como mencionado no subcapítulo 5.3 desta pesquisa a captação ocorre através - dos recursos públicos consignados da união e entre as esferas específicas, doações de pessoas físicas

e jurídicas, receitas dedutíveis do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas, contribuições de governos estrangeiros e de organismos internacionais multilaterais, resultado de aplicações financeiras, recursos provenientes de multas e concursos de prognósticos.

Ainda em relação a captação de recurso, importante ressaltar que tradicionalmente o CMDCA realiza anualmente o “Café com o FIA”, tem-se como objetivo chamar as empresas e pessoas físicas que doam recursos para o Fundo e motivá-los/as a continuar doando através da declaração no imposto de renda. Na oportunidade contata-se também novas empresas afim de ampliar as parcerias.

Importante dizer que as tentativas em conseguir coletar dados precisos sobre as fontes dos recursos recebidos em cada área, foram muitas, por compreender como algo importante para alimentar a pesquisa, podendo enriquecê-la ainda mais, além de dar possibilidades de identificar se o CMDCA-OP recebe recursos de todas fontes acima mencionadas, bem como o valor de cada uma delas. Porém, não obtivemos respostas a nossa solicitação.

Quanto ao método utilizado para selecionar as entidades para pleitearem o recurso do FIA se dá mediante a publicação de um edital emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicado diário oficial da prefeitura do município conforme descrito no subcapítulo 5.3.1 desta pesquisa.

As exigências do CMDCA para que a entidades possam pleitear o financiamento do FIA para seus projetos são: estar devidamente registrada no CMDCA; estar com a documentação jurídica em situação regular; está quite com as prestações de contas dos anos anteriores em relação ao CMDCA; ter sede no município; prestar serviços de interesse público as crianças e adolescentes exclusivamente de Ouro Preto. As entidades que não atendem todos esses requisitos são desclassificadas do processo de seleção. Importante dizer que cada entidade tem o direito de propor apenas 01 (um) projeto por edital.

Quanto à seleção e aprovação dos projetos é uma atribuição do CMDCA.

Quanto à elaboração dos projetos, considera-se importante dizer sobre a estrutura do mesmo. Entendo que falta clareza em relação as metodologias utilizadas para alcançar os objetivos propostos, as ações do projeto precisam ser melhor descritas para facilitar o entendimento do coletivo que faz as análises e aprovam os projetos. Em alguns projetos faltam diálogo entre justificativas, objetivos, metodologias e ações propostas, essa é uma questão problemática e que pode ser amenizada com a melhora no fluxo de informações e orientações entre o CMDCA e as entidades, uma cartilha informativa pode ser um bom instrumento.

Alguns projetos trazem uma grande variedade de problemas a serem enfrentados. Ao realizar-se a leitura dos projetos, muitos não indicavam como cada problema seria trabalhado. As informações aparecem de forma solta ao longo do texto, o que pode soar como elementos estratégicos para ter o projeto aprovado, uma vez que geralmente estes problemas são de uma ordem complexa. Neste sentido a estrutura do projeto poderia estabelecer, que cada problema mencionado pela entidade e colocado como elemento a ser trabalhado, deverá conter no projeto de forma clara as estratégias e metodologias que propõe-se utilizar para intervir no referido problema. Isso além de facilitar a compreensão da equipe de avaliação do projeto, fomenta a garantia de que os projetos aprovados realmente atendem as demandas das crianças e adolescentes do município e que os projetos tenham real viabilidade de execução.

Das 21 (vinte e uma) entidades registradas no CMDCA em 2014, 12 (doze) foram contempladas com recursos do FIA para executarem projetos de atendimento as crianças e adolescentes de Ouro Preto, conforme descrito no subcapítulo 5.5 desta pesquisa. Ressalta-se que os projetos versam majoritariamente sobre a oferta de atividades no campo do esporte, da música, da inclusão digital e em propostas de combate às manifestações das expressões da questão social.

O investimento total nos projetos foi de aproximadamente R\$ 579.421,27 (quinhentos e setenta e nove mil, quatrocentos e vinte um reais e vinte sete centavos), o valor não é exato porque em um dos projetos analisados o plano de aplicação dos recursos estava incompleto, e ao contatar o CMDCA OP requerendo o projeto completo não obtivemos resposta em tempo hábil. Na oportunidade solicitamos também as documentações referente a prestação de contas do exercício de 2014 com o objetivo de identificarmos com mais exatidão os valores de entrada e saída dos recursos, bem como se o extrato bancário do FIA fecha com saldo positivo ou negativo. Porém, não obtivemos retorno da solicitação.

Um problema recorrente no município é a demora no repasse do recurso para as entidades, leva-se em consideração principalmente os períodos de validade dos orçamentos apresentados, por vezes acontece de quando o recurso é disponibilizado para as instituições o valor do projeto já sofreu alterações, pois geralmente cada orçamento tem a validade de no máximo 30 (trinta) dias, e o recurso, na maioria das vezes, é liberado meses depois da data de apresentação do projeto. Essa realidade precisa ser revista, e os atrasos podem ser evitados com o comprometimento e agilidade da prefeitura em conjunto com o CMDCA, uma vez que a gerência do recurso cabe ao CMDCA e a conta bancária é vinculada ao fundo municipal.

Em relação a articulação entre os projetos aprovados pelo FIA e o diálogo com os apontamentos do diagnóstico, em conformidade com os subcapítulos 5.5.1 e 5.2 pode-se trazer algumas referências que indicam essa relação.

Os projetos que abarcavam a musicalização destacam o acesso à cultura e à educação.

Já o projeto Educação Patrimonial: Atitude no CASA, tem atuação no Distrito de Amarantina, mencionado no diagnóstico como área com focos de risco à criança e adolescente, com destaque a incidência do uso de drogas e na gravidez na adolescência. O projeto apontava a realização de atividades frente a realidade de incidência de gravidez na adolescência.

Os projetos que abarcavam o acesso ao esporte também se preocupavam com o grande número de crianças e adolescentes envolvidos com as drogas, a prostituição, o trabalho infantil e a violência urbana.

O projeto Casa do Crer Ser trouxe como destaque a preocupação em relação ao tempo ócio, violência, prostituição, uso de drogas, exploração infantil, necessidade de fortalecimento dos vínculos familiares, temas amplamente mencionados no diagnóstico.

Na análise dos projetos e também nas entrelinhas do diagnóstico, há certa preocupação com o tempo ócio na vida da criança e do adolescente, apontamento que aparece mais de uma vez. No entanto, uma vez que os projetos definem seu público alvo e o classifica como em situação de vulnerabilidade social, o tempo ócio passa a ser compreendido como um instrumento que estimula (não como opção, pelo contrário, pela falta dela) as referidas crianças e adolescentes a ingressarem no universo da criminalidade, tudo isso em diálogo com o universo das oportunidades que lhes são apresentadas.

Os apontamentos do relatório do diagnóstico da situação da criança e do adolescente de Ouro Preto dão pistas ao município para a implementação de políticas públicas referente a garantia do atendimento das demandas deste público. Com isso compreende-se que o investimento do FIA no ano de 2014 estava em consonância com os apontamentos do diagnóstico. Pode-se dizer que tanto os projetos quanto o diagnóstico possuem características claras e de ordens variadas que convergem e podem orientar o município na criação de estratégias e políticas públicas que visam garantir e promover os direitos do público em questão, com atenção a solucionar os diversos problemas levantados, sobretudo no diagnóstico.

Um dos pontos que ecoaram ao longo da realização dessa pesquisa foram sobre a ausência de oportunidades no que se refere ao acesso à cultura, ao esporte e ao lazer, e o diálogo destes, com os direitos legais e as consequências do tempo ócio na vida deste público, com maior preocupação em relação a parcela desta população que se encontra em situação de

vulnerabilidade social. Enfatiza-se que esta preocupação aparece no diagnóstico de forma clara, assim como, em diversos projetos que foram financiados pelo FIA em 2014. Visto as possíveis consequências do tempo ócio, e a distância entre a lei e a prática, esta análise deixa claro que a ausência destas políticas públicas tem gerado grandes ônus para a sociedade de forma geral, e dá pistas efetivas para o governo municipal, mostrando a urgência de dar atenção a essa pauta afim de garantir direitos e minimizar impactos sociais negativos.

No campo da educação, depara-se com a realidade onde a oferta de vagas existente no município são suficientes para atender a demanda da criança e do adolescente no âmbito da escolarização básica, porém precisa-se de políticas que garantam o acompanhamento psicossocial dos estudantes, em especial dos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Entende-se que uma das vias é constituir no município uma rede de psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e terapeutas que tenham como foco a atuação em escolas e possam acessar capacitações para lidar com situações de conflitos de várias ordens. Sabe-se que as escolas têm em seu quadro profissional o pedagogo, porém, é notório que o mesmo não tem condições de atender e dar providências efetivas sozinho, por isso entende-se como necessário a implementação de uma política pública que constitua a equipe multidisciplinar com atribuição para atuar na mediação de conflitos no ambiente escolar. Além disso os apontamentos do diagnóstico e determinadas propostas dos projetos indicam a precariedade do atual modelo educacional brasileiro.

Como observou-se nos vários projetos financiados pelo FIA, inclusive nos da área de musicalização, inclusão digital e esportes, há uma grande demanda e/ou atuação de educadores sociais (monitores, professores, oficinairos, etc.), frente a isso é importante enfatizar que de acordo com o relatório do diagnóstico, é de extrema importancia o diálogo entre os agentes que compõem a rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente, bem como, destes com os educadores sociais que atuam diretamente com as crianças e adolescentes. Ressalta-se que os educadores devem ter sempre acesso a espaços de capacitação contínua, e que estas devem ser também ofertadas pelo poder público e pela rede. Lembra-se que mesmo as entidades sendo privadas, prestam serviços de interesse público, sendo este um dos motivos para manter os diálogo e capacitação entre todos os agentes mencionados.

Quanto às questões que discutem violência, não ter nenhum projeto exclusivo no campo da violência sexual, gravidez na adolescência, uso e tráfico de drogas, dentre outras temáticas que envolvem e/ou fomentam a criminalidade, visto os apontamentos do diagnóstico e a realidade do município, é algo negativo, mesmo que o assunto seja considerado tabu e,

compreendido muitas vezes, como um dever e prioridade do Estado e não da sociedade civil, É algo que precisa ser pensando coletivamente. Visto que essa é mais uma das grandes lacunas deixadas pelo Estado e influência de forma negativa na vida cotidiana de toda a população. Deixa-se como pista fundamental para o poder executivo, a importância de traçar estratégias para implementação de políticas públicas de atendimento a essas demandas em consonância com a denúncia trazida no diagnóstico, Dentre os principais problemas destacados, ecoa a ausência de programas e projetos sociais que toque de forma eficaz a realidade da criança e adolescente frente a seus desafios.

É certo que as demandas são muitas e algumas bastante complexas, como por exemplo, as que dialogam com questões que fomentam a criminalidade, como o caso das dimensões da drogadição, que demanda uma intervenção política que dialogue com outras esferas de governo e com diversos órgãos públicos, inclusive com o Sistema Único de Saúde (SUS). Por compreender que essa situação alcançou um grau que precisa ser tratado, também, como pauta da saúde pública. Assim considera-se que as várias dimensões colocadas no diagnóstico demandam articulação de alianças para os enfrentamentos com atores sociais e órgãos públicos diversos.

Diante disso, pode-se compreender que há uma relação importante entre as informações emitidas no diagnóstico e as propostas contidas nos projetos financiados pelo FIA, ou seja, mesmo que a elaboração dos projetos não tenham tido como referência os dados do diagnóstico, por não ser uma exigência formal, vários apontamentos foram contemplados nos projetos. Quanto a intensidade de como cada tema foi abordado e os desdobramentos dos mesmos, é algo que neste momento não é possível mensurar, mas é sabido que algo, mesmo que em pequena proporção tem sido feito, ainda que não com a responsabilização de todos os sujeitos (Estado, Sociedade Civil e Família) que deveriam estar em envolvido no processo de luta pela efetivação e promoção dos direitos da criança e do adolescente.

Frente a essa realidade, entende-se que os investimentos realizados com o recurso do FIA dão pistas para a implementação de políticas públicas para a criança e adolescentes, ao mesmo tempo que os recursos são utilizados para minimizar os impactos gerados pelas lacunas do Estado, os quais transferem em escala variável sua responsabilidade para as entidades no terceiro setor.

No entanto percebe-se que o poder público não tem dado importância aos apontamentos do diagnóstico, visto que o relatório do mesmo foi publicado em 2012 e até a presente data as demandas por políticas públicas que respondam aos problemas e desafios apontados no

documento são praticamente as mesmas. O que é um sinal de desrespeito para com as crianças e adolescentes de Ouro Preto que sofrem duramente as consequências desse descaso.

Os desafios e frustrações também ecoaram ao logo da pesquisa...

No período de coleta de dados, o CMDCA passava por um momento conturbado e de conflito com a prefeitura, o que pode ter inviabilizado o repasse de parte do material solicitado para análise. O conflito ocorrido envolvia a estrutura física e a mudança de local de atendimento do CMDCA. A proposta da mudança partiu do poder executivo municipal e não foi bem acolhida por parte da população e dos profissionais que atuavam no conselho. Mesmo com as reivindicações contrárias, a mudança foi realizada, e logo nos primeiros dias no espaço novo, ocorreu uma forte chuva na cidade e a nova sede do CMDCA foi alagada, muitos documentos foram molhados e pode ter havido casos de perda de documentos e equipamentos.

Acredita-se que o conflito entre prefeitura e CMDCA, atrelado a disponibilidade dos funcionários em fornecer alguns dados solicitados inviabilizou que informações pontuais fossem obtidas, as quais poderiam alimentar e enriquecer ainda mais a pesquisa. Neste sentido destaca-se sobre as especificidades e valores captados, separadamente, por cada fonte que podem juridicamente constituir as receitas do FIA, uma vez que as possibilidades são múltiplas, mas na realidade as receitas advêm na maiorias das vezes das deduções no imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas. Devido à ausência de documentos comprobatórios, esse objetivo não foi plenamente alcançado conforme meu desejo quanto pesquisadora.

7.1 – Pistas para superação dos desafios: uma sintonia entre projetos e diagnóstico

Através da análise dos projetos que foram financiados pelo FIA no ano de 2014, foi possível perceber falta de clareza na construção do projeto em relação as metodologias utilizadas para alcançar os objetivos propostos. Em alguns projetos faltam diálogo entre justificativas, objetivos, metodologias e ações propostas. As ações dos projetos precisam ser melhores descritas para facilitar o entendimento do coletivo que faz análise dos projetos. Há também projetos trazem uma grande variedade de problemas a serem enfrentados e ao realizar a leitura dos mesmos muitos não indicam como cada problema será tratado.

Para superar esses desafios sugere-se que o CMDCA crie estratégias que garanta a melhora no fluxo de informações e orientações entre o CMDCA e as Entidades, uma cartilha

informativa pode ser um bom instrumento, assim como, uma oficina para elaboração de projetos dirigida aos conselheiros/as e representantes das entidades registradas no conselho.

No edital para seleção dos projetos, o CMDCA poderia exigir que na estrutura textual dos projetos cada problema mencionado pela entidade esteja alinhado a uma proposta de tratamento, com suas estratégias e metodologias pré-definidas.

Quanto a análise do diagnóstico, o diálogo com os projetos e a realidade do município, pode-se dizer que o poder público municipal não trata as políticas públicas para atendimento das demandas reais das crianças e adolescentes como prioridades, mesmo tendo uma importante fonte como o diagnóstico. Frente a isso sugere-se que o poder público municipal empodere-se deste documento e busque utilizá-lo como instrumento referencial para proposição e execução das políticas públicas. Visto a importância de aprimorar os apontamentos do diagnóstico na implementação das políticas públicas referente a garantia e promoção dos direitos tratando-as como prioridade, visto a consonância com a demanda real.

8. CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Fundo da Infância e Adolescência de Ouro Preto, tem desempenhado um papel importante no que se refere a garantia do acesso de crianças e adolescentes a espaços de construção do saber no campo da cultura, do esporte, do lazer, da preparação para o mercado de trabalho, e da formação cidadã.

O FIA tem garantido também, possibilidades que minimizam as chances do público atendido pelos projetos envolverem-se no universo da criminalidade, violência e sobretudo drogadição, visto que os projetos em consonância com o diagnóstico reconhecem essas pautas como um desafio social e se colocam a atuar, cada um de uma forma, com ações preventivas, com destaque a preocupação em relação ao tempo ócio, considerando as possibilidades do ócio criativo e do ócio perigoso.

O universo de crianças e adolescentes atendidos pelos projetos financiados pelo FIA em relação a população infanto-juvenil, é muito pequena. Essa constatação deixa evidente a necessidade da intervenção direta do Estado nas pautas de garantia dos direitos dos sujeitos nessa faixa etária, para que o atendimento seja possível a todos/as.

Considera-se que a responsabilidade no que se refere a vida do público alvo dessa pesquisa pode e deve ser compartilhada, mas não assumida exclusivamente pela sociedade civil, pois legalmente compete também, a Família e ao Estado. Mesmo que o recurso do FIA advenha também dos cofres públicos a relação política e de responsabilização nesta situação é específica, por estar dentro de uma ordem de parceria entre público e privado.

A responsabilização da sociedade civil, neste caso mediada pelo CMDCA dialoga com a noção de participação popular na gestão pública compartilhada, aliada ao processo de coparticipação na construção das políticas setoriais para criança e adolescente. Sendo o recurso do FIA um instrumento econômico e político para contribuir na consolidação ações do CMDCA e de seus aliados.

Contudo, já se passaram cinco anos desde a publicação do diagnóstico e muitas pautas que demandam estratégias sociais e consolidação de políticas públicas precisam ainda ser trabalhadas e superadas, sendo uma realidade que, assim como em Ouro Preto, está presente em várias cidades do território brasileiro. Pode-se dizer que esta realidade é também resultante de diversos conflitos que abrange o campo econômico, cultural, social e político, nas esferas nacional, estadual e municipal. Estes conflitos dialogam com um projeto de sociedade que tende a fortalecer a ideia de um Estado Mínimo e de Exceção, com estratégias oficiais de

responsabilização da sociedade civil no que se refere a elaboração e execução de determinadas políticas.

O poder público poderia se atentar com mais precisão as constatações do diagnóstico afim de estabelecer um maior diálogo com a sociedade civil e com a rede de garantia dos direitos da criança e do adolescente, para dar respostas mais satisfatórias a população de maneira geral, partindo do pressuposto que o relatório pode ser a base que norteia o executivo no trabalho, o qual versa sobre a garantia da vida digna da criança e do adolescente, compreendendo-os como sujeito de direito e seres humanos que estão em plena fase de formação da identidade conforme aponta o ECA.

Sabe-se das dificuldades e desafios da gestão pública, as quais muitas estão relacionadas a qualificação dos profissionais, com as estruturas e condições de trabalho, assim como com as questões de ordem financeira. Ao mesmo tempo que sabe-se da importância do trato efetivo para com as pautas do referido público e a necessidade da proposição e da implementação das políticas públicas, o que é atribuição do poder legislativo, do poder executivo alinhado ao CMDCA. Assim como sabe-se das limitações e dificuldades da sociedade civil capacitar-se para fazer os encontros políticos e sociais necessários, no entanto são realidades que demandam atenção e providências.

Para garantir o melhor uso e direcionamento do recurso do FIA, acredita-se que seja fundamental que o CMDCA crie estratégias de diálogo com a comunidade, com os adolescentes, com os órgãos públicos e toda a rede de garantia dos direitos afim de alinhar as demandas da realidade com as possibilidades concretas, atrelando-as as diretrizes legais que versam sobre as crianças e adolescentes. Esse diálogo tem em vista a construção coletiva das pautas prioritárias referente a vida e aos direitos da criança e do adolescente.

O CMDCA poderia elaborar um edital de chamada pública contendo as prioridades de intervenção do município em relação a infância e adolescência, para que as entidades pudessem se organizar e participar do processo tendo mais clareza acerca das urgências do público alvo. Isso implica também na possibilidade do CMDCA exigir das entidades a elaboração de projetos mais detalhados, contendo por exemplo, linhas de ação determinadas para cada objetivo ou atividade colocada, acredita-se que poderia colaborar na seleção dos projetos e iria garantir a melhor utilização deste importante recurso. O CMDCA poderia também, propor documentos auxiliares para elaboração dos projetos, como por exemplo o diagnóstico situacional e afins. Visto que ao analisar os projetos, percebe-se a falta da clareza de como os objetivos seriam

alcançados, as metodologias de trabalho ora não apareciam, ora diziam sobre os caminhos de maneira superficial e/ou muito objetiva.

De acordo com as ideias e propostas dos projetos, acredita-se que ao longo do desenvolvimento do mesmo, foi permitido que as crianças e adolescentes participassem das construções, decisões e/ou que tivessem a oportunidade de avaliar o caminho percorrido fazendo com que eles/as obtivessem o sentido de pertença ao grupo e ao projeto. Visto que o ato de falar e ser ouvido dá-se também ao projeto maior vitalidade e credibilidade diante do seu público alvo e da comunidade de maneira geral.

As trocas de saberes em espaços marcados por conflitos, em especial na fase da adolescência, podem contribuir para a formação cidadã e estimular o protagonismo juvenil, realidade e desafio presente na execução dos projetos, e que seria importante que o CMDCA obtivesse um retorno do desenvolvimento dessa prática.

Cabe ressaltar que essa troca, e o sentimento de pertencimento ao grupo, só se torna possível quando se tem como mediador do processo sujeitos capazes de orientar os caminhos de maneira consciente, coerente, crítica, respeitosa e não autoritária. Visto que de acordo com os projetos os trabalhos são desenvolvidos com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Sendo importante compreender que muitos podem trazer para o espaço diversas marcas de sofrimentos, prejuízos e danos, e buscarem nesses espaços alternativas para serem “mais gente” e tornarem-se protagonista de sua história. Sendo assim estes projetos tem papel importante na vida de todos/as que passam por eles.

No entanto, pela análise do diagnóstico e, também, por estar no território, compreendo que mesmo que a publicação do relatório do diagnóstico ocorreu em 2012, os desafios se mantém e talvez se fossemos atualizar os dados e informações, o resultado poderia indicar aumento da demanda da maioria dos desafios e situações apontadas. O que nos leva a afirmar a necessidade da articulação e trabalho efetivo da rede de garantia dos direitos da criança e do adolescente de Ouro Preto.

A pesquisa evidencia também a incapacidade da gestão municipal em propor e executar políticas públicas que atendam a demanda real das crianças e adolescentes, uma vez que os problemas identificados e informados ao governo municipal em 2012 através do diagnóstico são ainda latentes e como podemos observar as demandas permanecem. Destaca-se o brutal descaso do poder executivo e legislativo com a infância e adolescência. Qualquer gestor ao desconsiderar um documento como o diagnóstico situacional, assina um atestado de incompetência profissional e de desrespeito a essa parcela da população.

Com o objetivo de garantir o melhor uso e direcionamento do recurso do FIA, é fundamental que o CMDCA crie estratégias para ampliar o diálogo com a comunidade, com os adolescentes, com os órgãos públicos e com toda a rede de garantia dos direitos, pois através do diálogo os apontamentos em relação as demandas reais apresentadas pela sociedade terão maior possibilidade e potencialidade de serem atendidas e as políticas de serem executadas de maneira mais participativa. A resistência e organização popular são elementos fundamentais nessa luta.

Quanto aos temas transversais apontados nos projetos, todos são importantes para a formação integral e emancipação das crianças e adolescentes, os quais precisam receber atenção do poder executivo e da sociedade civil de forma geral

Ressalta-se também a importância da construção de espaços de formação para promover discussões, debates e embates com o objetivo de aprofundar os conhecimentos acerca da ampla temática que aborda questões relacionadas à criança e adolescente considerando as diversas dimensões que compõem a vida destes sujeitos.

Em síntese, no que se refere ao uso do recurso do FIA para execução dos projetos, é possível concluir que o investimento foi positivo a partir das propostas apresentadas. Há relação entre os apontamentos do relatório do diagnóstico e os projetos financiados, contudo, essa relação pode e precisa ser mais estreita.

Ao longo da construção dessa pesquisa muitos obstáculos foram enfrentados. No momento da coleta de dados o CMDCA passava por um momento de conflito com o poder público municipal, houve a mudança da sede do conselho o que dificultou que prazo da coleta de dados ocorresse em sintonia com o planejado. Infelizmente não foi possível coletar todos os dados para fazer análise conforme gostaria, por questões de procedimentos institucionais e prazos, bem como a disponibilidade dos servidores ao separar e repassar a informações solicitadas, uma vez que alguns documentos solicitados não foram disponibilizados.

As limitações pessoais também compuseram esse momento, primeiramente por se tratar de algo novo e depois pela dificuldade e obrigação de conciliar estudo e trabalho, dentro de espaços e tempos estabelecidos. A caminhada não foi fácil, mas também, não esperava que seria. No entanto, foi de grande aprendizado e com certeza iniciei o processo sendo uma pessoa e acredito que concluo sendo uma pessoa melhor, pois a vida é um aprendizado diário.

Com todos os desafios enfrentados ao longo do processo de construção dessa pesquisa, pode-se dizer que os objetivos traçados foram alcançados dentro do universo possível.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política**. Rev. Opinião Pública, Campinas, vol. 18, nº 2, novembro, 2012, p. 383-398. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/op/v18n2/a06v18n2.pdf>> Acesso em 25. fev. 2018

BEHRING. Elaine Rossetti. **Fundamentos de Política Social. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 2004. Disponível em <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf> Acesso 03. Jun. 2017

BEHRING. Elaine Rossetti; BOSCHETTI. Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9ª ed. São Paulo. Cortez, 2011.

BONIN, Luiz Fernando R., et al., org. **Cidadania e participação social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 230 p. ISBN: 978-85-99662-88-5. Available from SciELO Books. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/hn3q6/pdf/silveira-9788599662885.pdf>> Acesso em 07. fev. 2018

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade Social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação**. IN: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais – Brasília: CFESS/ABEPSS. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. V. 1) Brasília, DF, 2009.

BRASIL. CONANDA. Resolução Federal nº 137 de 21 de janeiro de 2010. **Parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Disponível em <<http://www.maringa.pr.gov.br/fia/resolucao137.pdf>> Acesso em 20. Dez. 2017

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988** / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRASIL. ECA (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em 05. mar. 2017.

BRASIL. Lei Federal nº 4320 de 17 de março de 1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm> Acesso em 03. Jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação do Desporto. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1998. 3v.: il.

BRASIL.CONANDA (1991). **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.** Lei Federal nº 8242 de 12 de outubro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8242.htm> Acesso em 08. mar. 2017.

BRASIL: ECA (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm> . Acesso em 15.ago.2017

CANDAU, Vera Maria. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença.** Revista Brasileira de Educação, v. 13 n. 37, p.45-185. jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05>>. Acesso em: 25 jun. 2016

CARVALHO, Maria do Carmo A. A. **Participação Social no Brasil.** Paper. Instituto Polis. 1998.

CDP/CMDCA. Comissão de Diagnóstico e Planejamento do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Ouro Preto. Conhecer Para Transformar. **Relatório – Diagnóstico: Situação da Infância e Adolescência do Município de Ouro Preto/MG.** 2012. 58 p.

CORALINA, Cora. **Melhores Poemas Cora Coralina.** Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

COSTA, Selma Frossard. **O serviço social e o terceiro setor.** Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v7n2_selma.htm> Acesso em 20. fev. 2018.

CUNHA, Lucas de Lima. **Os clássicos da literatura sociológica infantil: as crianças e a infância de acordo com Marx, Weber, Durkheim e Mauss.** Plural, São Paulo, v.20.1, pp.83-93. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/74416>> . Acesso em: 25 out. 2017.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. Nilma Lino Gomes, Marlise Matos. **Cidadania e a luta por direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais.** *Belo Horizonte: UFMG,* 2011.

FERREIRA, Marcio Reinaldo Lucena. **Gestão compartilhada e cidadania: um estudo da experiência do "Pacto do Novo Cariri".** 2006. 116 p. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2006. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/ppga/site/arquivos/dissertacoes/dissertacao_12.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2016

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica.** Cortez Editora. São Paulo. 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores na política social urbana e participação popular.** Cadernos Metrópole. n. 7, p. 9-31, 1º sem. 2002. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9257/6867> . Acesso em 19 jan. 2017

GOIAS. Ministério Público. **Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente: doações, fiscalização e prestação de contas.** 2013. Disponível em

<http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2013/04/03/16_35_07_909_Cartilha_FMDCA_2013.pdf> Acesso em 15. Jun. 2017

GOMES, Eduardo Granha Magalhães. **Conselhos Gestores de Políticas Públicas: Democracia, Controle Social e Instituições**. São Paulo: EAESP/FGV, 2003, 110p.

GOMES, José Geraldo (et al.) **Orçamento Público e o Fundo do Direitos da Criança e do Adolescente**. Tribunal de Contas de Santa Catarina. 2010. 43 p. Disponível em <http://www.tce.sc.gov.br/sites/default/files/orcamento_infancia_adolescente_0.pdf> Acesso em 05. Jan. 2018

GONÇALVES, Gisele. **A criança como sujeito de direitos: limites e possibilidades**. XI ANPED SUL. Reunião Científica Regionla da ANPED. Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. UFPR. Jul.2016. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-5_GISELE-GON%C3%87ALVES.pdf> Acesso: 02. dez. 2017.

GUERRA, Alexandre Lalau. **Estado, garantia de renda e geração de oportunidades: a estratégia da Prefeitura de Osasco no período 2005-2012**. 2017. 197 f. Tese de doutorado. FGV.

GUIMARÃES, Rosemeire. ROMANELLI, Maria Geraldo. **A inserção de adolescentes no mercado de trabalho através de uma ONG**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 7, n. 2, p. 117-126, jul./dez. 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n2/v7n2a14>> Acesso em 06. fev. 2018

GURGEL, Claudio, Agatha Justen. **Controle social e políticas públicas: a experiência dos Conselhos Gestores**. Revista de Administração Pública, vol.47, no.2, p. 357-378. Rio de Janeiro. Mar./Apr. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v47n2/v47n2a04.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2017

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Conselhos Nacionais: Perfil e atuação dos conselheiros. 2013**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/relatoriofinal_perfil_conselhosnacionais.pdf > Acesso em: 18 jun. 2017

JÚNIOR, Marcus Vinícius Pereira. **Fundo da Infância e Adolescência (FIA) - Aspectos teóricos e práticos: da implementação à execução: uma alternativa constitucional à redução da maioria penal**. Natal. Caravela Selo Cultura. Editora: IFRN, 2016. 232 p. Disponível em <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/969/FIA_DIGITAL.pdf?sequence=1> Acesso em 10. Jan. 2018

MANDELII, Maria Teresa. **Correndo atrás de seu projeto de vida: um estudo com participantes do programa jovem aprendiz**. UFSC. 2011. Dissertação de Mestrado. Disponível em

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95446/301943.pdf?seque>> Acesso em 10. fev. 2018.

MARTINS, G. de A. **Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil**. Revista de contabilidade e organizações, São Paulo, v.2, n.2, p. 8-18, jan./abr., 2008.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>> Acesso em 14. jan. 2018.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1. Vo.1. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 24ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl Heinrich, Friedrich Engels. **O manifesto comunista**. 1848. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>>. Acesso em 17. ago. 2017

MINAYO, Maria Cecília de Souza. BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon. **Revisão Sistemática Sobre Juventude e Participação nos Últimos 10 anos**. Saúde Soc. São Paulo, v.18, n.3, p.411-423, 2009. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n3/06.pdf> > Acesso em 01. fev. 2018.

MIRANDA, Humberto. **Crianças e adolescentes: do tempo da assistência à era dos direitos**. Recife: Ed. Universitária da UFPE. 2010. 198 p. Disponível em: <http://www.escoladeconselhospe.com.br/pdf/criancas-adolescentes.pdf> > Acesso em: 12 abr. 2017.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. **O marco conceitual da vulnerabilidade social**. Sociedade em Debate, Pelotas, 17(2): 29-40, jul.-dez./2011. Disponível em < [file:///C:/Users/Tecnet/Downloads/695-2583-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Tecnet/Downloads/695-2583-1-PB%20(1).pdf) > Acesso em 09. fev. 2018.

MOURA, Cintia. **O novo perfil do trabalhador de acordo com a empregabilidade e a empresabilidade**. Perquirere, 9(1):257-266, jul. 2012. Centro Universitário de Patos de Minas. Disponível em < <http://perquirere.unipam.edu.br/documents/23456/55708/o-novo-perfil.pdf> > Acesso em 10. fev. 2018

NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica**. José Paulo Netto/Marcelo Braz. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca base de serviços social; v.1)

OFFE, K. **Capitalismo Desorganizado**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, F. **O surgimento do anti-valor**. Novos Estudo CEBRAP, nº22. São Paulo: CEBRAP, 1988.

OLIVEIRA, Iris Maria. **Direitos da criança e do adolescente: defesa, controle democrático, políticas de atendimento e formação de conselheiros em debate.** In. MEDEIROS, Antônia Agripina Alves. MOREIRA, Maria Regina de Ávila. EDUFRRN. Natal. 2014. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/criancas-e-adolescentes/publicacoes-2014/pdfs/direitos-da-crianca-e-do-adolescente-1> > Acesso em: 15 abr. 2017

ONU. **Declaração dos Direitos da Criança.** Assembleia das Nações Unidas de 20 de Novembro de 1959. <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DeclDirCrian.html> > Acesso em 17. Set. 2017

OURO PRETO. **Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente.** Lei Municipal nº 86 de 10 dezembro de 2011. Disponível em <[http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img\(470\).pdf](http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(470).pdf)> Acesso em 06. mar. 2017.

OURO PRETO. **Regulamenta o Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente.** Decreto nº 639 de 20 de março de 2007. Disponível em <[http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img\(8049\).pdf](http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(8049).pdf)> Acesso em 07. Mar. 2017.

RABÊLLO, Maria Eleonora D. Lemos. **O que é protagonismo juvenil?** Disponível em: <<http://cedeca.org.br/conteudo/noticia/arquivo/39DA691A-FD4E-D119-3DAE60914B0999AE.pdf> > Acesso em 15. jan. 2018

RIBEIRO, Zilda Fernandes. **Desmascaramento de poder e gestação de um modelo alternativo.** Goiânia: ED: Especial, 1989, 20p.

RODRIGUES, M. L. A. Módulo II: **Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.** In: RODRIGUES, M. L. A.; GOMES, V. M. S. (Orgs.). Formação de conselheiros em direitos humanos. Brasília: SEDH/PR, 2007. p. 55-104.

RIO DE JANEIRO. (RJ). **Tribunal de Contas do Município. FMDCA: Estudo de casos para o Município do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: TCMRJ, 2010. 132p Disponível em: < http://www.cmdcario.com.br/downloads/9029versao_final_FMDCA.pdf> Acesso em 03. jan. 2018

SADER, Emir. **A Construção da Hegemonia Pós-Neoliberal.** in SADER, Emir (org). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.

SANTOS, Boaventura Souza. **Uma nova concepção multicultural de Direitos Humanos. Lua Nova.** nº 39. p. 105-201. 1997. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n39/a07n39.pdf> >. Acesso em: 23 set. 2016

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** 3º ed. São Paulo: Cortez, 2010. 511 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2001. 415 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Disponível em: <<http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/boaventura/democratizademocracia.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

SANTOS, Maria Aparecida Rita de Cássia Vitorino Coelho dos. **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: Atuação em Ouro Preto: Recorte da gestão de 2005 a 2012**. Monografia de Pós Graduação. UFOP. 2013.

SARRIERA, Jorge Castellá, et al. **Significado do Tempo Livre para Adolescentes de Classe Popular**. Psicologia, ciência e profissão, 2007, 27 (4), 718-729. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n4/v27n4a12.pdf>> Acesso em 07. fev. 2018

SOBRINHO, José Pereira de Sousa. **O conceito da classe em si da classe para si como uma unidade dialética entre posição de classe e luta de classe**. Disponível em <<http://www.ggramsci.faced.ufc.br/wp-content/uploads/2017/06/O-CONCEITO-DA-CLASSE-EM-SI-DA-CLASSE-PARA-SI-COMO-UMA-UNIDADE-DIAL%3%89TICA-ENTRE-POSI%3%87%3%83O-DE-CLASSE-E-LUTA-DE-CLASSE.pdf>> Acesso em 14. fev. 2018.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Efetividade e Eficácia dos Conselhos**. Em Conselhos Gestores de Políticas Públicas. Maria do Carmo A. A. Carvalho e Ana Cláudia C. Teixeira (orgs). São Paulo, Polis, 2000 a.

TELLES, Vera. **Sociedade Civil, Direitos e Espaços Públicos**. In. VILLAS BOAS, Renata (org). **Participação Popular nos Governos Locais**. São Paulo, Polis. 1994. (Publicação PÓLIS, 14)

TCMRJ. TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. **Orientações para o FMDCA**. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em <http://www.cmdcario.com.br/downloads/9029versao_final_FMDCA.pdf> Acesso em 23. jun. 2017.

SÍTIOS ELETRÔNICOS

CEFSS. **Conselho Federal de Serviço Social.** Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/perguntas-frequentes>> Acesso em 27. jan. 2018.

CMOP. **Câmara de Vereadores de Ouro Preto.** 2011. Disponível em: http://www.cmop.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1474:cmdca-apresenta-diagnostico-sobre-jovens-ouro-pretanos-durante-tribuna-livre&catid=61:reunioes, Acesso em 02. mai. 2017.

CNS. **Conselho Nacional de Saúde.** Disponível em <<http://www.conselho.saude.gov.br/apresentacao/historia.htm> > Acesso em 07. ago. 2017

GGN. O jornal de todos os Brasis. Disponível em: < <https://jornalggn.com.br/noticia/uma-cartilha-para-entender-a-politica-nacional-de-participacao-social> > Acesso em 25. vev. 2018.

PMOP. **Prefeitura Municipal de Ouro Preto.** Disponível em: <<http://www.ouropreto.mg.gov.br/veja/118/32/conselho-municipal-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>> Acesso em 15. fev. 2017.

PLANALTO. **Presidência da República.** Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em 15. fev. 2017.

PLANALTO. **Presidência da República.** Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8242.htm> Acesso em 15. fev. 2017.

UNICEF. BRASIL. **Infância e Adolescência no Brasil.** Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html> > Acesso em 12. fev. 2018